



Universidade de Brasília - UnB
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - CEAM
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação
Internacional - PPGDSCI

Norberto Jorge Pinto Filho

DESENVOLVIMENTO E A PESSOA IDOSA:
Uma análise discursiva da política internacional e regional sobre o
envelhecimento

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.

Orientadora: Dr^a. Potyara Amazoneida P. Pereira

Brasília, Julho de 2017



Universidade de Brasília - UnB
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - CEAM
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação
Internacional - PPGDSCI

Norberto Jorge Pinto Filho

**DESENVOLVIMENTO E A PESSOA IDOSA:
Uma análise discursiva da política internacional e regional
sobre o envelhecimento**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Potyara Amazoneida P. Pereira (PPGDSCI/PPGPS - UnB)

Profa. Dra. Viviane de Melo Resende (PPGDSCI/ PPGL - UnB)

Dra. Jurilza Maria Barros de Mendonça (Ministério da Fazenda –
NEPOS-CEAM - UnB)

Prof. Dr. Rodrigo Pires de Campos (PPGDSCI – UnB)

Brasília, Julho de 2017

Às minhas avós Idalina Calancas
Gomes e Zilda Rodrigues Pinto
(*in memoriam*),
às pretas velhas que me guiam
e ao meu perna de calça
João Quaresma

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que me acompanharam nesse processo, que construíram e compartilharam o saber comigo e fizeram com que esse processo de pesquisa fosse mais coletivo.

À Zambi, meu pai maior, por estar comigo em minhas preces. Aos protetores espirituais que guiam meus passos e me ensinam a caminhada. Aos meus pais Ana e Norberto, cujo amor, fé e apoio me libertam, à minha família e ao meu lar em Brasília, o Centro Espírita Assistencial Nossa Senhora da Glória.

À minha orientadora Profa. Potyara Amazoneida P. Pereira, a quem eu serei eternamente grato, por sua generosidade, disponibilidade e parceria. Agradeço também ao Prof. Mario Ociel Moya e Prof. Fernando Lollas, pelo acolhimento e dedicação que tiveram comigo e com este trabalho. Agradeço a todas as professoras da linha de População, Desenvolvimento e Políticas Públicas do PPGDSCI, em particular a Profa. Marília Miranda, Profa. Leides Barroso e Profa. Ana Maria Nogales por me apresentarem a essa área tão desafiadora. Agradeço, com muito afeto, o apoio e auxílio da Profa. Viviane Resende, da Jurilza Mendonça, do Prof. Rodrigo Pires, da Profa. Doriana Dairot, da Profa. Camila De Mario, da Profa. Karen Honório, da Luciana, da Flávia, do André e em especial da Leci.

Às amigas, agradeço às minhas companheiras de pesquisa do “G2” Alex, Aline, Bruna, Claudete, Cláudio, Elisete, Fernanda, Luciana, Mary, Tamille e também à Urânia por compartilharem suas trajetórias comigo. E às minhas veteranas, que me acolheram tão bem aqui em Brasília, como se fosse Franca outra vez: Dara, Dendê, Hima, Nagô, Ru e Samantha.

Por fim, agradeço ao meu companheiro João Quaresma, cujo apoio foi fundamental para o desenvolvimento e finalização desta pesquisa. Muito obrigado por acreditar em mim e me mostrar que eu sou capaz.

Gratidão.

Resumo

Este trabalho, resultado do mestrado interdisciplinar do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI) da Universidade da Brasília (UnB) representa um esforço coletivo de analisar a relação discursiva entre desenvolvimento e a pessoa idosa na política internacional e na política regional latino-americana e caribenha por meio da análise documental do Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento (2002), da Estratégia Regional de Implementação do Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento para América Latina e o Caribe (2003), da Declaração de Brasília sobre o Envelhecimento (2007) e da Carta de San José sobre os Direitos dos Idosos da América Latina e do Caribe (2012). Por meio da escola teórico-metodológica da Análise de Discurso Crítica (ADC), analisamos em um primeiro momento os discursos sobre o desenvolvimento, e em seguida a relação discursiva entre desenvolvimento e a pessoa idosa, com a finalidade de confirmar ou infirmar as hipóteses de trabalho, a saber: o documento internacional contribui para um conceito hegemônico sobre o envelhecimento nos documentos regionais da América Latina e o Caribe; e a relação discursiva entre envelhecimento e desenvolvimento presente nos documentos contribui para a consolidação de processos sociopolíticos mais amplos, como a transição ideológica da proteção social das pessoas idosas, do *welfare state* para o *workfare state*.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Pessoa Idosa; Política Internacional; Política Regional; Discurso.

Abstract

This research is a result of the interdisciplinary master's program in Development, Society and International Cooperation (PPGDSCI) at University of Brasilia (UnB), and it represents a collective effort of analyzing the discursive relationship between development and older persons in the international and in Latin American and Caribbean regional policies, through analysis of the Madrid International Plan of action on Ageing (2002), the Regional Implementation Strategy of the Madrid International Plan of action on Ageing for Latin America and the Caribbean (2003), the Declaration of Brasilia on Aging (2007) and the San Jose Charter on the Rights of Older Persons in Latin America and the Caribbean (2012). By means of the theoretical-methodological School of Critical Discourse Analysis (CDA), we analyze in a first moment the discourses on development, and then the discursive relationship between development and the older persons, for the purpose of confirming or refuting the research hypotheses, namely: the international document contributes to a hegemonic concept on aging in Latin America and the Caribbean; and the discursive relationship between development and older persons presented in the documents contribute to the consolidation of broader socio-political processes, as the ideological transition of the social protection for older persons, from the welfare state to workfare state.

Keywords: Development; Older Person; International Policy; Regional Policy; Discourse.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CONTEXTO	10
PROBLEMA	14
HIPÓTESES.....	17
OBJETIVOS	17
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
CAPÍTULO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO, CONCEITUAL E METODOLÓGICO	19
1.1 A CRISE DO WELFARE STATE E A REPRIVATIZAÇÃO DA VELHICE.....	19
1.2 O DISCURSO POSITIVO SOBRE O ENVELHECIMENTO	23
1.2.1 Envelhecimento saudável	24
1.2.2 Envelhecimento bem-sucedido	25
1.2.3 Envelhecimento produtivo.....	26
1.2.4 Envelhecimento positivo e envelhecimento ótimo	27
1.2.5 Envelhecimento ativo	27
1.3 A POLÍTICA INTERNACIONAL DO ENVELHECIMENTO ATIVO	28
1.4 A POLÍTICA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O ENVELHECIMENTO	33
1.4.1 O Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento	34
1.4.2 Entre Viena e Madri.....	35
1.4.3 O Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento.....	40
1.5 A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DE MADRI SOBRE O ENVELHECIMENTO	42
1.5.1I Conferência Regional Intergovernamental sobre envelhecimento.....	43
1.5.2 II Conferência Regional Intergovernamental sobre envelhecimento	44
1.5.3 III Conferência Regional Intergovernamental sobre envelhecimento	45
1.6 HEGEMONIA INTERNACIONAL E O DESENVOLVIMENTO COMO MITO FUNDADOR	46

1.7	TATEANDO CAMINHOS: DISCURSO.....	49
1.7.1.	O caminho: Análise de Discurso Crítica	50
1.7.2.	Caminhando: A análise discursiva da política internacional do envelhecimento ativo das Nações Unidas e da CEPAL	52
1.7.3	As análises	54
CAPÍTULO 2 - DISCURSOS SOBRE DESENVOLVIMENTO		57
2.1	Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento	58
2.2	Estratégia Regional de Implementação para América Latina e o Caribe do Plano de Ação Internacional de Madri	76
2.3	Declaração de Brasília sobre o Envelhecimento	79
2.4	Carta de San José sobre os Direitos dos Idosos da América Latina e do Caribe.....	84
CAPÍTULO 3. A RELAÇÃO DISCURSIVA ENTRE DESENVOLVIMENTO E A PESSOA IDOSA		86
3.1	Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento	86
3.2	Estratégia Regional de Implementação para América Latina e o Caribe do Plano de Ação Internacional de Madri	96
3.3	Declaração de Brasília sobre o Envelhecimento	98
3.4	Carta de San José sobre os Direitos dos Idosos da América Latina e do Caribe.....	100
CONCLUSÃO		101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		105
ANEXO 1.....		111
ANEXO 2.....		122

INTRODUÇÃO

Este trabalho, produto do mestrado interdisciplinar do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI) da Universidade de Brasília (UnB), representa um esforço coletivo de analisar a relação discursiva entre desenvolvimento e a pessoa idosa na política internacional e na política regional latino-americana e caribenha por meio da análise documental do Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento (2002), da Estratégia Regional de Implementação do Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento para América Latina e o Caribe (2003), da Declaração de Brasília sobre o Envelhecimento (2007) e da Carta de San José sobre os Direitos dos Idosos da América Latina e do Caribe (2012).

Ao nos depararmos com a emergência do tema do envelhecimento na agenda internacional para o desenvolvimento e com a escassez de trabalhos que analisam esse processo – sob uma perspectiva internacionalista –, vislumbramos uma oportunidade de contribuir para a compreensão das transformações neoliberais que estão ocorrendo, nas últimas décadas, no âmbito da política de seguridade social da região da América Latina e o Caribe, a exemplo do Brasil e do Chile.

Orientados por essa pretensão, apresentamos, no primeiro capítulo, uma discussão teórica, conceitual e metodológica que sinaliza a abordagem deste trabalho diante do problema de pesquisa. Discorreremos sobre o processo de positivação do discurso e da imagem do envelhecimento em consonância com o processo de transição da política social e frente ao desafio do que conceituamos como “crise do envelhecimento”. Apresentamos as perspectivas positivas de envelhecimento circunscritas nos organismos internacionais, evidenciando a trajetória da Organização das Nações Unidas (ONU) nesse processo de difusão da política do envelhecimento ativo. Discutimos, igualmente, como essa política é difundida em uma esfera discursiva hegemônica. E, ao final do capítulo, apresentamos o caminho da análise documental realizada à luz da escola teórica-metodológica de Análise de Discurso Crítica (ADC).

Nos capítulos seguintes, apresentamos as análises documentais fragmentadas em dois momentos analíticos que denominamos *macro análise* e *microanálise*. No segundo capítulo, avançamos na identificação e análise das ocorrências dos discursos sobre o desenvolvimento descritos nos documentos que compõem o *corpus* analítico. No terceiro, identificamos e analisamos as ocorrências da associação discursiva entre a pessoa idosa e o desenvolvimento.

Para introduzir a discussão e as análises anunciadas acima, discorreremos brevemente a respeito do contexto e do problema de pesquisa e, também, apresentaremos os objetivos e hipóteses deste trabalho.

Contexto

O envelhecimento populacional, que se presencia na atualidade, é um processo no qual ocorre a transformação da estrutura etária da população, a partir da redução da fecundidade e da queda da mortalidade. Como consequência da estagnação das taxas de crescimento populacional, o envelhecimento da pirâmide etária indica o aumento da razão de dependência dos idosos, frente à razão de dependência de jovens e crianças, que diminui substancialmente.¹ (VASCONCELOS; GOMES; 2012).

Podemos compreender esse processo a partir de dois fenômenos populacionais que vêm ocorrendo desde o último século, tanto em países centrais quanto em países periféricos: a transição demográfica – “uma sucessão de etapas caracterizadas por mudanças nas taxas de natalidade, de mortalidade e de crescimento vegetativo da população” (SOARES, 2000, p.59); e a transição epidemiológica – “complexa mudança dos padrões de doenças e nas interações entre esses padrões e seus determinantes e consequências. Essas mudanças dos padrões dizem respeito à diminuição da mortalidade por doenças infecciosas e o aumento das doenças crônicas não-transmissíveis” (LEBRÃO, 2009, p.24).

¹ A razão de dependência segundo a descrição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o “peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos e mais de idade) sobre a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade)”. Portanto, o que o aumento da razão de dependência entre os idosos nos indica é a maior dependência dessa população sobre a produção da população economicamente ativa. Surge então, no panorama político em âmbito internacional e local, o desafio de voltar sua atenção a essa crescente população (IBGE). Disponível:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>. Acesso em: fevereiro de 2016.

Dados do relatório mais recente de projeções populacionais da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015) indicam que a população acima de 60 anos corresponderá a 2,1 bilhões de pessoas no mundo em 2050, mais que o dobro da população em 2015 (901 milhões). Em 2100, o conjunto de pessoas nessa faixa etária no mundo crescerá mais que o triplo em relação a 2015, correspondendo a 3,2 bilhões. Em relação ao número de pessoas acima de 80 anos ou mais, estima-se o total de 434 milhões, em 2050, um crescimento maior que o triplo do número em 2015 (125 milhões). E em 2100, é projetado um número sete vezes maior que em 2015: no total 944 milhões de pessoas.

A região da América Latina e do Caribe, no período de 2015 a 2050, contribuirá com 11% do crescimento total de pessoas acima de 60 anos. Essa parcela da população aumentará de 11%, em 2015, para 26% em 2050, em todo território. As análises da ONU (2015) ainda apontam para o efeito que o envelhecimento populacional realizará na economia das diferentes regiões do mundo:

Population ageing is projected to have a profound effect on the number of workers per retiree in various countries, as measured by the Potential Support Ratio (PSR), defined as the number of people aged 20 to 64 divided by the number of people aged 65 and over. Currently, African countries, on average, have 12.9 people aged 20 to 64 for every person aged 65 or above, while Asian countries have PSRs of 8.0, Latin America and the Caribbean 7.6, Oceania 4.8 and Europe and Northern America at or under 4. Japan, at 2.1, has the lowest PSR in the world, although seven European countries also have PSRs below 3. By 2050, seven Asian countries, 24 European countries, and four countries of Latin America and the Caribbean are expected to have PSRs below 2, underscoring the fiscal and political pressures that the health care systems as well as the old-age and social protection systems of many countries are likely to face in the not-too-distant future (World Population Prospects, Nações Unidas, 2015, p.7)².

Projeções populacionais como estas, produzidas pelas Nações Unidas, justificam o impacto negativo que o envelhecimento populacional representa no crescimento e no

² “O envelhecimento populacional é projetado para ter um efeito profundo sobre o número de trabalhadores por aposentado em vários países, como medido pelo *Potential Support Ratio* (PSR), definido como o número de pessoas com idades entre 20 a 64 dividido pelo número de pessoas com 65 anos e mais. Atualmente, os países africanos, em média, têm 12,9 pessoas com idades entre 20 a 64 para cada pessoa com 65 anos ou acima, enquanto os países asiáticos têm PSR de 8,0, a América Latina e o Caribe 7,6, Oceania 4,8 e Europa e América do Norte 4 ou abaixo 4. O Japão, com 2,1, tem o PSR mais baixo do mundo, apesar de sete países europeus também apresentarem PSR abaixo de 3. Em 2050, sete países asiáticos, 24 países europeus e quatro países da América Latina e do Caribe deverão ter PSR abaixo de 2, ressaltando as pressões fiscais e políticas que os sistemas de cuidados de saúde, bem como os sistemas de proteção social às pessoas idosas poderão enfrentar, em muitos países, em um futuro não muito distante” (World Population Prospects, Nações Unidas, 2015, p.7, tradução nossa).

desenvolvimento econômico dos países ao redor do mundo. Esse argumento, concebido como “crise do envelhecimento”, teve como seus maiores promotores os organismos internacionais, a partir do lançamento dos relatórios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – *Ageing Populations: The Social Policy Implications* (OECD, 1988a) e *Reforming Public Pensions* (OECD, 1988b) – e do Banco Mundial – *Averting the Old Age Crisis: Policies to Protect the Old and Promote Growth* (BANCO MUNDIAL, 1994). Por meio dessa difusão do discurso de “crise do envelhecimento”, a comunidade internacional tem assimilado o envelhecimento populacional como um risco social.

Como consequência, a “crise do envelhecimento” tem produzido uma série de efeitos na agenda pública de diferentes países. Por exemplo, a transferência de responsabilidade estatal, na proteção e no cuidado da população idosa, para uma responsabilização individual de autocuidado e reformas nos sistemas de pensões públicas acompanhadas do investimento forçado no mercado financeiro global (NEILSON, 2006). Essas consequências compartilham o mesmo núcleo ideológico manifestado na reforma da política social tradicional, vinculada ao Estado de bem-estar social, em políticas de ativação da cidadania por meio da empregabilidade, no movimento caracterizado pela transição do *welfare state* para o *workfare state* (DEAN, 2006; PEREIRA, 2016).

Ademais, esse discurso da “crise do envelhecimento” – em consonância à vigente agenda internacional para o desenvolvimento, intitulada Declaração do Milênio – alcança espaço político privilegiado na ocasião da II Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre Envelhecimento (2002). Nessa esteira, veio a implementação do Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento, um instrumento internacional juridicamente não-vinculante, com caráter recomendatório, amplamente difundido na América Latina e no Caribe, por intermédio dos planos regionais: Estratégia Regional de Implementação para América Latina e o Caribe do Plano de Ação Internacional de Madri (2003), Declaração de Brasília sobre o Envelhecimento (2007) e Carta de San José sobre os Direitos dos Idosos da América Latina e do Caribe (2012).

O Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento representa o investimento internacional de integrar a questão do envelhecimento e da pessoa idosa ao

campo do desenvolvimento³, por meio de uma tentativa de dissimular a “crise do envelhecimento” no discurso positivo do envelhecimento ativo, na promoção de uma perspectiva de envelhecimento, associada à teoria da atividade e à gerontologia internacionalista.

Entendemos como “campo” a noção de Bourdieu (2002), que o define como uma rede, relativamente autônoma, de relações objetivas entre indivíduos ou instituições, cujas posições nessa relação são definidas de acordo com a distribuição de poder entre eles. Tal posição na rede, de acordo com o autor, ordenará o acesso a vantagens e desvantagens em uma disputa no campo.

Seguindo essa categoria, buscamos analisar as relações de poder inerentes ao campo do desenvolvimento, dissimuladas no Plano de Madri e nos demais documentos da CEPAL, a partir dos discursos sobre desenvolvimento, da relação entre desenvolvimento e a pessoa idosa e suas contradições discursivas. Portanto, o objeto de análise desta pesquisa refere-se à relação discursiva entre desenvolvimento e a pessoa idosa, abrangendo a hegemonia de um discurso desenvolvimentista acerca do envelhecimento e as disputas de interesse na concepção da política do envelhecimento ativo, com a finalidade de identificar e interpretar os discursos contraditórios e até antagônicos sobre as questões do envelhecimento.

De acordo com Debert (2000), as contradições acerca do envelhecimento se manifestam no processo de integração do envelhecimento e da pessoa idosa à questão pública, no que a autora categoriza como “reprivatização” da velhice. No momento em que o envelhecimento era silenciado pela sociedade (BEAUVOIR, 1990), em meados do século XIX, as pessoas idosas eram consideradas incapazes e frequentemente eram deixadas sob responsabilidade da família. Todavia, por intermédio desse *status* negativo de incapacidade e dependência, a população idosa alcançou o reconhecimento de seus direitos, sob resguardo de uma política de proteção social provida pelo *welfare state*.

Não obstante, esse processo de inclusão da população idosa na agenda pública tem orientado a questão do envelhecimento novamente para a esfera privada. Na medida em que o discurso institucional de “crise do envelhecimento” se apropria de uma retórica que positiva a

³ Apesar de o desenvolvimento ser um tema transversal ao Plano de Ação Internacional de Viena sobre Envelhecimento, o Plano de Madri apresenta como foco a incorporação do envelhecimento nas estratégias nacionais para o desenvolvimento (NAÇÕES UNIDAS, 2002; SIDORENKO & WALKER, 2002).

imagem da velhice – justaposta a uma ideologia neoliberal, que desonera a obrigação moral do Estado de propiciar a proteção social à pessoa idosa –, difunde-se a prescrição que a pessoa idosa deve ser responsável pelo seu bem-estar e pela sua autossatisfação.

Podemos inferir, com base na discussão apresentada, que as relações de poder, assim como as contradições presentes na política sobre o envelhecimento (em particular, a política do envelhecimento ativo promovida pela ONU), acontecem também em uma esfera discursiva. Por meio da Análise de Discurso Crítica (ADC), foi possível elucidar essas relações discursivas presentes nos documentos, desde uma compreensão da pessoa idosa na qualidade de detentora de direitos, a uma compreensão utilitarista do envelhecimento, na qual as capacidades e as funcionalidades da pessoa idosa são exaltadas para sua contribuição no processo de desenvolvimento econômico.

Problema

Ao compreender o campo do desenvolvimento como uma arena de disputas de poder na esfera discursiva, essa pesquisa compartilha a visão de Ribeiro (2008), que se apropria da noção de campo de Bourdieu (2002), ao analisar que a dinâmica e a estrutura de campos desse tipo “estão marcadas por diferentes capacidades de poder e interesses que são articulados por meio de processos históricos de estruturação de redes” (RIBEIRO, 2008, p.111). Com base nessa compreensão, o autor identifica no campo do desenvolvimento a hegemonia de categorias culturais ocidentais vinculadas à expansão econômica capitalista.

Com o propósito de superar esses discursos hegemônicos ocidentais (pretensamente universais), que fomentam interesses econômicos e políticos capitalistas a despeito do bem-estar social, evidenciando e problematizando as disputas de poder opacas nos documentos políticos, justificamos a relevância da análise dos discursos na agenda internacional e regional sobre envelhecimento. Para Ribeiro (2008, p. 117),

para reformas radicais ou menores do desenvolvimento e da cooperação, um conhecimento crítico dos sistemas de valor e da gramática do desenvolvimento é tão crucial quanto expor sua estruturação como um campo de poder. A exposição da obsolescência dos discursos hegemônicos é sempre necessária a fim de ir além deles

Vislumbramos⁴, então, a possibilidade de abordar essa questão por meio da Análise de Discurso Crítica (ADC) dos documentos internacionais, os quais serviram e ainda servem de base para a implementação de políticas públicas sobre envelhecimento na América Latina e no Caribe. Em virtude de seu engajamento com a transformação social e por sua aproximação às teorias sociais críticas, a ADC foi fundamental para identificar e problematizar as relações de poder e de contradição presentes nos documentos.

O teor crítico deste trabalho, então, associa-se aos processos de contradição de uma configuração discursiva que integra a pessoa idosa à agenda pública, a partir da lógica de mercado, inerente ao *workfare state*. Não obstante, seu principal intento é entender quais objetivos e interesses políticos estão subjacentes a esses discursos difundidos pelas Nações Unidas, sem repudiá-los. Até porque, seguindo as considerações de Debert (2000), o discurso positivo da pessoa idosa também contribuiu para a visibilidade das questões do envelhecimento e para a consolidação de diversos avanços políticos e sociais para essa população, dentre eles a aposentadoria universal e o reconhecimento de seus direitos sociais.

O mesmo não poder ser dito, por exemplo, do trabalho de Ferlice Dantas e Silva e Ana Lúcia de Souza (2010), intitulado: “Diretrizes Internacionais e Políticas para os idosos no Brasil: A ideologia do envelhecimento ativo”, no qual percebemos a ausência de uma análise crítica mais profunda e cuidadosa sobre relações de poder nos âmbitos internacional e nacional. As autoras interpretam a incorporação do envelhecimento ativo pelas políticas públicas como consequência exclusiva do interesse da classe dominante, assim como o fazem com a política social como um todo (SILVA; SOUZA, 2010).

Com a pretensão de apreender o processo de padronização do envelhecimento, o texto de Silva e Souza (2010) falha por analisar esse movimento sem se aprofundar nas disputas ideológicas e discursivas da política. Ademais, ignora o fato de que a atuação dos movimentos

⁴ A escrita está primeira pessoa do plural, porque acredito que o trabalho interdisciplinar é necessariamente um trabalho coletivo. E sua realização só foi viável porque foi desenvolvida em um Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, no qual tive a oportunidade de caminhar pelos estudos de desenvolvimento, população e de políticas sociais, em parceria com a Prof^ª. Dr^ª. Potyara Amazoneira Pereira-Pereira e com os professores e colegas da área de População, Desenvolvimento e Políticas Públicas, pelos estudos da Análise do Discurso Crítica, a partir das contribuições da Prof^ª. Dr^ª. Viviane Resende e do Me. João Quaresma; e pelos estudos da antropologia do envelhecimento, no âmbito de uma visita técnica ao Magíster de Envejecimiento y Calidad de Vida, na Universidade do Chile, sob a tutoria do Prof. Dr. Mario Ociel Moya e do Prof. Dr. Fernando Lollas.

sociais também pode influenciar na reprodução de uma ideia hegemônica por não identificar o movimento de transição da imagem do envelhecimento na sociedade, em consonância com a formulação da agenda internacional para o desenvolvimento.

Portanto, o que esta pesquisa procura analisar criticamente é como se dá esse processo de inclusão da pessoa idosa na agenda política, como essa pessoa passa a ser incluída como atriz política nos discursos de desenvolvimento por meio das ideias de participação, contribuição e produção. Intrínsecas a uma ideologia do mercado, essas ideias representam o interesse mercantil na diminuição do Estado de bem-estar social, ao enobrecer o trabalho assalariado, em detrimento da proteção social e na criação de novos espaços de consumo e de compra e venda da força de trabalho.

Em vista disso, é necessário o cuidado em voltar a denúncia a esse processo, porque, na medida em que apreendemos a noção de campo, entendemos que não só a agenda internacional, como a agenda de políticas públicas são arenas de relações de poder e conseqüentemente, de disputas discursivas. Concluir que a incorporação e até mesmo o conteúdo do envelhecimento ativo é exclusivo aos interesses da classe dominante é ignorar, por exemplo, a agência de movimentos pelos direitos das pessoas idosas que ainda lutam por uma imagem positiva da velhice.

Com base no que foi exposto, esse trabalho tem como objeto de pesquisa a relação discursiva entre desenvolvimento e a pessoa idosa, presentes no Plano de Madri (o mais amplo e recente instrumento internacional acerca das políticas sobre o envelhecimento no âmbito das Nações Unidas) e os documentos latino-americanos e caribenhos subsequentes a ele, no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Sua originalidade está intimamente ligada à pretensão interdisciplinar de analisar o tema do envelhecimento a partir da minha trajetória na área das Relações Internacionais, campo no qual temas populacionais como este tendem a ser marginalizados. Além da escassez de pesquisas acerca da política internacional sobre envelhecimento, arriscamos dizer que este trabalho apresenta um caráter inédito ao observar a inserção da questão do envelhecimento no processo de transição do *welfare state* para o *workfare state*, sob uma perspectiva internacionalista.

Hipóteses

Como pontos de partida da investigação, traçamos duas hipóteses de trabalho, isto é, afirmações provisórias que possibilitaram questionamentos consistentes com o objeto, a saber:

1) A relação discursiva entre desenvolvimento e a pessoa idosa no Plano de Ação de Madri sobre o Envelhecimento contribui para um conceito hegemônico sobre o envelhecimento, nos documentos subsequentes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) E 2) A relação discursiva entre desenvolvimento e a pessoa idosa presente no Plano de Ação de Madri sobre o Envelhecimento e nos documentos da CEPAL contribuem para a consolidação de processos sociopolíticos mais amplos, como a transição ideológica da proteção social das pessoas idosas, do *welfare state* para o *workfare state*.

Objetivos

Para confirmar ou refutar essas hipóteses, o objetivo geral deste trabalho foi: analisar a relação discursiva entre o desenvolvimento e a pessoa idosa no Plano de Ação de Madri sobre o Envelhecimento, aprovado na Assembleia Mundial sobre Envelhecimento em 2002; e os documentos subsequentes a eles, formulados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL): a Estratégia Regional de Implementação do Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento para América Latina e o Caribe (2003), a Declaração de Brasília sobre o Envelhecimento (2007) e a Carta de San José sobre os Direitos dos Idosos da América Latina e do Caribe (2012).

Objetivos específicos

Para cumprir o objetivo geral, tivemos como objetivos específicos:

1. Identificar os discursos sobre o desenvolvimento, presentes nos Plano de Ação de Madri sobre o Envelhecimento e nos documentos da CEPAL e problematizá-los com a finalidade de confirmar ou infirmar as hipóteses de trabalho.

2. Identificar os discursos acerca da associação entre as pessoas idosas e o desenvolvimento, presentes nos Plano de Ação de Madri sobre o Envelhecimento nos documentos da CEPAL e problematizá-los com a finalidade de confirmar ou infirmar as hipóteses de trabalho.

CAPÍTULO 1 – REFERENCIAL TEÓRICO, CONCEITUAL E METODOLÓGICO

Após a descrição do contexto e problema de pesquisa e da apresentação dos elementos orientadores da investigação, desenvolvemos, neste capítulo, uma discussão teórica e conceitual acerca do discurso corrente sobre o envelhecimento populacional na esfera da política pública internacional. Buscamos compreender o surgimento de um discurso positivo sobre o referido envelhecimento, em consonância com a transição político-ideológica da política social em curso desde o final dos anos 1970 (do *welfare state* para o *workfare state*).

Para isso, pretendemos compreender o processo de positivação do discurso sobre envelhecimento a partir de seus conceitos e de sua ressonância na agenda política. E apreender – com a finalidade de dar suporte à análise documental e de confirmar ou refutar as hipóteses dessa pesquisa das políticas desenvolvimentistas promovidas pela Organização das Nações Unidas, no âmbito das Assembleias Mundiais sobre Envelhecimento e na esfera das três Conferências Regionais Intergovernamentais da América Latina e o Caribe.

Ao final, apresentamos o caminho metodológico que o presente trabalho percorreu no campo teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica (ADC), ao se apropriar de alguns de seus instrumentos analíticos, assim como de seu potencial político. Serão apresentados, nesse capítulo, os métodos e técnicas, assim como a organização do *corpus* analítico, constituídos pelo Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento (2002), pela Estratégia Regional de Implementação para América Latina e o Caribe do Plano de Ação Internacional de Madri (2003), pela Declaração de Brasília sobre o Envelhecimento (2007) e pela Carta de San José sobre os Direitos dos Idosos da América Latina e do Caribe (2012).

1.1 A crise do welfare state e a reprivatização da velhice

Nesta seção, introduzimos o tema do envelhecimento em âmbito internacional em conformidade com a crise do Estado de bem-estar social. A partir de pesquisa bibliográfica, descrevemos o processo de corrupção do discurso da proteção social – nas políticas sobre o

envelhecimento – provocado pelo processo de transição ideológica do *welfare state* para o *workfare state*. Esse processo pode ser identificado na valorização recente da política de ativação das/dos cidadãs/cidadãos idosas protegidas por direitos sociais, isentas de contrapartidas, para o mercado laboral subjacente ao discurso positivo sobre o envelhecer.

Em seu artigo *The Sustainability of Welfare States into the Twenty-First Century*, Gøsta Esping-Andersen (2000) apresenta um diagnóstico da insustentabilidade do *welfare state*⁵, decorrente de três elementos desestabilizadores: o impacto da globalização financeira no mercado de trabalho, a desestruturação da família tradicional e o envelhecimento populacional. Apesar da restrição de seu tempo e de seu olhar voltado à Europa Ocidental, o artigo filia-se ao discurso predominante sobre o envelhecimento populacional como risco social.

Frequentemente ecoado por Organismos Internacionais, tal discurso teve suas primeiras manifestações na política internacional no final dos anos 1980, por meio dos relatórios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Banco Mundial – *Ageing Populations: The Social Policy Implications* (OECD, 1988), *Reforming Public Pensions* (OECD, 1988) e *Averting the Old Age Crisis: Policies to Protect the Old and Promote Growth* (BANCO MUNDIAL, 1994). Segundo Walker & Aspalter (2015), os Organismos Internacionais foram os grandes responsáveis por difundir um alerta de crise em torno do tema do envelhecimento.

These set out, and were followed by others in the same mould, a ‘burden of ageing’ discourse and advocated policy prescriptions that involved a reduction in public pay-as-you-go and private/occupational defined benefit pension schemes and an increase in private, defined contribution ones⁶ (BANCO MUNDIAL, 1994; OECD, 1998)

⁵ O modelo do *welfare state* implementado na Europa no segundo pós-guerra se sustentava na estabilidade da empregabilidade e da estrutura familiar patriarcal, que proporcionavam satisfações de necessidades e riscos sociais. O *welfare state* só era possível porque a família era capaz de promover a segurança social à criança, à pessoa idosa e ao enfermo – e porque o provedor estava incorporado ao mercado de trabalho, sem precisar ter níveis altos de escolaridade e habilidades técnicas. Portanto, o desemprego estrutural ocasionado pela globalização financeira, deslocando a produção para países asiáticos, em conjunto com o desmantelamento da família tradicional patriarcal, resultante da emergência da inserção da mulher na economia de mercado e da fragmentação dos núcleos familiares em famílias monoparentais, além do crescente aumento na expectativa de vida, ressignificaram as necessidades sociais e os seus atendimentos (ESPING-ANDERSEN, 2000).

⁶ “Estes estabelecerem, e foram seguidos por outros no mesmo molde, um discurso do “fardo do envelhecimento” e prescrições políticas que envolveram uma redução em pensões do tipo pública pré-paga (pay-as-you-go) e privado/ocupacional definidas como regime de pensões de benefício e o aumento das privadas, definidas como de

apud WALKER & ASPALTER, 2015, p. 15).

Para Dean (2006), um dos fatores preponderantes para a desestabilização do *welfare state* foi a desmoralização da política de proteção social promovida pelo Estado. Segundo o autor, os direitos sociais conquistados socialmente e garantidos pelo Estado de bem-estar social passaram a ser associados a uma “cultura de dependência” e paternalismo da política pública. Tal julgamento, de cunho moralista, sustenta a concepção que converte a política social em um meio de autorresponsabilização e autossatisfação da/do cidadã/cidadão idosa sobre seu próprio bem-estar: “*The primary role of social policy is not the distribution of resources to provide for people's needs, but to mitigate risk and to enable people individually to manage risk*”⁷ (DEAN, 2006, p. 5).

A partir dessa lógica moralista de rejeição da proteção estatal, considerada passiva, e da autorresponsabilização, surgiu o processo de transição do *welfare state* para o *workfare state*, por meio da implementação de uma política de ativação para o trabalho, sob a ideologia neoliberal vigente:

Sob o domínio da ética capitalista do trabalho, a política social vem sendo instada a deixar de ser “passiva” para tornar-se “ativa”, no sentido de induzir os demandantes da proteção social pública ao exercício de atividades econômicas. Consequentemente, tornou-se dominante um procedimento, de viés moralista, de ativar os pobres para o mercado laboral, ou para atividades autossustentáveis, por meio das quais possam obter renda e “comprar” benefícios e serviços sociais que antes o Estado tinha o dever de prover. Cristalizou-se, desse modo, e à revelia dos direitos sociais, o princípio da autorresponsabilização dos indivíduos pelo seu próprio bem-estar, o que em outras palavras significa: criar nos pobres autonomia econômica mediante sua inclusão ativada pela política social nos precários circuitos empregatícios disponíveis (SIIS, 2012). Assiste-se, dessa forma, a vitória do *workfare* (bem-estar em troca de trabalho), como símbolo da supremacia da política social ativa, tributária da ideologia do pró trabalho e do mérito individual, sobre o *welfare* (bem-estar como direito), tido agora como concepção defasada, passiva e paternalista de proteção social (PEREIRA, 2016, p. 53).

Face a essa conjuntura os tomadores de decisões políticas começaram a considerar o custo do envelhecimento populacional e a intervenção do Estado nesse processo. Quando, em

contribuição” (BANCO MUNDIAL, 1994; OECD, 1998 apud WALKER & ASPALTER, 2015, p. 15, tradução nossa).

⁷ “O papel principal da política social não é a distribuição de recursos que proveem as necessidades das pessoas, mas para mitigar o risco e permitir que pessoas individualmente possam gerir o risco” (DEAN, 2006, p. 5, tradução nossa).

junho de 1997, no âmbito da Cúpula do G8⁸, na cidade de Denver (EUA), apontou-se como importante finalidade: enfrentar o desafio do envelhecimento populacional. Em razão desse objetivo, foi levantada a perspectiva do envelhecimento ativo, por meio da eliminação de desincentivos à participação da pessoa idosa no mercado de trabalho e da redução de obstáculos para contratos de trabalho de meio período (WALKER & ASPALTER, 2015). E assim foi se reconfigurando o discurso dominante na agenda internacional, em prol de uma concepção positiva acerca da questão do envelhecimento, ativando a pessoa idosa para o trabalho.

Dessa forma, enquanto, segundo Debert (1999), por muito tempo a imagem das pessoas envelhecidas esteve atrelada à incapacidade e à perda de *status* social, as questões relacionadas ao envelhecimento eram tidas como inerentes às esferas familiares e privadas. Ademais, entre os séculos XIX e XX, no Ocidente, esta imagem “negativa” da velhice contribuiu para conquistas sociais importantes, como a universalização da aposentadoria. Contudo, neste movimento de socialização da pessoa idosa, esteve também presente um movimento que a autora categoriza como “reprivatização” da velhice, consubstanciada na difusão de uma imagem positiva do envelhecer. Essa imagem que atribui um *status* social positivo à pessoa idosa, com base em sua capacidade de realizar novas conquistas, orienta a pessoa idosa na busca do prazer e da autossatisfação, que desoneram a responsabilidade moral da proteção estatal.

Ou melhor, Debert (1999) enuncia um duplo movimento que contribui para o estabelecimento das/os idosas/os como atrizes/atores sociais, políticos/as e econômicos/as, ao mesmo tempo em que cria uma imagem de idosas/os ativas/os e produtivas/os, que não mais necessitariam da proteção social do Estado como direito de cidadania.

Essa política de autorresponsabilização do bem-estar configura-se, para Moya et al (2017), uma forma de ostracismo social mais do que um modo de integração da pessoa idosa como atriz política, uma vez que marginaliza a população idosa mais vulnerável, pela falta de

⁸ O Grupo dos 8, como é denominado o grupo dos 8 países, composto por Alemanha, Canadá, Estados Unidos da América, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia, representam um fórum político intergovernamental de potências bélicas e econômicas do século XX. Informação adquirida no site do Grupo de Pesquisa sobre o G7 e G8 da Universidade de Toronto (Canadá): <http://www.g8.utoronto.ca/summit/1997denver/confront.htm>. Visualizado em 26 de abril de 2017.

acesso a bens e serviços que antes lhe eram providos pelo Estado. Para os autores, portanto, há, nessa forma de ativação uma omissão ou negação das condições estruturais políticas, econômicas, sociais e mesmo culturais, que restringem a participação de uma parcela da população idosa na sociedade.

Pereira (2012, p.749) entende esse processo como “descidadanização” da política social, uma vez que “a maior parte do trabalho oferecido pela ética da autorresponsabilização dos pobres pelo seu próprio sustento e bem-estar é dissociada da cidadania”, enquanto, em Schild (2010), esse processo é configurado como “cidadania de mercado”: as/os cidadãs/cidadãos são percebidas/os neste contexto como potenciais clientes, na medida em que o conteúdo cultural que o fundamenta não é distinto daquele que sustenta as normas do mercado.

Esse discurso positivo que socializa a pessoa idosa como atriz política e econômica, intermediado pela lógica neoliberal – de privatização, ou “reprivatização” da velhice – é inerente ao momento histórico da transição de um modelo de política social do *welfare state* para o *workfare state*. Isso porque, ao mesmo tempo em que esse discurso propõe a responsabilidade individual frente a sua saúde, ao bem-estar e a sua qualidade de vida (em paralelo a diminuição da responsabilidade do Estado nessas áreas), integra a pessoa idosa no desenvolvimento econômico na qualidade de produtora e consumidora de um mercado em ascensão.

1.2 O discurso positivo sobre o envelhecimento

Após descrever a incorporação de uma imagem positiva do envelhecimento no discurso político, em consonância ao contexto de crise do Estado de bem-estar social, apresentamos a definição do discurso positivo sobre o envelhecimento e descrevemos suas categorias: envelhecimento saudável, bem-sucedido, produtivo, positivo, ótimo e ativo. A importância de qualificar a definição desse discurso inscreve-se na necessidade de compreensão de sua incorporação pelos organismos internacionais

O presente trabalho entende por discurso positivo o conjunto de discursos produzidos em artigos científicos, na mídia, na publicidade, em documentos oficiais e em políticas públicas que se empenham em representar o envelhecimento como oportunidade e não como

risco, tanto em relação à qualidade de vida da pessoa idosa, quanto frente ao risco social aparente que o envelhecimento populacional representa ao desenvolvimento econômico.

Este discurso positivo sobre o envelhecimento – que vai ao encontro da categoria criada por Guita Grin Derbet, da “reprivatização” da velhice –, segundo Ballesteros et al (2012), tem sua origem na mudança paradigmática no campo de pesquisa da gerontologia, ao incorporar estudos que buscavam uma visão positiva do envelhecimento.

Esta transição decorreu da não aceitação da imagem negativa dada à velhice (associada à perda de capacidades e funcionalidades), por intermédio da observação empírica da relação entre atividade física e bem-estar. De acordo com Walker (2015, p.18), “*Activity theorists recognized that this was an erroneous, depressing and empirically weak conception of later life*”.⁹ A partir de então, surgiram diversos conceitos e modelos de envelhecimento que buscam representar esse novo discurso científico e político com o objetivo de positivar o envelhecer;

1.2.1 Envelhecimento saudável

O *envelhecimento saudável (healthy aging)* é um conceito multidimensional que busca a promoção da saúde ao longo do ciclo da vida (BURKE et al, 2001; FERNANDES & BOTELHO, 2007; HANSEN-KYLE, 2005; LIMA et al, 2008; PEEL et al 2004; PHELAN Et Al, 2004; RAMOS, 2003). Para Hansen-Kyle (2005, p.48), “*healthy aging is the process of slowing down, physically and cognitively, while resiliently adapting and compensating in order to optimally function and participate in all areas of one’s life (physical, cognitive, social, and spiritual)*”.¹⁰ Logo, o processo de envelhecer com saúde caracteriza uma meta individual e, conseqüentemente, o *envelhecimento saudável* precisa ser entendido como um conceito pertinente ao indivíduo. Portanto, seu planejamento deverá ter como foco a história, os atributos físicos e os desejos do “cliente” (como a autora se refere à pessoa idosa).

⁹ “Teóricos da atividade reconheceram que se tratava de uma concepção errônea, deprimente e empiricamente fraca da idade avançada” (WALKER, 2015, p.18, tradução nossa).

¹⁰ “Envelhecimento saudável é o processo de desaceleração, fisicamente e cognitivamente, ao passo da adaptação e compensação a fim de otimizar a funcionalidade e participação em todas as áreas da vida (física, cognitiva, social e espiritual)” (HANSEN-KYLE, 2005, p.48).

Nessa mesma linha, os estudos de Burke et al (2001) indicam que envelhecer com saúde não só depende da ausência de doenças crônicas na velhice, mas também de fatores comportamentais, como a adesão de estilos de vida e hábitos considerados saudáveis. Para Peel et al (2004, p.115), “*healthy ageing is described as a lifelong process optimizing opportunities for improving and preserving health and physical, social and mental wellness, independence, quality of life and enhancing successful life-course transitions*”.¹¹ Ramos (2003), por sua vez, entende a capacidade funcional como o principal elemento do *envelhecimento saudável*; segundo este autor, tão ou mais importante que a saúde mental é a independência da pessoa idosa e sua integração social e econômica:

na verdade, o que está em jogo na velhice é a autonomia, ou seja, a capacidade de determinar e executar seus próprios desígnios. Qualquer pessoa que chegue aos oitenta anos capaz de gerir sua própria vida e determinar quando, onde e como se darão suas atividades de lazer, convívio social e trabalho (produção em algum nível) certamente será considerada uma pessoa saudável. Pouco importa saber que essa mesma pessoa é hipertensa, diabética, cardíaca e que toma remédio para depressão – infelizmente uma combinação bastante frequente nessa idade. O importante é que, como resultante de um tratamento bem-sucedido, ela mantém sua autonomia, é feliz, integrada socialmente e, para todos os efeitos, uma pessoa idosa saudável (RAMOS, 2003, p.794).

1.2.2 Envelhecimento bem-sucedido

O *envelhecimento bem-sucedido (successful aging)* não é tão simples de ser definido como é o *envelhecimento saudável*. Segundo Rowe & Kahn (1997), o *envelhecimento bem-sucedido* é uma categoria que abrange mais que a ausência de doenças e manutenção de capacidades funcionais, apesar de ambas serem indispensáveis para atingir o sucesso no envelhecer. Para os autores, é necessária a combinação desses elementos com um engajamento ativo perante a vida.

Depp & Jeste (2006) advertem que não há um consenso científico sobre o termo, nem quais elementos são essenciais para sua definição; tampouco sequer há um entendimento único sobre se a definição deverá ser objetiva ou subjetiva (a própria percepção da pessoa idosa). Para Bowling & Dieppe (2005), o conceito utilizado tende a refletir o campo disciplinar do

¹¹ “Envelhecimento saudável é descrito como um processo ao longo da vida, otimizando as oportunidades para melhorar e preservar a saúde e o bem-estar físico, social e mental, independência, qualidade de vida e reforçar transições bem-sucedidas do curso de vida” (PEEL ET AL, 2004, p. 115, tradução nossa).

investigador em sua apropriação, enquanto modelos biomédicos podem interpretá-lo como a ausência de doenças, por exemplo, e modelos sócio psicológicos podem ecoar aspectos de satisfação e participação social.

Sem a pretensão de concluir uma definição, o que podemos compreender da categoria *envelhecimento bem-sucedido*, a partir de revisão bibliográfica, é que se trata de um conceito multifatorial, e que apresenta uma orientação para uma meta esperada:

O envelhecimento bem-sucedido aproxima-se de um princípio organizacional para alcance de metas, que ultrapassa a objetividade da saúde física, expandindo-se em um continuum multidimensional. A ênfase recai sobre a percepção pessoal das possibilidades de adaptação às mudanças advindas do envelhecimento e condições associadas. (TEIXEIRA & NERI, 2008, p.91)

1.2.3 Envelhecimento produtivo

O *envelhecimento produtivo (productive aging)* defende os atributos produtivos da pessoa idosa, como o próprio conceito faz referência. Kerschner & Pegues (1998) compreendem que as idosas/os são capazes de contribuir economicamente e socialmente para elas/eles próprias/os, para suas famílias e suas comunidades. Para essas autoras o modelo de *envelhecimento produtivo* compreende atividades como: trabalho assalariado, trabalho voluntário, exercícios físicos, viagens, ações políticas e consumismo.

Segundo Kalache (2008, p. 1110), “os idosos estão promovendo e organizando estilos de vida que permitam sua participação ativa nos avanços econômicos e sociais de seus países, de modo a assegurar que eles sejam considerados mais contribuintes do que dependentes”. E conforme descreve Almeida (2013, p.34), o *envelhecimento produtivo*, em correspondência ao discurso positivo acerca do envelhecer, sustenta-se “na crença nas potencialidades socialmente desperdiçadas que os idosos representam e tem ainda como matriz axiológica a orientação ocidental, que faz da produtividade sinônimo de sucesso”. Portanto,

para além da dimensão econômica, o envelhecimento produtivo poderia ainda incluir um componente social e também psicológico e assim indicaria que há várias maneiras de ser produtivo e mais facilmente poderia ir ao encontro do objetivo que tem em vista o movimento do envelhecimento produtivo – contrariar o estereótipo que identifica como ‘improdutiva’ a última fase da existência, reconhecer as potencialidades dos idosos e elevar o estatuto social dos idosos e, conseqüentemente, conduzir a melhorias na sua imagem e autoestima (ALMEIDA, 2013, p. 34).

1.2.4 Envelhecimento positivo e envelhecimento ótimo

Dentre os conceitos menos usuais imanentes ao discurso positivo sobre envelhecimento, pode-se incluir o *envelhecimento positivo (positive aging)* que, segundo Gergen & Gergen (2001), apreende a interdependência entre a saúde mental, bem-estar emocional, engajamento ativo perante a vida e laços afetivos significativos da pessoa idosa; e o *envelhecimento ótimo (optimal aging)* que, para Dalgaard & Strulik (2011), corresponde ao retardo do envelhecimento e prolongamento da vida.

1.2.5 Envelhecimento ativo

O *envelhecimento ativo (active aging)* é considerado um conceito que incorpora os principais elementos das categorias antes expostas:

from a scientific perspective, active Aging can be considered as an umbrella concept embracing a semantic space in which healthy, successful, or productive Aging are strongly related. All these terms are considered as multidimensional and multilevel concepts and all of them are referring to a positive way of Aging (BALLESTEROS et Al, 2012, p. 2).¹²

Segundo Walker (2015, p.3), o conceito de *envelhecimento ativo* “concerns the optimization of activities related to a wide range of endeavors: employment, politics, education, the arts, religion, social clubs and so on, as well as increasing the paid and unpaid contributions older people make to society”.¹³ Tal conceito desafia, assim, a imagem que enfatiza a dependência e a passividade na velhice.

O *envelhecimento ativo* ganhou amplitude política no documento da Organização Mundial da Saúde (OMS) – *Active Aging: A Public Policy Framework* – como contribuição do organismo internacional para a II Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre o Envelhecimento, em 2002, na cidade de Madri. E foi definido como o “processo de otimização

¹² “Desde uma perspectiva científica, o envelhecimento ativo pode ser considerado como um conceito guarda-chuva abraçando um espaço semântico no qual o envelhecimento saudável, bem-sucedido, ou envelhecimento produtivo estão fortemente relacionados. Todos estes termos são considerados como conceitos multidimensionais e multiníveis e todos eles estão referindo-se a forma positiva do envelhecimento” (BALLESTEROS et al, 2012, p. 2, tradução nossa).

¹³ “Diz respeito a otimização das atividades relacionadas a uma ampla gama de empreendimentos: emprego, política, educação, artes, religião, clubes sociais e assim por diante, bem como aumentando as contribuições pagas e não pagas das pessoas mais velhas à sociedade (WALKER, 2015, p.3, tradução nossa) ”.

das oportunidades de saúde, participação e segurança visando melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem” (OMS, 2002).

O que se pode inferir a respeito do discurso positivo sobre envelhecimento, é que seu propósito – procedente da transição ideológica na Gerontologia, e de suas categorias – *envelhecimento saudável, bem-sucedido, produtivo, positivo, ótimo, ativo*, dentre outras – de se afastar da imagem de perdas e de desengajamento social na velhice não é legítimo. E não o é em razão de que ao estabelecer modelos/tipos de envelhecimento ideais, o discurso se apoia em outros modelos/tipos que devem ser rejeitados, por exemplo: na medida em que há o *envelhecimento bem-sucedido* é porque há também o tipo malsucedido.

Portanto, o envelhecimento continua a ser apreendido como um problema, visto que ele não dialoga com a população idosa em toda sua heterogeneidade, e sim com uma parcela que tem condições de seguir a prescrição das categorias antes apresentadas. O discurso positivo, contradizendo sua própria proposta, não nega a imagem negativa do envelhecimento, pelo contrário, ele a subverte e a reforça por meio da difusão de tipos ideais, baseados em maniqueísmos que marginalizam outras formas de envelhecer.

Para Oscar Ribeiro (2012) – em concordância com a discussão de Moya et al (2017), apresentada anteriormente –, a promoção de um conceito universalista e normativo de envelhecimento marginaliza outras formas de vivenciar a velhice. Além disso, essa abordagem desconsidera os determinantes sociais da saúde e o impacto das iniquidades na saúde das pessoas, famílias e comunidades: “o termo [envelhecimento ativo] faz explicitamente parte de uma estratégia política de reinvenção do significado de envelhecer e de análise de questões elementares como aquelas relacionadas com os direitos e deveres dos cidadãos” (RIBEIRO, 2012, p.7).

1.3 A política internacional do envelhecimento ativo

Depois de discutir o discurso positivo sobre o envelhecimento e suas categorias, procuramos entender como a política internacional se apropria desse discurso na agenda de políticas sobre o envelhecimento. Dentre essas categorias, destacamos o *envelhecimento ativo*

por ser considerado, nas últimas décadas, um construto político e uma meta global a ser seguida por todas as sociedades.

Apesar de ter sido estabelecido em um documento oficial apenas no ano de 2002, a discussão científica e política sobre o *envelhecimento ativo* esteve presente desde as últimas décadas do século passado, seguindo o movimento de mudança paradigmática da gerontologia e da crescente atuação das Nações Unidas na área.¹⁴ De acordo com Walker & Aspalter (2015),

the emergence of active ageing and its transition from science to public policy are linked inextricably to the important broad transformations that have taken place globally in the policy discourses accompanying population ageing (for fuller accounts see Walker and Naeyegele, 1999; Walker 2006). The tide in public discourses on ageing in developed countries and among international governmental organizations (IGOs) began to turn in the 1970s. At the macro level policymakers began to reject the political consensus that older people are both needy and deserving of state intervention to promote their welfare and to question, more openly than hitherto, the cost of population ageing (Walker, 1980; Townsend, 1981, 1986; Binstock, 1991) (WALKER & ASPALTER, 2015, p.25).¹⁵

Portanto, retomando a primeira seção deste capítulo, o conceito de *envelhecimento ativo* surge da transição discursiva acerca do envelhecimento, na gerontologia, e ganha amplitude política na agenda internacional por se adequar à necessidade de uma resposta dos tomadores de decisões frente à “crise do envelhecimento”. Por conseguinte, a solução para o problema (representado pelo discurso positivo como “questão” e/ou “desafio”) do envelhecimento populacional, passa a ser a promoção de uma perspectiva inclusiva do envelhecimento, que integre as pessoas idosas como agentes do processo de desenvolvimento econômico e não como dependentes dele.

¹⁴ O conceito já havia sido explorado no debate acerca do enfrentamento frente ao desafio do envelhecimento populacional, durante a Cúpula do G8 em Denver; todavia, não houve uma sistematização política acerca do conceito como a que está presente no documento apresentado pela Organização Mundial de Saúde, em 2002.

¹⁵ “O surgimento do envelhecimento ativo e sua transição da ciência para as políticas públicas estão ligados indissolavelmente as amplas importantes transformações ocorridas mundialmente nos discursos políticos acerca da população em envelhecimento (para narrativa completa ver Walker e Naeyegele, 1999; Walker 2006). A corrente dos discursos públicos sobre envelhecimento nos países desenvolvidos e entre Organizações Governamentais Internacionais (OGI) começou a mudar na década de 1970. Em âmbito macro, políticos começaram a rejeitar o consenso político que pessoas mais velhas são necessitadas e merecedoras de intervenção estatal para promover o seu bem-estar e a questionar, mais abertamente do que até então, o custo do envelhecimento da população” (WALKER & ASPALTER, 2015, p.25, tradução nossa).

Por meio dos textos de Cohen (1998) e Pike (2011), podemos concluir que a política internacional incorpora esse discurso por meio de um consenso moralizante de que o envelhecimento é um problema para a sociedade e para o indivíduo que envelhece. Percebe-se, apesar do processo científico e político de transição discursiva, que a “crise do envelhecimento” persiste, ainda que subjacente, na difusão da agenda do envelhecimento ativo.

Como discutimos na primeira seção, segundo Walker & Aspalter (2015), a “crise do envelhecimento” foi impulsionada pelos Organismos Internacionais durante os anos 1980. Não obstante, podemos inferir, a partir do livro *Não há velhice na Índia: os usos da gerontologia* (1998), de Lawrence Cohen, que essa crise e o entendimento do envelhecimento como problema surgem em centros de estudos e pesquisas da Gerontologia no início do século XX.

O movimento da “crise do envelhecimento” – como se define neste trabalho o discurso do envelhecimento populacional como risco social – foi estruturado, segundo Cohen (1998), em uma série de eventos acadêmicos estadunidenses, que promoveram a conscientização da problemática do envelhecimento e uma standardização de sua resposta, nos anos 1930.¹⁶ A partir de então, Institutos de gerontologia estadunidenses tornaram-se referência para as intervenções internacionais.

E diante desse contexto, o autor introduz o termo *gerontologia internacionalista*, como uma perspectiva missionária no campo científico, para descrever o desenvolvimento da gerontologia dos Estados Unidos e da Europa Ocidental como hegemônicas no campo político internacional. Cohen (1998) relata que a Assembleia Mundial de Viena sobre Envelhecimento em 1982, foi um exemplo dessa relação hegemônica do saber ocidental. Lá, o fórum se fez mais didático do que interativo, na medida em que não havia espaço alternativo à concepção gerontológica estadunidense.

The 1982 World Assembly on Aging shared the two primary goals of the archetypal gerontological conference of which it is structured as an extension: naming old age as problem and inculcating the need for a uniform response among the ignorant.

¹⁶ O autor destaca a conferência e sua publicação homóloga, de 1938: *Problems of Aging*.

"International gerontology" was thus the effort to universalize through one-way communication a culturally specific epistemology: the invocation of a global community of knowledge to advance the claims of truth of a particular worldview we might term internationalist (COHEN, 1998, p. 95).¹⁷

A *gerontologia internacional* é estruturada, segundo Cohen, a partir de quatro elementos – universalidade, em que a ciência gerontológica se baseia em enunciados universalizáveis: “*there is a universal old person, a universal old body, and a universal way of talking about them, and a gerontology is – and should be – about such universals*”¹⁸; problematicidade, na qual a pessoa idosa e o corpo envelhecido são assinalados *a priori* como problemas; imperativo moral, que traz o envelhecimento como problema ao debate público como um ato moral e uma necessidade; ameaça, pela qual a pessoa e o corpo envelhecidos são inerentemente ameaçadores: “*this threat is met by a metanarrative of "normalcy" or "functionality" that is superimposed upon the root problematicity of the old person or body*”¹⁹ (COHEN, 1998, p. 95).

Em seu artigo *The Active Aging Agenda, Old Folk Devils and a New Moral Panic*, Elizabeth Pike (2011) chega às mesmas conclusões de “crise do envelhecimento” baseada na universalidade, problematicidade, imperativo moral e ameaça, ao analisar documentos de Organismos Internacionais e do governo britânico e reportagens da mídia do Reino Unido, nos quais rastreou como o envelhecimento populacional e individual têm sido problematizados por essas instituições. A autora argumenta que a agenda política do envelhecimento ativo – inerente ao contemporâneo cenário da Assembleia Mundial de Madri sobre Envelhecimento em 2002 – produz um “pânico moral” na sociedade.

¹⁷ “A Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento de 1982, compartilhou os dois principais objetivos do arquétipo das conferências gerontológicas, dos quais são estruturados como uma extensão: nomear a velhice como problema e inculcar a necessidade de uma resposta uniforme entre os ignorantes. “Gerontologia internacional” foi, assim, o esforço para universalizar, por meio de uma comunicação unidirecional, uma epistemologia culturalmente específica: a invocação de uma comunidade global de conhecimento para avançar as reivindicações da verdade de uma cosmovisão particular que podemos chamar internacionalista” (COHEN, 1998, p. 95, tradução nossa).

¹⁸ Há uma pessoa idosa universal, um corpo envelhecido universal e uma forma universal de falar deles, e a Gerontologia é – e deve ser – sobre tais conceitos universais” (COHEN, 1998, p. 95, tradução nossa).

¹⁹ “Esta ameaça é atendida por uma metanarrativa de “normalidade” ou de “funcionalidade” que é sobreposta sobre à raiz da pessoa ou do corpo envelhecido como problema” (COHEN, 1998, p. 96, tradução nossa).

A conclusão obtida é de que as instituições pesquisadas (dentre elas a ONU e a OMS) têm feito recomendações inapropriadas sobre atividades físicas para a população idosa. Por meio de uma retórica antienvhecimento – de modo a retardar ou até mesmo inverter a velhice –, essas recomendações correspondem mais a uma tentativa de prolongar a autonomia e a vida produtiva, do que de atender às necessidades da pessoa que envelhece. A atividade física, para essas instituições, torna-se um remédio universal a uma população compreendida como homogênea.

Em conformidade com a categoria do sociólogo Stanley Cohen, Pike (2011) também afirma que, para se criar um “pânico moral”, é preciso: 1- um inimigo comum que, nesse cenário, seria a população envelhecida crescente; 2- uma vítima: o resto da sociedade terá que arcar com políticas de seguridade social para aquela população; 3- um consenso, acreditado por *experts*, de que o envelhecimento populacional apresenta uma ameaça à segurança social e o desenvolvimento econômico, e que a solução consistiria em recomendações para um envelhecimento ativo.

A conclusão da autora de que o discurso de tais *experts* faz alusão a uma abordagem neoliberal acerca do envelhecimento está em conformidade com a discussão apresentada na primeira seção deste capítulo, sobre a crise do Estado de bem-estar social e o surgimento de uma política de ativação para o mercado, em que há a transferência da responsabilidade do Estado para o cidadão, na manutenção de seu bem-estar. *“In this case, the care of aging populations is made one of individual responsibility rather than social welfare, and decisions regarding the most appropriate lifestyle to adopt in one’s later years need to be reached in a context of competing choices, opportunities, and risks”* (NEILSON, 2006 apud PIKE, 2011, p.219)²⁰.

O estudo de Pike (2011) confirma-se em pesquisas como as de Kruse & Schmitt (2012), que abordam o envelhecimento ativo como solução a ameaça e/ou risco social do envelhecimento populacional. Os autores exploram uma perspectiva societal do

²⁰ “Neste caso, a atenção voltada à população envelhecida é a de responsabilização individual ao invés do bem-estar social, e decisões a respeito do estilo de vida mais adequado para adotar nos anos tardios de um indivíduo, precisa ser alcançado em um contexto de alternativas concorrentes, oportunidades e riscos” (NEILSON, 2006 apud PIKE, 2011, p.219, tradução nossa).

envelhecimento ativo como meios de usar as competências da pessoa idosa como capital humano para a sociedade, apresentando a justificativa de que, em tempos de envelhecimento populacional, a prosperidade (ou seja, o desenvolvimento) de uma sociedade não pode ser mantida apenas pelo potencial jovem.

Com base nas leituras de Cohen (1998) e Pike (2011), apresentadas acima, vislumbramos dois consensos e uma contradição no interior da política internacional do envelhecimento ativo e nos estudos da gerontologia, frente à “crise do envelhecimento”. O primeiro consenso diz respeito ao envelhecimento visto como problema; o segundo refere-se à solução desse problema por meio de atividades físicas e do engajamento ativo com a vida, que buscam como resultado o prolongamento da vida adulta e de sua produtividade. Em contrapartida, a contradição diz respeito à relação que se estabelece entre esses dois consensos, em que a solução para o problema do envelhecimento se torna a recusa do envelhecer.

1.4 A política da Organização das Nações Unidas sobre o envelhecimento

Com base na discussão teórica e no contexto político apresentados, podemos concluir que o discurso positivo acerca do envelhecimento surge na esfera da hegemonia ocidental sobre a gerontologia internacional, e que esta ainda ressoa na política internacional contemporânea. O mesmo pode ser dito da agenda política do envelhecimento ativo, promovida em maior instância pela Organização das Nações Unidas, a qual ao longo das últimas décadas tem se dedicado à questão do envelhecimento populacional como um dos maiores desafios do século XXI.

Nesta seção, pretendemos descrever a trajetória da política sobre envelhecimento na ONU e introduzir o documento das Nações Unidas que compõe o *corpus* analítico deste trabalho.

A questão do envelhecimento surgiu pela primeira vez em documentos internacionais em 1948, quando a Assembleia Geral da ONU adotou a Resolução 213 (III) relativa a uma proposta de pronunciamento sobre os direitos de pessoas idosas; contudo, a proposição teve pouca incidência entre os países representados na Assembleia e até mesmo entre as agências

da ONU. Em 1969 o tema esteve presente novamente no Artigo 11 da Declaração sobre Progresso Social e Desenvolvimento (resolução 2542 (XXIV), referindo-se à necessidade de proteger os direitos e assegurar o bem-estar das pessoas com idade avançada (NAÇÕES UNIDAS, 1982).

Em 1973, a Assembleia Geral adotou a Resolução 3137 (XXVIII), intitulada *Questions of the elderly and the aged*, com apoio de agências da ONU, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). No ano de 1974, o Plano de Ação sobre População – por ocasião da Conferência Mundial sobre População – continha uma advertência aos governos para levarem em consideração as implicações das mudanças nos números e proporções das pessoas envelhecidas na população em suas políticas para o desenvolvimento (NAÇÕES UNIDAS, 1982).

Contudo, apenas em 1977 o tema ganhou maior destaque na agenda das Nações Unidas. A Assembleia Geral, após considerar a Resolução 2077 (LXXI) do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), adotou a Resolução 32/132, que indicava o desejo dos países membros em convocar uma Assembleia Geral sobre Envelhecimento, no contexto do item *Problems of the elderly and the aged*. Em dezembro de 1978, a Assembleia Geral adotou a Resolução 33/52, que decidia organizar a Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Envelhecimento, em 1982, na qualidade de um fórum que lançaria um programa com o objetivo de garantir segurança econômica e social para a população idosa, assim como oportunidades para que ela pudesse contribuir com desenvolvimento nacional (NAÇÕES UNIDAS, 1982).

1.4.1 O Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento

Entre os dias 26 de julho e 6 de agosto de 1982, a Organização das Nações Unidas realizou a primeira Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, na cidade de Viena, Áustria. Entre seus resultados, houve a produção do primeiro instrumento internacional de caráter recomendatório, a respeito do envelhecimento – O Plano de Ação Internacional de Viena sobre Envelhecimento (PAIVE).

O Plano, que tem como objetivo trazer soluções para a questão do envelhecimento populacional e amparo político às pessoas idosas, em conjunto com a sua integração ao processo produtivo e ao desenvolvimento nacional, tem 66 recomendações para os membros signatários, nas áreas de saúde, nutrição, proteção ao consumidor idoso, moradia, meio ambiente, família, bem-estar social, previdência social, trabalho e educação (CAMARANO & PASINATO, 2004).

Para Ana Amélia Camarano e Maria Tereza Pasinato (2004), as preocupações em torno do processo de envelhecimento no Plano de Ação de Viena eram referentes a questões políticas e econômicas. E mesmo que a questão social e suas implicações se fizessem presentes, elas não eram representativas. Desse modo, a solução para o problema do envelhecimento, disposto no PAIVE, era intermediada por esforços políticos e econômicos, por meio da inclusão da pessoa idosa nesses campos, como cidadã ativa e responsável por seu próprio bem-estar.

A concepção do idoso traçada no plano era a de indivíduos independentes financeiramente e, portanto, com poder de compra. As recomendações eram dirigidas, em especial, aos idosos dos países desenvolvidos. Suas necessidades deveriam ser ouvidas, pois agregavam valor à economia e permitiam o desenvolvimento de um novo nicho de mercado. (CAMARANO & PASINATO, 2004, p.255).

Porém, enquanto para Camarano e Pasinato (2004) os países considerados desenvolvidos eram o público alvo das recomendações do plano, Cohen (1998) anunciava um processo mais complexo de relação de poder na elaboração do PAIVE. Para o autor, a *gerontologia internacionalista* presente no Plano compreende um processo civilizatório a partir da hierarquização do conhecimento acerca do consenso gerontológico e de medidas para adotá-lo, que desconsidera a experiência e o saber de outros países que não aqueles do Centro (desenvolvidos).

1.4.2 Entre Viena e Madri

Durante os 20 anos que antecederam a II Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre o Envelhecimento, o mundo passou por consideráveis transformações. Podemos dizer que essas mudanças foram consequência de eventos que desestruturaram a ordem social,

política e econômica vigentes, tais como as inovações tecnológicas derivadas do que ficou conhecido como a revolução da informação, a epidemia do vírus HIV/AIDS e o processo acelerado de globalização financeira. Não obstante, no campo das relações internacionais a mudança mais significativa decorreu da geopolítica do pós-guerra fria, de modo que essa nova configuração acentuou conflitos assimétricos persistentes nos eventos que desestabilizaram a ordem mundial (SIDORENKO & WALKER, 2002; ROCHA, 2011).

Efetivamente, após a queda do muro de Berlim, representativa do fim da bipolaridade nas relações internacionais entre Estados Unidos e União Soviética e do colapso do socialismo soviético, a ordem mundial foi marcada pela hegemonia do liberalismo econômico e dos ideais democráticos burgueses. Contudo, a questão da Segurança Internacional não perdeu sua importância no cenário político mundial, ressurgindo com um novo figurino. A preocupação com a potencial crise de segurança proveniente dos conflitos assimétricos redundou na aglutinação de questões características do desenvolvimento às questões de Segurança Internacional. E isso ampliou o leque da agenda internacional às “questões relativas ao meio ambiente, à pobreza e à fome, à migração e ao tráfico de pessoas, ao terrorismo, e a diversos outros ilícitos internacionais” (ROCHA, 2011, p.2).

No que concerne à política internacional sobre envelhecimento não foi diferente. Na década de 1990, o tema ganhou importância na agenda das Nações Unidas, com maior foco sobre a questão do desenvolvimento e da assimetria entre os considerados países “desenvolvidos” e “em desenvolvimento”.

Por exemplo, em 1991, a Assembleia Geral da ONU lançou “Os princípios das Nações Unidas para Pessoas Idosas”, estabelecendo normas universais ao *status* da pessoa idosa em cinco áreas: independência, participação, cuidados, autorrealização e dignidade.²¹ No ano de 1992, a Assembleia concentrou-se em plenárias do que seria uma Conferência Internacional

²¹ “A promoção da independência requer políticas públicas que garantam a autonomia física e financeira, ou seja, o acesso aos direitos básicos de todo ser humano: alimentação, habitação, saúde, trabalho e educação. Por participação, busca-se a manutenção da integração dos idosos na sociedade. Isso requer a criação de um ambiente propício para que possam compartilhar seus conhecimentos e habilidades com gerações mais jovens e de se socializarem. Os cuidados referem-se à necessidade do desfrute pelos idosos de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, por meio do cuidado familiar ou institucional. Auto realização significa a possibilidade de os idosos fazerem uso de oportunidades para o desenvolvimento do seu potencial, por meio do acesso a recursos educacionais, culturais, espirituais e recreativos. Por último, o quesito dignidade requer que se assegure aos idosos a possibilidade de vida digna e segura, livre de toda e qualquer forma de exploração e maus-tratos” (CAMARANO & PASINATO, 2004, p.257).

sobre Envelhecimento, que estabeleceu a direção para o próximo Plano de Ação Internacional e proclamou o ano de 1999 como o Ano Internacional dos Idosos. E, em 1995, foi instaurado seu marco conceitual – baseado no PAIVE e nos princípios das Nações Unidas para Pessoas Idosas – com a finalidade de promover o *slogan: Sociedade para Todas as Idades*. Com a celebração do Ano Internacional dos Idosos, em 1999, teve início um projeto estratégico de longo prazo para o envelhecimento (NAÇÕES UNIDAS, 2001; CAMARANO & PASINATO, 2004).

Ao longo da década de 1990, os idosos passaram a ser considerados, também, em outros fóruns das Nações Unidas, como, por exemplo, as conferências mundiais sobre população, aspectos sociais, gênero, meio ambiente etc. Gradualmente, a visão de idosos como um subgrupo populacional vulnerável e dependente foi sendo substituída pela de um segmento populacional ativo e atuante que deve ser incorporado na busca do bem-estar de toda a sociedade (CAMARANO & PASINATO, 2004, p.258).

Em meados do ano de 2000, foi solicitada ao Secretário-Geral a formação de um Comitê Técnico para assessorar o Secretariado das Nações Unidas e formular um rascunho do que seria a estratégia de longo prazo para o envelhecimento e um novo Plano de Ação Internacional que seria apresentado na II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, em Madri. Três reuniões foram organizadas pelo Secretariado das Nações Unidas para a sucessão do trabalho do Comitê Técnico: a primeira em Frankfurt, Alemanha (em junho de 2000); a segunda em Santo Domingo, República Dominicana (em outubro de 2000), e a terceira em Viena, Áustria, em abril de 2001 (NAÇÕES UNIDAS, 2001; SIDORENKO & WALKER, 2002).

Paralelo à atuação da Assembleia Mundial e do Secretariado das Nações Unidas, a Organização Mundial da Saúde (OMS) pode ser considerada, dentre as agências da ONU, a grande protagonista do tema do envelhecimento. Após a Assembleia de Viena e no decorrer de interlocução com teóricos da *atividade*, a agência contribuiu substancialmente com a política da ONU sobre envelhecimento ativo.

Em abril de 1995, a OMS desenvolveu um novo programa cujo objetivo era promover saúde e bem-estar às pessoas idosas; sua estratégia principal consistia na disseminação e sensibilização sobre a importância do modo de vida como determinante do envelhecimento

saudável, por meio de pesquisas, capacitação e *advocacy*²². Como ponto inicial, o programa pretendia qualificar profissionais de saúde e decisores políticos para a criação do consenso sobre a necessidade de um estilo de vida fisicamente ativo e engajado, combatendo o sedentarismo na velhice.²³ Em dezembro do mesmo ano, a OMS, em conjunto a um painel consultivo de cientistas, profissionais de saúde pública e decisores políticos de diferentes partes do mundo, encontraram-se na Alemanha para formular um ensaio daquilo que seria uma declaração acerca da atividade física e do bem-estar na velhice. Esse documento foi, então, apresentado no IV Congresso Mundial de Atividade Física, Envelhecimento e Esporte, na cidade de Heidelberg, em 1996, denominado *Heidelberg Guidelines for Promoting Physical Activity Among Older Persons*²⁴ (Chodzko-Zajko & Schwingel).

The Heidelberg Guidelines presented, for the first time, a clear and unambiguous statement from the WHO endorsing the crucial role of regular physical activity as an integral component of healthy aging. The Guidelines were not intended to be either a comprehensive review of the scientific literature or a practical handbook on how to exercise; rather, the Guidelines were designed to be a definitive and authoritative statement of consensus from the scientific community that was endorsed and disseminated by the World Health Organization (CHODZKO-ZAJKO & SCHWINGEL, 2017).²⁵

A estratégia seguinte da OMS seria difundir esse consenso para o público em geral, ao redor do mundo, tendo em vista que o *Heidelberg Guidelines* se restringia a comunidade científica e política. Em 1999 – o mesmo ano decretado pela Organização das Nações Unidas como o *Ano Internacional dos Idosos*, no qual ocorreram diversos eventos e comemorações –, o programa de Envelhecimento e Saúde da OMS lançou uma campanha com o objetivo de

²² “São as ações de pessoas ou grupos, empresas ou organizações sociais que se engajam por uma causa. O objetivo é lutar para a resolução de um problema ou pela defesa dos direitos de uma entidade ou de um grupo” (ZEPPELINI).

Disponível: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>. Acesso em: fevereiro de 2016.

²³ Percebe-se que este é um dos consensos da gerontologia, apresentado anteriormente, e faz referência a resposta ou solução dada ao outro consenso da velhice como problema.

²⁴ Informação adquirida no site *Human Kinectis*. Disponível em: <http://www.humankinetics.com/active-aging-history>. Acesso em: abril de 2017.

²⁵ “As diretrizes de Heidelberg apresentaram, pela primeira vez, uma declaração clara e inequívoca da OMS endossando o papel crucial da atividade física regular, como um componente integral do envelhecimento saudável. As orientações não pretendiam ser uma revisão abrangente da literatura científica ou um manual prático sobre como se exercitar; em vez disso, as orientações foram projetadas para ser uma declaração definitiva e autoritária do consenso da comunidade científica que foi aprovado e disseminado pela Organização Mundial da Saúde” (CHODZKO-ZAJKO & SCHWINGEL, 2017, tradução nossa). Disponível em: <http://www.humankinetics.com/active-aging-history>. Acesso em: abril de 2017.

difundir o discurso positivo acerca do envelhecimento e a importância do exercício físico na velhice. Dentre suas atividades, estava uma caminhada coletiva ao redor do mundo, conhecida como *Global Embrace*²⁶ (Chodzko-Zajko & Schwingel, 2017).

Contudo, foi por meio de sua contribuição para a II Assembleia das Nações Unidas sobre o Envelhecimento, ao publicar a importância da política do envelhecimento ativo, no documento intitulado *Active Aging: A Public Policy Framework*, que a OMS dirigiu seu foco explícito para a construção de estratégias políticas:

If ageing is to be a positive experience, longer life must be accompanied by continuing opportunities for health, participation and security. The World Health Organization has adopted the term “active ageing” to express the process for achieving this vision. [...] The word “active” refers to continuing participation in social, economic, cultural, spiritual and civic affairs, not just the ability to be physically active or to participate in the labour force. Older people who retire from work and those who are ill or live with disabilities can remain active contributors to their families, peers, communities and nations. Active ageing aims to extend healthy life expectancy and quality of life for all people as they age, including those who are frail, disabled and in need of care (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002, p.12)²⁷.

A partir de então, o *envelhecimento ativo* transitou de um conceito científico para a sua consolidação como principal estratégia da política internacional acerca do envelhecimento populacional e do bem-estar da pessoa idosa.

Para Walker & Aspalter (2015), o conceito de *envelhecimento ativo* prevaleceu no discurso positivo sobre envelhecimento tanto em disposições técnicas como políticas, em parte pelas inconsistências do *envelhecimento bem-sucedido* e do *envelhecimento produtivo*. Disseminado pela OMS, sob influência da União Europeia, tal conceito surgiu com o objetivo de integrar a pessoa idosa a uma vida participativa, perante aspectos mais amplos que aqueles associados a produção e ao mercado de trabalho.

²⁶ Informação adquirida no site *Human Kinectis*. Disponível em: <http://www.humankinetics.com/active-aging-history>. Acesso em: abril de 2017.

²⁷ “Se o envelhecimento é para ser uma experiência positiva, uma vida mais longa deve ser acompanhada de contínuas oportunidades para saúde, participação e segurança. A Organização Mundial da Saúde adotou o termo “envelhecimento ativo” para expressar o processo com a fins da realização desta visão. [...] A palavra “ativa” refere-se à continuação da participação nos assuntos sociais, económicos, culturais, espirituais e cívicos, não só à capacidade de estar fisicamente ativo ou de participar da força de trabalho. Pessoas mais velhas que se aposentam do trabalho e aquelas que estão doentes ou vivem com deficiência podem permanecer ativos contribuintes para suas famílias, pares, comunidades e nações. O envelhecimento ativo visa estender a expectativa de vida saudável e a qualidade de vida para todas as pessoas com a idade avançada, incluindo aquelas que são frágeis, deficientes físicas e que precisam de cuidados” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002, p.12, tradução nossa).

The WHO (2002) definition added further impetus to the case for re-focusing perceptions of ageing away from employment and productivity, which risks the marginalization of those unable to work or who choose not to, towards a more holistic approach which considers a variety of factors which contribute to well-being, in connected policy terms, including quality of life, mental and physical well-being and participation (WALKER, 2002 apud WALKER & ASPALTER, 2015, p. 20).²⁸

Contudo, apesar das considerações de Walker & Aspalter (2015) acerca da construção do *envelhecimento ativo*, a partir do afastamento dos termos *envelhecimento bem-sucedido* e *envelhecimento produtivo*, não há uma ruptura com a lógica excludente de um envelhecimento ideal, nem com os objetivos de integração da pessoa idosa à produção econômica. Na medida em que sua crítica diz respeito a marginalização das pessoas que não podem ou optam por não trabalhar, os autores não questionam o acesso ao trabalho, nem condições de subemprego, recorrentes a essa parcela da população. Não obstante, contradizendo Walker & Aspalter (2015), a participação/contribuição das pessoas idosas no processo de desenvolvimento econômico de suas sociedades, por meio de sua integração à força produtiva e consumidora, representa uma orientação prioritária no Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento.

1.4.3 O Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento

Durante a II Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, realizada na cidade de Madri entre os dias 8 a 12 de abril de 2002, o Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento (PAIME) foi apresentado como estratégia internacional, de longo prazo, para o envelhecimento. Com 35 objetivos e 239 recomendações direcionadas às políticas públicas dos Estados signatários – cuja implementação deverá ser empreendida por meio da parceria com o setor privado e a sociedade civil organizada –, o PAIME é organizado em três

²⁸ “A definição da OMS (2002) incorporou um novo ímpeto para o caso de redirecionamento das percepções de envelhecimento distantes daquelas relacionadas à empregabilidade e à produtividade, que põem em risco a marginalização das pessoas incapazes de trabalhar ou quem o opta por não o fazer, rumo a uma abordagem mais holística, que considera uma variedade de fatores que contribuem para o bem-estar, em ligação a termos políticos, incluindo a qualidade de vida, bem-estar físico e mental e a participação” (WALKER, 2002 apud WALKER & ASPALTER, 2015, p. 20, tradução nossa)

orientações prioritárias: I) *Pessoas Idosas e o Desenvolvimento*, II) *Promoção da Saúde e Bem-Estar na Velhice* e III) *Criação de Ambiente Propício e Favorável*.

Os principais contrastes contidos no PAIME de 2002, em comparação com o PAIVE de 1982, de acordo com Sidorenko & Walker (2002), são: a orientação voltada aos países considerados *em desenvolvimento*, destacando a questão do envelhecimento em zonas rurais nesses países; a exigência de incluir o tema de envelhecimento na agenda internacional para o desenvolvimento e a abordagem explicitamente desenvolvimentista diante ao envelhecimento.

MIPAA has then a clear developmental focus. It emphasizes the need to integrate the evolving process of global ageing with larger processes of social and economic development. It calls for close examination of policies on ageing from a two-faceted developmental perspective, that implies broad life course and society-wide views. A necessary first step for the successful implementation of the Plan is seen to be the integration of responses to population ageing, and the concerns of older people, into national development frameworks and poverty-eradication strategies (SIDORENKO & WALKER, 2002, p.152).²⁹

Com base na leitura do PAIME e da discussão de Sidorenko & Walker (2002), é evidente a relação entre políticas para o envelhecimento e o desenvolvimento no documento. Porém, enquanto o envelhecimento é estabelecido sob a perspectiva do *envelhecimento ativo*, segundo a qual a pessoa idosa agrega capital humano ao contribuir para o desenvolvimento econômico, não há uma perspectiva explícita de desenvolvimento. De todo modo, fica subtendida a grande influência que teve a Agenda do Milênio³⁰ na construção do plano.

Ademais, podemos exemplificar, com base no PAIME, a discussão antes apresentada sobre a aglutinação de questões de Segurança Internacional em questões do desenvolvimento.

²⁹ “O PAIME então tem um foco desenvolvimentista claro. Enfatiza a necessidade de integrar o processo em evolução do envelhecimento global com processos mais amplos do desenvolvimento econômico e social. Ele clama por um exame atento das políticas sobre o envelhecimento numa perspectiva de duas facetas do desenvolvimento, que implicam a visão do curso de vida plena e de uma perspectiva que abrange toda a sociedade. Um primeiro passo necessário para o sucesso da implementação do plano é visto como a integração de respostas dadas ao envelhecimento da população e às preocupações com as pessoas idosas, ao quadro de políticas para o desenvolvimento nacional e de estratégias de erradicação da pobreza” (SIDORENKO & WALKER, 2002, p.152, tradução nossa).

³⁰ Pode-se dizer que a Agenda Internacional Para o Desenvolvimento, ou Agenda do Milênio, estabeleceu-se como política internacional hegemônica a partir de setembro de 2000, por ocasião da Cúpula do Milênio, na sede da organização em Nova Iorque, onde se reuniu a maior quantidade de líderes mundiais já vista em assembleia. No total, 189 representantes de países pretensamente preocupados com a pobreza que assola a humanidade em diferentes partes do globo, demonstraram-se alarmados com a potencial crise de segurança internacional vinculada à disparidade econômica entre Estados ricos e pobres. Diante deste desafio proeminente, firmaram um compromisso perante a comunidade internacional para combater a pobreza e promover dignidade humana, igualdade e equidade global (AZZAM, 2005).

O foco nos países menos desenvolvidos e em temas como desenvolvimento rural, erradicação da pobreza, moradia, dentre outros, a partir de uma perspectiva desenvolvimentista (em que as relações políticas e econômicas prevalecem sobre a social) mostra uma preocupação maior com os conflitos assimétricos, provenientes da desigualdade em âmbito internacional, do que com o bem-estar social da população idosa.

1.5 A implementação do Plano de Ação de Madri sobre o Envelhecimento

A implementação do PAIME merece uma seção específica neste trabalho, uma vez que a política internacional das Nações Unidas incidiu com muita força na região da América Latina e do Caribe, por meio da ação da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) na organização de Conferências Regionais Intergovernamentais.³¹ Entre seus resultados, os maiores impactos foram percebidos na formulação da Estratégia Regional de Implementação do Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento para América Latina e o Caribe (2003), da Declaração de Brasília sobre o Envelhecimento (2007) e da Carta de San José sobre os Direitos dos Idosos da América Latina e do Caribe (2012).

A disposição final do PAIME é dedicada à implementação do Plano pelos Estados³² e seu acompanhamento nos âmbitos nacional e internacional. A partir desta competência, as Comissões Regionais das Nações Unidas³³, levando em consideração suas especificidades, elaboraram as suas estratégias de implementação do Plano de Madrid.

³¹ No Brasil, por exemplo, é nítida a influência discursiva trazida do PAIME para as políticas nacionais. Em 2003, um ano após a elaboração do Plano de Madri, foi sancionada a Lei 10.741/03, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, “destinado a regular os direitos dos idosos, incorpora num único dispositivo leis e políticas anteriormente aprovadas e novas questões [...] amplia a resposta do Estado e da sociedade às necessidades da população idosa” (RIBEIRO, 2011, p. 305).

³² Faz-se preciso recapitular que, apesar do PAIME dirigir as responsabilidades e recomendações primeiramente aos governos nacionais, ele veementemente estimula a necessidade de participação do setor privado e demais setores da sociedade civil (SIDORENKO & WALKER, 2002). Em vista disso, é que se faz explícita a aliança do discurso do PAIME aos ideais neoliberais.

³³ As Comissões Regionais são postos das Nações Unidas, concentrados nas cinco regiões do mundo. Dentre seus propósitos, estão: a promoção de integração econômica em níveis regionais e sub-regionais, a promoção de implementação de acordos internacionais, o apoio ao desenvolvimento sustentável em níveis regionais e sub-regionais. Para atender a esses objetivos, as cinco regiões impulsionam o diálogo multilateral e o intercâmbio de conhecimento no âmbito regional, e também a cooperação intra-regional e inter-regional. Informação adquirida no site das Nações Unidas, disponível em: <http://www.regionalcommissions.org/>. Visualizado em 24 de abril de 2017.

A Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia Ocidental aprovou, em fevereiro de 2002, dois meses antes da II Assembleia Mundial, o Plano de Ação Árabe sobre envelhecimento na cidade de Beirute – um plano estratégico com previsão de 10 anos, estabelecido a partir das reuniões preliminares à Assembleia. E, em junho do mesmo ano, a Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico aprovou a Estratégia de Implementação de Xangai, a política de execução do PAIME, em conformidade com o Plano de Ação de Macau sobre Envelhecimento, documento regional instituído no âmbito do Ano Internacional do Idoso (1999) (TORNEL, 2002).

Em julho de 2002, a Organização da Unidade Africana (OUA) ratificou o Plano de Ação Africano sobre o Envelhecimento, com apoio da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África. Em setembro, na cidade de Berlim, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa homologou o Plano de Estratégia Regional de Implementação Plano de Ação de Madri sobre Envelhecimento (TORNEL, 2002).

Na região da América Latina e do Caribe – na esfera da Comissão Econômica para América Latina e Caribe –, foi aprovada a Estratégia Regional de Implementação para América Latina e o Caribe do Plano de Ação Internacional de Madri, no decurso da Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento, em 2003 (TORNEL, 2002).

1.5.1 I Conferência Regional Intergovernamental sobre envelhecimento

A primeira Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento reuniu, na cidade de Santiago do Chile, durante os dias 19 e 21 de novembro de 2003, delegações oficiais dos governos latino-americanos e caribenhos, *experts* de organismos internacionais, membros da academia e da sociedade civil organizada. Os objetivos principais desse primeiro encontro foram avaliar a situação desses países acerca do envelhecimento populacional, das políticas sobre envelhecimento e da situação das pessoas idosas – e apresentar a Estratégia Regional de Implementação para América Latina e o Caribe do Plano de Ação Internacional de Madri. No

entanto, a estratégia regional latino-americana e caribenha já vinha sendo construída, desde 2001, na concepção do Grupo Interinstitucional sobre Envelhecimento (GIE).³⁴

O GIE foi institucionalizado em março de 2002, contando com a participação de membros da CEPAL, do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Banco Mundial e do Programa de Envelhecimento das Nações Unidas, durante a Reunião Preparatória Ibero-americana para a II Assembleia Mundial sobre envelhecimento, na cidade de Santa Cruz, Bolívia e no decorrer da Reunião da Mesa Diretiva Ampliada do Comitê Especial sobre População e Desenvolvimento do Período de Sessões da CEPAL, realizada em Santiago do Chile.³⁵

O objetivo do encontro dessas organizações era o de dar apoio aos países para a implementação do PAIME. Portanto, a Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento foi fundamentada a partir do marco do GIE, em seu trabalho em conjunto com a CEPAL e o governo do Chile.³⁶

1.5.2 II Conferência Regional Intergovernamental sobre envelhecimento

A II Conferência Regional Intergovernamental sobre envelhecimento, organizada pela CEPAL e pelo governo brasileiro com o apoio do UNFPA, foi realizada em Brasília – entre 4 e 6 de dezembro de 2007. A reunião, que ficou conhecida como Madri +5, uma vez que se realizava cinco anos após a promoção do PAIME, teve como propósito avaliar os êxitos da Estratégia Regional de Implementação para América Latina e o Caribe do Plano de Ação

³⁴ Informação adquirida no site da CEPAL, disponível em: <http://www.cepal.org/es/eventos/conferencia-regional-intergubernamental-envejecimiento>. Visualizado em 25 de abril de 2017.

³⁵ Informação adquirida no site da CEPAL, disponível em: http://www.cepal.org/cgi-bin/getprod.asp?xml=/celade/noticias/paginas/7/12107/P12107.xml&xsl=/celade/tpl/p18f.xsl&base=/celade/tpl/to-p-bottom_env.xsl. Visualizado em 25 de abril de 2017.

³⁶ Informação adquirida no site da CEPAL, disponível em: http://www.cepal.org/cgi-bin/getprod.asp?xml=/celade/noticias/paginas/7/12107/P12107.xml&xsl=/celade/tpl/p18f.xsl&base=/celade/tpl/to-p-bottom_env.xsl. Visualizado em 25 de abril de 2017.

Internacional de Madrid sobre o Envelhecimento, assim como identificar os desafios e as prioridades de ação para os próximos cinco anos.³⁷

A Conferência, situada no primeiro ciclo de revisão e avaliação do PAIME, cujo tema global era *Fazendo frente aos desafios e oportunidades do envelhecimento*, configurou-se em quatro sessões temáticas: área prioritária I: *Pessoa Idosa e o Desenvolvimento*; área prioritária II: *Saúde e bem-estar na velhice*; área prioritária III: *Entornos propícios e favoráveis e Aplicação e seguimento da Estratégia Regional sobre Envelhecimento* (CEPAL, 2007).

Como resultado do conjunto de sessões, a Conferência apresentou a Declaração de Brasília sobre o Envelhecimento (como contribuição do 46º período de sessões da Comissão de Desenvolvimento Social do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, 2008)³⁸, um documento que reafirmava o compromisso dos Estados signatários em “não medir esforços para promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais dos idosos, trabalhar na erradicação de todas as formas de discriminação e violência, além de criar redes de proteção das pessoas idosas a fim de tornar efetivos seus direitos” (CEPAL, 2007).

Outro resultado importante desta Conferência foi o estímulo dos representantes de governo, junto aos esforços do Grupo de Trabalho das Nações Unidas, de composição aberta sobre o envelhecimento e do Grupo de Trabalho da Organização dos Estados Americanos (OEA), em estudar a viabilidade de uma Convenção Internacional e outra Interamericana dos Direitos das Pessoas Idosas. Além disso, previa a possibilidade de nomear um relator especial às Nações Unidas para assegurar a promoção e a proteção dos direitos humanos da população idosa.

1.5.3 III Conferência Regional Intergovernamental sobre envelhecimento

A III Conferência Regional Intergovernamental sobre envelhecimento ocorreu entre os dias 8 e 11 de maio de 2012 na cidade de San José, Costa Rica. Organizada pela CEPAL, em conjunto com o governo da Costa Rica, a Conferência denominada Madri +10 se propôs-se

³⁷ Informação adquirida no site da CEPAL, disponível em: <http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/celade/noticias/paginas/2/28632/P28632.xml&xsl=/celade/tpl/p18f.xsl&base=/celade/tpl/to-p-bottom.xsl>. Visualizado em 25 de abril de 2017.

³⁸ Informação adquirida no site da CEPAL, disponível em: <http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/celade/noticias/paginas/2/28632/P28632.xml&xsl=/celade/tpl/p18f.xsl&base=/celade/tpl/to-p-bottom.xsl>. Visualizado em 25 de abril de 2017.

examinar os êxitos dos países signatários da Declaração de Brasília sobre o Envelhecimento, identificar as ações chaves a sua implementação nos próximos cinco anos, além de acordar com a contribuição regional que foi apresentada na 51ª Sessão da Comissão de Desenvolvimento Social das Nações Unidas, realizada em fevereiro de 2013.³⁹

A Conferência de 2012, fundamentada pelo tema *Envelhecimento, solidariedade e proteção social: a hora de avançar para a igualdade*, resultou na formulação da Carta de San José sobre os Direitos dos Idosos da América Latina e do Caribe. Nesse documento, os representantes de governo reafirmaram seu compromisso no trabalho para a eliminação de todas as formas de discriminação e violência e na criação de redes para a proteção dos direitos das pessoas idosas, por meio da adoção de leis especiais para proteção, atenção prioritária para idosos/idosos no tratamento dos processos administrativos e judiciais, bem como benefícios e serviços prestados pelo Estado (CEPAL, 2012).

Segundo a CEPAL⁴⁰, os países se comprometeram também a melhorar os sistemas de proteção social para responder eficazmente às necessidades da população idosa, por meio da universalização do direito à segurança social e à saúde, bem como da criação dos serviços sociais necessários para fornecer-lhes a promoção de cuidado e, ao mesmo tempo, a sua independência, autonomia e dignidade.

1.6 Hegemonia Internacional e o Desenvolvimento como Mito Fundador

Para apreender os processos apresentados na seção anterior, acerca das recomendações de integração da pessoa idosa na qualidade de participante e contribuinte do desenvolvimento econômico, nos documentos listados da ONU e da CEPAL— por intermédio da análise documental – no contexto mais amplo da política mundial, pretendemos incorporar os estudos sobre hegemonia nas relações internacionais e sobre o desenvolvimento como tema transversal na agenda política internacional.

³⁹ Informação adquirida no site da CEPAL, disponível em: <http://www.cepal.org/es/eventos/tercera-conferencia-regional-intergubernamental-envejecimiento>. Visualizado em 25 de abril de 2017.

⁴⁰ Informação adquirida no site da CEPAL, disponível em: <http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/celade/noticias/noticias/0/46690/P46690.xml&xsl=/celade/tpl/p1f.xsl&base=/celade/tpl/top-bottom.xsl>. Visualizado em 25 de abril de 2017.

Diante desse propósito, este trabalho compartilha os caminhos analíticos da Teoria Crítica das Relações Internacionais (em particular a bibliografia de Stephen Gill e Robert Cox), com a pretensão de analisar uma estrutura de poder transnacional e a força político-ideológica de uma agenda internacional. Pelo seguinte motivo: esta teoria apresenta uma leitura de Gramsci e das Relações Internacionais capaz de discutir com mais acuidade como se desenvolve o processo de hegemonização de um discurso, no que tange as relações entre a ordem mundial e a sociedade civil.

Preocupado em entender os regimes totalitários emergentes nas sociedades capitalistas das décadas de 1920 e 1930 – precisamente o fascismo, cujo líder o sentenciara à prisão –, Antonio Gramsci produziu sua maior obra, os chamados *Cadernos do Cárcere*, um conjunto de ensaios sobre a arquitetura político-ideológica da relação do Estado com a sociedade civil. A partir do conceito de *hegemonia*, o autor italiano rompeu com os limites de definição do Estado como “aparato administrativo, executivo e coercitivo do governo”, uma vez que, segundo ele, o poder estatal também se estruturava na liderança da classe dirigente, por meio da criação de consensos ideológicos na sociedade civil:

para fazer sentido, a noção de Estado também teria de incluir as bases da estrutura política da sociedade civil. Gramsci pensava nessas bases em termos históricos concretos – a Igreja, o sistema educacional, a imprensa, todas as instituições que ajudavam a criar nas pessoas certos tipos de comportamento e expectativas coerentes com a ordem social hegemônica (COX, 2007, p.104).

Por meio dessa leitura, os autores da Teoria Crítica, assim como Gramsci o fez em sua definição de Estado, ampliam a estrutura de análise sobre Poder nas Relações Internacionais, por meio da categorização da *sociedade civil global*, permitindo uma análise de Relações Internacionais para além das relações interestados. Cox (2007, p.119) define a hegemonia no plano internacional como:

uma estrutura social, uma estrutura econômica e uma estrutura política, e não pode ser uma dessas estruturas: tem de ser todas ao mesmo tempo. [...] Além disso, a hegemonia mundial se expressa em normas, instituições e mecanismos universais que estabelecem regras gerais de comportamento para os Estados e para as forças da sociedade civil que atuam além das fronteiras nacionais – regras que apoiam o modo de produção dominante.

Por sua vez, Branislav Gosovic (2000), teórico de Estudos do Desenvolvimento, categoriza o conceito da *hegemonia intelectual global* (HIG), definindo-o como o monopólio

ideológico que “dá forma, conteúdo e direção” à Agenda Internacional, a partir de interesses políticos e econômicos de países do Centro e de seus grupos de interesses político-financeiros. A HIG atua por meio da apropriação de temas e termos, tal como o próprio *desenvolvimento* e da neutralização de seu potencial crítico, do silenciamento de alternativas e oposições, da composição de um mecanismo de dependência intelectual e instrumental e de prescrições nas políticas públicas dos países periféricos (GOSOVIC, 2000).

Portanto, o conceito de *hegemonia* é fundamental para a compreensão dos discursos produzidos e reproduzidos pelo Planos de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento e pelas estratégias latino americanas e caribenha de implementá-lo, visto que a interpretação deste conceito traz para além da apreensão da relação do Estado com a sociedade civil um entendimento de que as instituições, as políticas e as ideias são *campos em disputa* em uma arena de poder desigual (RIBEIRO, 2008).

Podemos compreender, então, o desenvolvimento como um *campo*, uma arena de disputas de poder pela hegemonia política. Para isso resgatamos a noção de *campo* de Bourdieu (2002): “O campo é o *locus* de relações de força – não só de significado – e de lutas que visam transformá-lo, e, portanto, de transformações ilimitadas” (BOURDIEU; WACQUANT, 2002, p. 142).

Apropriando-se desta noção, Gustavo Lins Ribeiro, em seu artigo *Poder, redes e ideologia no campo do Desenvolvimento* (2008), atenta, assim como Gosovic, para a apropriação política do termo *desenvolvimento*. O estabelecimento de uma *hegemonia* ideológica e discursiva, conforme o autor argumenta, dá-se pela construção de uma verdade absoluta e irrefutável, a partir de uma leitura particular do passado e de uma prospecção para o futuro, caracterizando respectivamente uma ideologia e uma utopia, que são essenciais para a manutenção da *hegemonia* daqueles que têm o poder de nomear.

Segundo Ribeiro (2008), com o fim da Segunda Guerra Mundial, o discurso do desenvolvimento foi fundamental para a criação de novas ideologias que legitimassem a dominação e exploração pelos atores mais poderosos. E esse discurso foi categorizado pelo autor como o grande mito fundador do século XX:

Desenvolvimento é um dos discursos mais inclusivos no senso comum e na literatura especializada. Sua importância para a organização de relações sociais, políticas e econômicas fez com que antropólogos o considerassem como “uma das ideias

básicas da cultura europeia ocidental moderna”, “algo como uma religião secular”, inquestionada, já que “se opor a ela é uma heresia quase sempre severamente punida”. A amplitude e as múltiplas facetas do desenvolvimento são o que permite suas muitas apropriações e leituras frequentemente divergentes. A plasticidade do discurso sobre desenvolvimento é central para assegurar sua viabilidade continuada; ele está “sempre em processo de transformação, de cumprir promessas (RIBEIRO, 2008, p. 117).

Para outros teóricos do desenvolvimento, tais como Chang (2004), o modelo de desenvolvimento como crescimento econômico – promovido pelos países do Centro e por instituições financeiras de fomento econômico – partem da premissa do mito do progresso. O desenvolvimento aparelhado em estágios transmite automaticamente a ideia de que todos poderão alcançá-lo, que os países desenvolvidos já estiveram no primeiro degrau da escala e, para chegar ao topo, basta seguir a “receita”: a diminuição do Estado. Para o autor, torna-se evidente, então, que esta manobra do Centro não tem como finalidade “desenvolver” os países periféricos, pois, para os países centrais se desenvolverem, houve uma intensa intervenção estatal. Ademais, Furtado (1983) já anunciava a impossibilidade de todos os países alcançarem o mesmo estágio de desenvolvimento.

Uma análise discursiva estabelecida com base na questão de como a política internacional do envelhecimento ativo está sendo incorporada em uma política regional latino-americana e caribenha sobre envelhecimento, a partir do campo do desenvolvimento, pode nos dizer muita coisa sobre os interesses políticos ocultos nas políticas sobre o envelhecimento.

1.7 Tateando caminhos: discurso

Para esta análise, rastreamos os discursos das Nações Unidas sobre o desenvolvimento e sobre a relação entre o desenvolvimento e a pessoa idosa, presentes no Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento e nos documentos regionais latino-americanos e caribenhos da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). Portanto, o *discurso* se estabelece como termo central e transversal à investigação.

Contudo, sua definição ainda é um desafio para a pretensão analítica dessa pesquisa. Essa dificuldade é razoável, uma vez que van Dijk (2001) entende que o *discurso* não pode ser

interpretado como um conceito único e sim uma noção polissêmica, já que suas fronteiras de significados são porosas e assim ele pode ser compreendido de diversas maneiras.

Baseado numa concepção mais ampla de *discurso*, apreendida por intermédio de uma percepção da experiência humana, o termo é definido, orientado pelos objetivos desse trabalho, como comportamento simbólico em ação. De acordo com Hanks (1996 apud BLOMMAERT, 2001), discurso é linguagem em ação e sua investigação requer atenção tanto na linguagem, quanto na ação.

1.7.1. O caminho: Análise de Discurso Crítica

Com o objetivo de investigar a linguagem e sua ação nos documentos das Nações Unidas da CEPAL, pretendemos adentrar no campo da Análise de Discurso Crítica (ADC). Entretanto, para isso, será necessária uma compreensão anterior dessa escola teórico-metodológica qualitativa. É fundamental esclarecer que, ao definir a ADC como uma escola, estamos nos referindo a diversas abordagens interdisciplinares e críticas da linguagem como prática social (BLOMMAERT, 2005; RESENDE & RAMALHO, 2011), e não a um domínio teórico-metodológico hermético, apreendido em um único tempo-espço.

Segundo Wodak & Meyer (2001), a ADC representa abordagens teóricas e metodológicas heterogêneas sob um prisma crítico compartilhado. Portanto, o objetivo da ADC, de acordo com os/as autores/as, é investigar criticamente a desigualdade social expressa, assinalada, constituída e legitimada pelo uso da linguagem evidenciando analiticamente estruturas opacas e transparentes de dominação, discriminação, poder e controle manifestados na linguagem (WODAK & MEYER, 2001, p. 2).

Nessa mesma perspectiva, a escola da ADC, para Blommaert (2005), é constituída por um grupo de acadêmicas/os com diferentes origens, que estabeleceram certas questões a serem abordadas, princípios de análises e ferramentas apropriadas para essas análises. Seus precursores, na Europa foram Norman Fairclough, Ruth Wodak, Teun van Dijk e Siegfried Jäger. O autor caracteriza as/os acadêmicas/os em ADC como uma rede dinâmica de pesquisadoras/es, cujo interesse não se restringe a desvendar as dimensões sociais do uso da linguagem, mas também expor abusos de poder e relações de dominação e mobilizar-se contra

as injustiças sociais, utilizando a linguagem como uma ferramenta contra hegemônica (BLOMMAERT, 2005; BERARDI, 2005).

Seu surgimento é contextualizado por Slembrouck (2001) a partir da premência de uma resposta às transformações políticas neoliberais em vigência na sociedade capitalista da Europa Ocidental, e com mais intensidade do Reino Unido, no final do século XX. Dentre as citadas pelo autor estão o processo de exclusão dos sindicatos como atores importantes nas decisões socioeconômicas, a tentativa de redefinir a relação entre políticos e a sociedade civil, sob uma perspectiva individualista e consumista e o corte financeiro nos setores públicos, tais como educação e saúde (SLEMBROUCK, 2001).

Com base na leitura de Blommaert (2005) e Slembrouck (2001), identificamos que a ADC se desenvolveu na mesma reação acadêmica do movimento dos estudos culturais de Stuart Hall à crise do *welfare state* na Europa ocidental, estabelecida por meio de investigações da mídia e do consumo de massa. Todavia, acadêmicas/os da ADC, ao contrário das/os teóricas/os dos estudos culturais, apropriam-se de aportes léxico-gramaticais para realização de análises que também prezem pela investigação de aspectos formais dos discursos engendrados nesse contexto neoliberal.

A influência da Gramática Sistêmico-Funcional de Halliday se dá nos trabalhos em ADC (em especial nos de Norman Fairclough), na medida em que esse arcabouço linguístico oferece categorias claras e rigorosas para a análise da relação entre discurso e sociedade. E também em razão da Gramática Sistêmico-Funcional se aproximar mais da perspectiva da ciência social crítica que outras teorias da linguagem (BLOMMAERT, 2005).

Finalizando essa contextualização da ADC, ainda é necessário pontuar que grande parte de seu desenvolvimento atual, tanto em termos temáticos como teórico-metodológicos, deve-se a sua produção na América Latina. Entre nós, a escola se consolidou por meio da construção da Associação Latino-americana de Estudos do Discurso (ALED), em 1995, pelas acadêmicas Leda Berardi, Adriana Bolívar, Irene Fonte, Izabel Magalhães, María Laura Pardo e Neyla Pardo.

Seguindo, então, o vasto programa de pesquisa associado à ADC desde sua origem, analisaremos os discursos das Nações Unidas e da CEPAL, rastreando as relações de poder inerentes ao contexto de transição do *welfare state* para o arcabouço de políticas neoliberais

compreendidas no *workfare state*. A análise documental, por meio do arcabouço teórico metodológico da Análise de Discurso Crítica ligada a Linguística Sistêmico-Funcional, justifica-se na medida em que, para essa escola, a linguagem mantém, legítima e reproduz estruturas de poder e dominação, mas também pode ser e é utilizada para a superação das relações assimétricas.

Portanto, a partir do trabalho de Fuzer & Cabral (2014) para a língua portuguesa, apropriamo-nos de determinados suportes da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) para entender os recursos linguísticos que são materializados nos documentos. Apesar do imenso desafio (em razão da minha formação), consideramos necessária a apropriação de elementos da LSF, uma vez que Wodak & Meyer (2001) defendem que essa abordagem linguística é essencial para a apreensão adequada da ADC.

Ao nos familiarizarmos com o esforço coletivo de pesquisadores/as que investigam o desenvolvimento e as políticas públicas por meio de análises discursivas, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI), tomamos como base um dos modelos analíticos elaborados por Quaresma (2016) em seu trabalho intitulado: *Desenvolvimento e políticas públicas: análise da 'formação cidadã' no âmbito do PNLD (2015-2017)*. Desse trabalho, nos apropriamos especificamente da operação chamada de *macro análise* que, segundo o pesquisador, é o mapeamento de pontos nodais da lógica argumentativa do *corpus* analisado.

1.7.2. Caminhando: A análise discursiva da política internacional do envelhecimento ativo das Nações Unidas e da CEPAL

Assim, o primeiro passo em nossa caminhada analítica foi a identificação do *corpus* analítico, os documentos internacionais mais relevantes na conjuntura da política internacional sobre o envelhecimento. Após essa primeira investigação, selecionamos os documentos decorrentes dos eventos que reuniram a maior quantidade de líderes políticos e tomadores de decisão em âmbito internacional: o Plano de Ação Internacional de Viena sobre Envelhecimento (1982) e o Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento (2002), no âmbito das Assembleias Mundiais das Nações Unidas sobre o Envelhecimento.

Levamos em consideração que esses documentos, mais do que técnicos, são instrumentos internacionais em que há o compromisso dos países signatários em seguir suas recomendações, mas não uma obrigação, na medida em que são juridicamente não-vinculantes.

Não obstante, destacamos para análise apenas o Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento (2002), em razão de ele representar a difusão da política internacional do envelhecimento ativo e também por ter servido como principal instrumento na implementação de uma política regional latino-americana e caribenha sobre envelhecimento na esfera da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL).

Em vista disso, analisamos também os documentos da CEPAL subsequentes ao Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento: Estratégia Regional de Implementação para América Latina e o Caribe do Plano de Ação Internacional de Madri (2003), pela Declaração de Brasília sobre o Envelhecimento (2007) e pela Carta de San José sobre os Direitos dos Idosos da América Latina e do Caribe (2012), com objetivo de estudar as duas hipóteses de trabalho desta investigação, que serão confirmadas ou refutadas com base no referencial teórico apresentado e a partir da análise dos dados encontrados.

Quadro 1 – *Corpus Analítico*

<u>Corpus Analítico</u>			
Documento	Âmbito	Instituição	Ano
Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento	II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento	Organização das Nações Unidas	2002
Estratégia Regional de Implementação para América Latina e o Caribe do Plano de Ação Internacional de Madri	I Conferência Regional Intergovernamental sobre envelhecimento	Comissão Econômica para América Latina e Caribe	2003

Declaração de Brasília sobre o Envelhecimento	II Conferência Regional Intergovernamental sobre envelhecimento	Comissão Econômica para América Latina e Caribe	2007
Carta de San José sobre os Direitos dos Idosos da América Latina e do Caribe	III Conferência Regional Intergovernamental sobre envelhecimento	Comissão Econômica para América Latina e Caribe	2012

1.7.3 As análises

Por meio de uma leitura sistemática desses documentos, realizamos um resumo o qual intitulamos Pré-análise, em que foram destacados os pontos mais relevantes para alcançar o objetivo central deste trabalho. Após essa etapa, investigamos as ocorrências dos seguintes termos no idioma do documento oficial⁴¹: “*development*” e “*older persons*” (Madri, 2002), “*desarrollo*” e “*persona mayor*”, “*persona de edad*” e “*desarrollo*” (Santiago, 2003; Brasília, 2007; San José, 2012).

Ao rastrear as ocorrências desses termos, pertinentes aos discursos sobre o desenvolvimento e à relação discursiva entre desenvolvimento e a pessoa idosa, recortamos os parágrafos nos quais essas ocorrências estavam inseridas. A partir desse recorte, definimos os *participantes* (substantivos), *processos* (verbo) e *qualificadores* (adjetivos e advérbios) mais relevantes de cada oração, uma vez que, para Fuzer & Cabral (2014), esses elementos “são categorias semânticas que explicam de modo mais geral como fenômenos do mundo são construídos na estrutura linguística” (FUZER; CABRAL, 2014, p.41).

Portanto, quando identificamos o *processo* de uma oração, buscamos entender qual experiência está se desdobrando através da ação, já a análise dos *participantes* se justifica pela apreensão das entidades, indivíduos, dos seres animados ou inanimados que executam o *processo* ou são afetados por ele. Os qualificadores nos indicam como tanto o processo como

⁴¹ É relevante mencionar que a análise discursiva foi empreendida nos idiomas em que os documentos oficiais foram escritos, em inglês no caso do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento e em espanhol no dos documentos da CEPAL, com auxílio de traduções oficiais do governo brasileiro.

os participantes estão sendo representados pela oração (FUZER; CABRAL, 2014). Apesar, de evidenciarmos marginalmente esse método na *macro análise*, esses elementos foram fundamentais para a visualização e análise dos dados.

Organizamos, em seguida, as ocorrências em um quadro analítico, em consonância com o procedimento da *Macro análise* de Quaresma (2016), no qual estão evidenciados: o parágrafo recortado (ou somente um fragmento dele), a categoria que resume a função dos termos no texto e uma breve consideração analítica à luz dos elementos orientadores deste trabalho (o objeto, os objetivos e as hipóteses), uma vez que segundo esse modelo analítico, um quadro sinóptico auxilia na apreensão dos aspectos contextuais das ocorrências.

Exemplo:

Fragmento	Categoria	Análise
<p>4. Though developed countries have been able to age gradually, they face challenges resulting from the relationship between ageing and unemployment and sustainability of pension systems, while developing countries face the challenge of simultaneous development and population ageing.</p>	<p>Desenvolvimento como desafio</p>	<p>No parágrafo 4 da introdução do Plano de Madri, é apresentada uma comparação entre os países considerados “desenvolvidos” e aqueles intitulados como “em desenvolvimento”, ao descrever como o envelhecimento se manifesta como desafio ou problema (segundo a tradução oficial em português).</p> <p>Essa questão nos países “desenvolvidos” é introduzida a partir de uma quebra de expectativa, uma vez que a população desses países teve a oportunidade de ter envelhecido gradualmente. Já os países considerados “em desenvolvimento” enfrentam essa questão, simultaneamente com a questão de seu próprio processo de desenvolvimento.</p> <p>No trecho a conjunção subordinativa “though” (“embora” na língua portuguesa) exerce a função de adjunto adverbial de contraste no texto e apresenta uma ideia contrária a oração principal, contudo, sem que essa perca seu sentido. A conjunção exerce a função de quebra de expectativa, levando a interpretação de que nos países desenvolvidos não há dificuldades inerentes às questões do envelhecimento. Contudo</p>

		<p>essa quebra de expectativa só tem efeito, se o leitor dialogar com o ideal desenvolvimentista do documento, em que onde há o desenvolvimento não há desafios a serem solucionados. Enquanto a conjunção “while” (“enquanto” na língua portuguesa) também é uma conjunção subordinativa e exerce a função de comparação de um assunto a outro que é expresso na oração principal.</p> <p>Nesse trecho se faz presente a relação de tensão entre os países “desenvolvidos” e “em desenvolvimento”.</p>
--	--	---

CAPÍTULO 2 – DISCURSOS SOBRE DESENVOLVIMENTO

Seguindo o caminho teórico-metodológico exposto no capítulo anterior, o presente capítulo apresenta a identificação, descrição, interpretação e análise dos discursos sobre desenvolvimento rastreados no Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento (2002), na Estratégia Regional de Implementação para América Latina e o Caribe do Plano de Ação Internacional de Madri (2003), na Declaração de Brasília sobre o Envelhecimento (2007) e na Carta de San José sobre os Direitos dos Idosos da América Latina e do Caribe (2012), nos idiomas oficiais de cada documento⁴².

Em termos procedimentais, primeiramente, foram localizadas as ocorrências do termo desenvolvimento, em inglês (*development*) e em espanhol (*desarrollo*)⁴³. Em seguida, o contexto dessas ocorrências foi considerado e não apenas o termo em si. Em terceiro lugar, foi adotado o movimento analítico, do qual denominamos *macro análise*, que consistiu na identificação de padrões argumentativos relacionados a cada ocorrência. Por compartilhar a visão de Quaresma (2016), que o sentido se dá por acumulação, podemos identificar padrões de significado do desenvolvimento que se acumulam no Plano de Madri e que se difundem nos demais documentos. Buscamos, então, associar palavras-chaves (categorias) que pudessem resumir esses padrões argumentativos e analisá-los à luz de aportes da gramática sistêmica funcional em língua portuguesa (FUZER & CABRAL, 2014; QUARESMA, 2016).

Essa estratégia de análise compreende, então, como unidade analítica a inteireza de cada texto (por meio do contraste de todas as ocorrências do desenvolvimento). Assim, evidencia-se não apenas o valor semântico atribuído a cada uma das ocorrências, mas também seu efeito cumulativo. Entende-se, por um lado, que o sentido não está circunscrito unicamente à unidade lexical rastreada, mas se produz na relação de proximidade com os outros aspectos léxico-gramaticais. Por outro lado, entende-se também que o sentido é dado por acumulação ao longo do texto⁴⁴.

⁴² As traduções oficiais estão apresentadas nos anexos 1 e 2 deste trabalho.

⁴³ É necessário destacar que o termo “desenvolvimento” só foi analisado, quando ele exercia função gramatical de substantivo.

⁴⁴ Modelo analítico desenvolvido em QUARESMA (2016)

2.1 Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento

Parte 1 – Discurso Kofi A. Annan

Fragmento	Categoria	Análise
And it represents the first time Governments agreed to link questions of ageing to other frameworks for social and economic development and human rights, most notably those agreed at the United Nations conferences and summits of the past decade.	Desenvolvimento como macro política	No discurso introdutório ao Plano de Ação de Madri sobre Envelhecimento, logo é apresentada a perspectiva desenvolvimentista do texto. Percebemos que o desenvolvimento tem um espaço privilegiado no documento, uma vez que está presente na primeira orientação prioritária. Essa perspectiva torna-se evidente nesse trecho, ao ser mencionado que, pela primeira vez, os governos acordaram em associar as questões do envelhecimento ao panorama de desenvolvimento social e econômico. Percebemos também que “desenvolvimento” aparece qualificado como “desenvolvimento social e econômico” e ligado aos direitos humanos. O qualificador “first” remete a uma a ideia de pioneirismo do Plano, diante de outras políticas sobre o envelhecimento das Nações Unidas.

Parte 2 – Declaração Política

Fragmento	Categoria	Análise
Art. 5 We reaffirm the commitment to spare no effort to promote democracy, strengthen the rule of law and promote	Desenvolvimento como direito	Aqui o “direito ao desenvolvimento” está inserido em uma relação de paralelismo, portanto, de relativa equivalência com valores pilares do pensamento democrático apresentado nos trechos: “estado de direito”, “igualdade de gênero”, “direitos humanos” e “liberdades fundamentais”. Esse direito exprime relativo destaque por

gender equality, as well as to promote and protect human rights and fundamental freedoms, including the right to development .		ser o único nomeado dentre os demais incluídos nos direitos humanos e nas liberdades fundamentais.
---	--	--

Parte 3 – Introdução

Fragmento	Categoria	Análise
<p>4. Though developed countries have been able to age gradually, they face challenges resulting from the relationship between ageing and unemployment and sustainability of pension systems, while developing countries face the challenge of simultaneous development and population ageing.</p>	Desenvolvimento como desafio	<p>No parágrafo 4 da introdução do Plano de Madri, é apresentada uma comparação entre os países considerados “desenvolvidos” e aqueles intitulados como “em desenvolvimento”, ao descrever como o envelhecimento se manifesta como desafio ou problema (segundo a tradução oficial em português).</p> <p>Essa questão nos países “desenvolvidos” é introduzida a partir de uma quebra de expectativa, uma vez que a população desses países teve a oportunidade de ter envelhecido gradualmente. Já os países considerados “em desenvolvimento” enfrentam essa questão, simultaneamente com a questão de seu próprio processo de desenvolvimento.</p> <p>No trecho a conjunção subordinativa “<i>though</i>” (“embora” na língua portuguesa) exerce a função de adjunto adverbial de contraste no texto e apresenta uma ideia contrária a oração principal, contudo, sem que essa perca seu sentido. A conjunção remete a uma quebra de expectativa, levando a interpretação de que nos países desenvolvidos não há dificuldades inerentes às questões do envelhecimento. Contudo essa quebra de expectativa só tem efeito, se o leitor dialogar com o ideal desenvolvimentista do documento, em que onde há o desenvolvimento não há desafios a serem solucionados. Enquanto a</p>

		<p>conjunção “<i>while</i>” (“enquanto” na língua portuguesa) também é uma conjunção subordinativa e exerce a função de comparação de um assunto a outro que é expresso na oração principal.</p> <p>Nesse trecho se faz presente a relação de tensão entre os países “desenvolvidos” e “em desenvolvimento”.</p>
<p>9. It is essential to integrate the evolving process of global ageing within the larger process of development.</p>	<p>Desenvolvimento como macro política</p>	<p>Nesse trecho, a integração do crescente processo de envelhecimento populacional é tratada como uma questão essencial ao processo mais amplo de desenvolvimento. Isso ativa o pressuposto da necessidade de estruturar respostas aos desafios do envelhecimento, sob uma perspectiva desenvolvimentista.</p>
<p>10. The Plan recognizes the many different stages of development and the transitions that are taking place in various regions, as well as the interdependence of all countries in a globalizing world.</p>	<p>Como processo etapista (por etapas)</p>	<p>Reconhecer estágios diferentes de desenvolvimento, indica que o Plano de Madri dialoga com a concepção fundamentada na premissa do desenvolvimento como mito fundador, relativa à concepção do desenvolvimento dividido em etapas progressivas. Conforme apresentado no capítulo teórico, Chang (2004) argumenta que essa ideia de desenvolvimento não corresponde à realidade. Para o autor não há como todos os países alcançarem o mesmo grau de desenvolvimento; logo para ele, essa ideia serve como subterfúgio para implementação de políticas neoliberais nos países considerados “menos desenvolvidos”.</p>
<p>11. A society for all ages, which was the theme for the 1999 International Year of Older Persons, contained four dimensions: individual lifelong development;</p>	<p>Desenvolvimento como macro política</p>	<p>Já em 1999, no âmbito da política das Nações Unidas para o <i>Ano Internacional dos Idosos</i>, a relação entre envelhecimento populacional e o desenvolvimento é indicada como uma de suas dimensões prioritárias.</p>

<p>multigenerational relationships; the interrelationship between population ageing and development; and the situation of older persons.</p>		
<p>12 (g) Recognition of the crucial importance of families, intergenerational interdependence, solidarity and reciprocity for social development.</p>	<p>Desenvolvimento como necessidade</p>	<p>Na alínea “g” do parágrafo 12, “desenvolvimento” está qualificado pelo adjetivo “social”. O texto se refere especificamente a essa modalidade de desenvolvimento e não ao desenvolvimento como conceito amplo, conforme o faz ao longo do documento. Ao mesmo tempo que o termo “desenvolvimento” apresenta como sentido semântico o sentido de necessidade (desenvolvimento como necessário), em uma análise gramatical, “desenvolvimento” exerce a função de beneficiário do processo presente na oração.</p>
<p>14b. The priority directions are designed to guide policy formulation and implementation towards the specific goal of successful adjustment to an ageing world, in which success is measured in terms of social development, the improvement for older persons in quality of life and in the sustainability of the various systems, formal</p>	<p>Desenvolvimento como parâmetro</p>	<p>Nesse trecho do 14º parágrafo da introdução, é anunciado o objetivo central das três orientações prioritárias do Plano de Madri: a adaptação bem-sucedida em um mundo que envelhece. O texto entende que esse sucesso é medido pelo desenvolvimento social, pela melhora na condição de vida das pessoas idosas e pela sustentabilidade de sistemas de bem-estar. Percebemos que a adaptação ao mundo que envelhece é prevalecente sobre a melhora nas condições de vida das pessoas idosas, uma vez que é apresentada como objetivo final do documento. Não seria equivocado dizer então, que a pessoa idosa é uma coadjuvante no Plano de Madri.</p>

and informal, that underpin the quality of well-being throughout the life course.		
15a. The task is to link ageing to other frameworks for social and economic development and human rights.	Desenvolvimento como macro política	Esse trecho do 15º parágrafo da introdução, novamente há uma alusão à necessidade de integração da questão do envelhecimento nas agendas de desenvolvimento e direitos humanos. Pressupõe-se, também, que a consequência direta seria agregar a perspectiva do desenvolvimento, qualificado aqui como social e econômico, na resposta à questão do envelhecimento populacional.
15b. Forward thinking calls us to embrace the potential of the ageing population as a basis for future development .	Desenvolvimento como objetivo	O termo “pensamento visionário” traz novamente a ideia de pioneirismo e vanguarda que o Plano de Madri transmite. O processo “nos chama a adotar” (“ <i>call us to embrace</i> ”) pode estar se referindo tanto aos políticos signatários do documento, quanto a sociedade como um todo. E novamente é reforçada a importância da integração da questão do envelhecimento no quadro político do desenvolvimento, nesse trecho qualificado com o adjetivo “futuro”.

Parte 4 - Orientação prioritária I: pessoas idosas e o desenvolvimento

Fragmento	Categoria	Análise
16b. No individual should be denied the opportunity to benefit from development .	Desenvolvimento como salvação	Nesse trecho é exposto o conteúdo do desenvolvimento como mito fundador, o que esse trabalho entende por “mito do desenvolvimento”; isto é, o desenvolvimento concebido a partir de uma única perspectiva, positiva, como a solução para todos os males da sociedade.
17a. Whereas development can benefit all sectors of society, sustained	Desenvolvimento como salvação	Novamente é expressa a ideia de que o desenvolvimento pode beneficiar todos os setores da sociedade. O trecho argumenta que, mesmo que o desenvolvimento possa beneficiar todos os

<p>legitimacy of the process requires the introduction and maintenance of policies that ensure the equitable distribution of the benefits of economic growth.</p>		<p>setores da sociedade (o argumento parte de um princípio de consenso universal sobre essa questão), a legitimação desse fato se dá por assegurar uma distribuição equitativa dos benefícios do crescimento econômico. Faz-se presente além do mito do desenvolvimento, a desconsideração de todos os setores que não compartilham do processo produtivo capitalista, tais como os povos tradicionais, que ao longo dos anos sofreram expressivos impactos negativos oriundos do modelo de desenvolvimento capitalista ocidental.</p>
<p>17b. One of the principles in the Copenhagen Declaration on Social Development and Programme of Action adopted at the World Summit for Social Development is the creation of a framework by Governments to fulfil their responsibility for present and future generations by ensuring equity across the generations.</p>	<p>Referência a Declaração sobre o Desenvolvimento Social de Copenhague</p>	<p>Referência a Declaração sobre o Desenvolvimento Social, ao discorrer sobre responsabilidade dos governos de assegurar equidade (sem qualificador, não se sabe se é equidade de direitos, equidade econômica ou política) entre as gerações.</p>
<p>23. Unemployment, underemployment and labour market rigidities often prevent this, thus restricting opportunities for individuals and depriving society of their energies and</p>	<p>Referência a Declaração sobre o Desenvolvimento Social de Copenhague</p>	<p>Referência a Declaração sobre o Desenvolvimento Social, ao discorrer acerca da importância de cumprir o objetivo de atingir o pleno emprego.</p>

<p>skills. Implementation of commitment of the Copenhagen Declaration on Social Development on promoting the goal of full employment is fundamentally important for these very reasons, as are the strategies and policies outlined in the Programme of Action of the World Summit and the further initiatives for growth of employment recommended by the twenty-fourth special session of the General Assembly.</p>		
<p>42. Changing demographic, social and economic circumstances require the adjustment of pension, social security, health and long-term care systems to sustain economic growth and development and to ensure adequate and effective income maintenance and service provision.</p>	<p>Desenvolvimento como necessidade</p>	<p>No parágrafo 42, da orientação prioritária I, é introduzida a questão da solidariedade intergeracional acerca dos sistemas de proteção social. O texto afirma que a solidariedade é um pré-requisito para a fundação do bem-estar público e de sistemas informais de proteção social. O trecho analisado argumenta que as transformações demográficas, sociais e econômicas requerem o ajuste no sistema de proteção social para que se possa manter o crescimento e o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, assegurar a manutenção do rendimento e do serviço prestado pelo sistema de pensões. Nesse trecho faz-se presente uma confirmação da segunda hipótese deste trabalho. A perspectiva desenvolvimentista da política da ONU sobre envelhecimento filia-se a ideologia do <i>workfare state</i>, na medida em que, ao falar em solidariedade</p>

		intergeracional e sistemas de proteção social, pressupõe-se prioridade a proteção dos processos de crescimento e de desenvolvimento econômico, em relação a proteção social da pessoa idosa, que nem ao menos se faz presente no texto.
44 (f) Promote and strengthen solidarity among generations and mutual support as a key element for social development	Desenvolvimento como objetivo	Nesse trecho, destacamos que a solidariedade entre as gerações está a serviço do desenvolvimento e não da pessoa idosa, como era esperado em um documento acerca de seus direitos. “Desenvolvimento”, que novamente exerce o sentido gramatical de participante beneficiário do processo da oração, é aqui qualificado como “social”.
55 (l) Enhance international cooperation, including burden-sharing and coordination of humanitarian assistance to countries affected by natural disasters and other humanitarian emergencies and post-conflict situations in ways that would be supportive of recovery and long-term development.	Desenvolvimento como necessidade	O objetivo 55 se refere a “Igualdade de acesso de pessoas idosas à alimentação, à moradia, à assistência médica e a outros serviços durante e depois de desastres naturais e outras situações de calamidade pública”. Novamente, o texto ativa o pressuposto de que o desenvolvimento representa mais uma finalidade em si que o meio de uma ação política para a promoção do bem-estar da população idosa, quebrando a expectativa criada pelo título do parágrafo, que foca na pessoa idosa.

Parte 5 - Orientação prioritária II: promoção da saúde e bem-estar na velhice

Fragmento	Categoria	Análise
57. Good health is a vital individual asset. Similarly, a	Desenvolvimento	A partir do parágrafo 57, localizado na segunda orientação prioritária, conclui-se que, enquanto uma boa saúde é vital para o indivíduo; no âmbito de uma sociedade,

<p>high overall level of health of the population is vital for economic growth and the development of societies.</p>	<p>como necessidade</p>	<p>bons índices de saúde na população são vitais para o crescimento econômico e para o desenvolvimento. Esse trecho ativa o pressuposto de que o crescimento e o desenvolvimento econômico tornam-se prioridades sobre a saúde da população como um todo e especificamente das pessoas idosas, na medida em que, no primeiro parágrafo da orientação prioritária relacionada à saúde e bem-estar da pessoa idosa, o crescimento econômico e o desenvolvimento são evocados na qualidade de participantes beneficiários.</p>
<p>62. Goals of increasing the healthy lifespan, improving the quality of life for all, reducing mortality and morbidity rates and increasing life expectancy were set at the International Conference on Population and Development (1994).</p>	<p>Referência a Declaração sobre a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento</p>	<p>Referência a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, ao enumerar os objetivos e metas, ligadas a Saúde, contidas na Conferência e reforçadas pelo presente documento.</p>
<p>70. Primary health care is essential health care based on practical, scientifically sound and socially acceptable methods and technology made universally accessible to individuals and families in the community through their full participation, and at a cost that the community and</p>	<p>Como processo etapista (por etapas)</p>	<p>Esse trecho faz referência à atenção primária a saúde, um modelo de assistência médica preconizado pelo Plano de Madri como econômico e acessível a qualquer estágio de desenvolvimento que um país se encontre. Novamente identificamos o desenvolvimento representado como estágios a serem alcançados, o que nos remete à ideia do “mito do progresso” ou mito do desenvolvimento. Nota-se também que as características da implementação dessa assistência médica apresentadas, são exaltadas por motivos econômicos, ao estabelecerem uma relação de autossuficiência e de autodeterminação, e não por razões ligadas a saúde da comunidade ou da população idosa. Essa ideia alude ao discurso positivo sobre envelhecimento, em particular ao</p>

country can afford to maintain at every stage of their development , in the spirit of self-reliance and self-determination.		envelhecimento ativo, na medida que procura transferir a responsabilidade do cuidado e da saúde para o indivíduo, desonerando o Estado dessa função.
--	--	--

Parte 6 - Orientação prioritária III: criação de ambiente propício e favorável

Fragmento	Categoria	Análise
91a. The promotion of an enabling environment for social development was one of the central goals agreed at the World Summit for Social Development.	Desenvolvimento como necessidade	É relevante destacar que esse trecho está inserido no primeiro parágrafo da terceira orientação prioritária e não faz nenhuma menção à pessoa idosa ou ao processo de envelhecimento populacional. Nesse trecho, é explícito que “a criação de ambiente propício e favorável” faz referência ao desenvolvimento social (qualificado), e não à pessoa idosa, pretensamente a participante beneficiária do Plano de Madri, que nem ao menos está presente no parágrafo inicial desta sessão.
91a. The promotion of an enabling environment for social development was one of the central goals agreed at the World Summit for Social Development .	Referência a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social	Referência a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, acerca da promoção de um ambiente propício e favorável, como uma das metas centrais.
91b. It was renewed and strengthened at the twenty-fourth special session of the General Assembly on social development .	Referência a Assembleia Geral sobre Desenvolvimento Social	Referência a Assembleia Geral sobre Desenvolvimento Social acerca da reafirmação e fortalecimento do compromisso da criação de um ambiente propício e favorável.

<p>91c. The commitment included essential framework conditions such as: participatory, transparent and accountable political systems, as well as good governance at the national and international levels, as established in the Millennium Declaration; recognition of the universal indivisible interdependent and interrelated nature of all human rights; increased external assistance to developing countries through official development assistance and debt relief;</p>	<p>Desenvolvimento como estratégia</p>	<p>Nesse trecho do parágrafo 91 um dos elementos do compromisso firmado pela vigésima quarta sessão extraordinária da Assembleia Geral da ONU consiste no aumento da assistência externa aos países “em desenvolvimento” mediante a assistência oficial para o desenvolvimento. Novamente é evidenciada a relação entre os países considerados “desenvolvidos” e os “menos desenvolvidos”. E nessa relação podemos identificar uma hierarquia opaca entre os países que fornecem ajuda para o desenvolvimento (países “desenvolvidos”) e aqueles que recebem a ajuda (países “menos desenvolvidos”).</p>
<p>91d. Realization of these and other aspects of an enabling environment and the economic growth and social development to which they contribute will make possible the achievement of the goals and policies agreed upon in the present International</p>	<p>Desenvolvimento como estratégia</p>	<p>A partir da leitura desse trecho, entendemos que por meio da realização do crescimento econômico e do desenvolvimento (qualificado com o adjetivo: “social”), será possível atingir os objetivos do Plano de Madri. O crescimento econômico é exaltado explicitamente nesse trecho. Então, há o pressuposto de que o Plano de Madri só será de fato consolidado, uma vez que o país conseguir um certo nível de crescimento econômico e de desenvolvimento social.</p>

Plan of Action.		
<p>92a. The mobilization of domestic and international resources for social development is an essential component for the implementation of the International Plan of Action on Ageing, 2002</p>	Desenvolvimento como objetivo	<p>Nesse trecho o documento expressa que a mobilização de recursos, nacionais e internacionais, para o desenvolvimento (qualificado com o adjetivo: “social”) é essencial para a implementação do Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento. Nota-se que a mobilização de recursos beneficia o desenvolvimento e não políticas e ações sobre o envelhecimento em benefício da pessoa idosa.</p> <p>Novamente está presente a ideia de que primeiro é necessário superar a questão do desenvolvimento, para que o Plano seja consolidado.</p> <p>Nota-se que os mesmos recursos não são invocados para políticas e ações sobre o envelhecimento ou em benefício da pessoa idosa, e sim para desenvolvimento.</p>
<p>92b. There is also greater acceptance of the view that the increasing debt burden faced by the most indebted developing countries is unsustainable and constitutes one of the principal obstacles to achieving progress in people-centred sustainable development and poverty eradication.</p>	Desenvolvimento como necessidade	<p>É relevante destacar o reconhecimento que o Plano de Madri faz em relação aos obstáculos enfrentados por países qualificados como “em desenvolvimento”, em razão de suas dívidas (ainda que sem contextualizar historicamente o motivo dela, e a relação de exploração mantida pelos países hoje considerados desenvolvidos), para alcançar um desenvolvimento sustentável e centrado nas pessoas (primeira vez que o documento qualifica o desenvolvimento como “sustainable” e “people-centred”).</p>
<p>92c. For many developing countries, as well as countries with economies in transition, excessive debt</p>	Desenvolvimento como necessidade	<p>Nesse trecho, a dívida excessiva limita a capacidade de promover o desenvolvimento social (qualificado) e serviços básicos (não é possível afirmar quais serviços seriam), que representam os participantes afetados da oração. Percebemos que a ausência de apresentação do que seriam tais serviços</p>

<p>servicing has severely constrained their capacity to promote social development and provide basic services.</p>		<p>básicos ativa o pressuposto da prioridade dada ao desenvolvimento social (qualificado).</p>
<p>93c. We also commit ourselves to mobilizing domestic resources, attracting international flows, promoting international trade as an engine for development,</p>	<p>Desenvolvimento como necessidade</p>	<p>Novamente faz-se presente o “desenvolvimento” como necessidade, em um trecho, no qual a pessoa idosa nem ao menos é citada. Os representantes de governo reafirmam os compromissos para fomentar o desenvolvimento, por meio da mobilização de recursos nacionais, da atração de correntes internacionais e da promoção do comércio internacional. Por representarem medidas econômicas, pressupõem que o desenvolvimento (sem qualificador) com que os governantes estão se comprometendo é o desenvolvimento econômico.</p>
<p>93d Increasing international financial and technical cooperation for development, sustainable debt financing and external debt relief and enhancing the coherence and consistency of the international monetary, financial and trading systems.</p>	<p>Desenvolvimento como objetivo</p>	<p>Nesse trecho, novamente, ao mesmo tempo em que o “desenvolvimento” apresenta sentido semântico de objetivo, e sentido gramatical de beneficiário de uma ação, não há qualquer menção à pessoa idosa ou ao envelhecimento.</p>

Parte 7 – Aplicação e Seguimento

Fragmento	Categoria	Análise
-----------	-----------	---------

<p>120a. We recognize that globalization and interdependence are opening new opportunities through trade, investment and capital flows and advances in technology, including information technology, for the growth of the world economy and the development and improvement of living standards around the world.</p>	<p>Desenvolvimento como objetivo</p>	<p>Segundo o texto a globalização e a interdependência criam oportunidades para a economia mundial, para o desenvolvimento e para melhores padrões de vida em nível global. Essa afirmação ativa o pressuposto que a globalização e a interdependência entre os países, atuam de forma unilateral.</p> <p>A afirmação desse trecho pressupõe também, uma única perspectiva positiva irrefutável tanto da globalização e da interdependência, quanto do crescimento econômico e do desenvolvimento, encobrindo as desigualdades sociais que esses processos também geram.</p>
<p>120b. Unless the benefits of social and economic development are extended to all countries, a growing number of people in all countries and even entire regions, will remain marginalized from the global economy.</p>	<p>Desenvolvimento como salvação</p>	<p>Nesse trecho do parágrafo 120, novamente é retratado o desenvolvimento como “mito do progresso”. Não é identificado o porquê e como os benefícios do desenvolvimento social e econômico irão remover as pessoas idosas da marginalização da economia global. E nem o que significa estar à margem da economia global está explícito no documento, o que o trecho deixa a entender é que ao proporcionar que as pessoas idosas participem dos benefícios do desenvolvimento (exclusivo a uma parcela muito restrita da população mundial) ela poderá também disfrutar dos benefícios de integrar a economia global, como se ela já não fizesse parte de certa forma dessa estrutura. O que está aparente no texto é que as pessoas idosas que ainda não disfrutaram dos benefícios do desenvolvimento, ao ter sua participação consentida, estarão em condições de igualdade nas relações de disputas da estrutura econômica atual, em vista das pessoas que já disfrutaram dos benefícios do desenvolvimento.</p>
<p>122. In order to complement</p>		<p>O trecho expressa que a cooperação</p>

<p>national development efforts, enhanced international cooperation is essential to support developing countries, least developed countries and countries with economies in transition in implementing the International Plan of Action, 2002, while recognizing the importance of assistance and the provision of financial assistance, inter alia, by:</p>	<p>Desenvolvimento como estratégia</p>	<p>internacional é fundamental para complementar os esforços nacionais para o desenvolvimento de países qualificados como “em desenvolvimento”, “menos desenvolvidos” e “com economias em transição”, para que eles possam implementar o Plano de Ação de Madri. Isso pressupõe que, novamente o “desenvolvimento” é uma estratégia para a implementação do Plano. E deixa subjacente que os países desenvolvidos não necessitam de apoio para a implementação do Plano, partindo do pressuposto que uma vez desenvolvido (o que quer que isso signifique pois não está claro no texto o que caracteriza o desenvolvimento), a aplicação das recomendações do plano se dão de maneira fluida ou já estão incorporadas em suas políticas nacionais. Esses pressupostos, dialogam com a ideologia da gerontologia internacionalista, a promoção de uma concepção hegemônica do envelhecer dos países centrais a ser difundida nos países periféricos.</p>
<p>122a. Recognizing the urgent need to enhance coherence, governance and consistency in the international monetary, financial and trading systems. To contribute to that end, we underline the importance of continuing to improve global economic governance and to strengthen the United Nations leadership role in promoting development.</p>	<p>Desenvolvimento como necessidade</p>	<p>Mais uma vez, o documento que diz respeito ao envelhecimento, e pretensamente a pessoa idosa, dá prioridade a questões do crescimento do e desenvolvimento econômico no âmbito internacional. A questão é que, pelo título da sessão se chamar “Implementation and follow-up” (em português: implementação e acompanhamento) espera-se que o foco seja na implementação e acompanhamento das políticas sobre o envelhecimento, e não em políticas de promoção do crescimento e do desenvolvimento econômico internacional.</p> <p>Destaque para o apelo ao papel das Nações Unidas como promotora do desenvolvimento, a luz do “mito do desenvolvimento”, pode-se pensar no papel messiânico da ONU, assim como o foi o da Europa, no século XIX, ao “levar” a “civilização” aos países periféricos.</p>

<p>122b. With the same purpose, efforts should be strengthened at the national level to enhance coordination among all relevant ministries and institutions. Similarly, we should encourage policy and programme coordination of international institutions and coherence at the operational and international levels to meet the Millennium Declaration development goals of sustained economic growth, poverty eradication and sustainable development.</p>	<p>Desenvolvimento como objetivo</p>	<p>Novamente, o documento tem como prioridade o desenvolvimento, incorporado nesse trecho pelos objetivos da Declaração do Milênio (participante beneficiário), cuja promoção deve ser viabilizada por esforços de fortalecer as instituições políticas em nível nacional e internacional.</p>
<p>122c. Noting the important efforts under way to reform the international financial architecture, which need to be sustained with greater transparency, and the effective participation of developing countries and countries with economies in transition. One major objective of the reform is to</p>	<p>Desenvolvimento como objetivo</p>	<p>Nesse trecho, o documento fala sobre os esforços para a mudança na arquitetura financeira internacional, com participação efetiva dos países “em desenvolvimento” e de “economia em transição”, cujo objetivo é melhorar o financiamento para o desenvolvimento (sem qualificador) e para a erradicação da pobreza. Um objetivo voltado ao desenvolvimento, sem mencionar o envelhecimento ou a pessoa idosa, ativa o pressuposto da preponderância desse objetivo em detrimento daquele referente ao bem-estar da população idosa.</p>

enhance financing for development and poverty eradication.		
122d. We also underscore our commitment to sound domestic financial sectors, which make a vital contribution to national development efforts as an important component of an international financial architecture that is supportive of development .	Desenvolvimento como objetivo	Novamente, um objetivo voltado ao desenvolvimento, sem mencionar o envelhecimento ou a pessoa idosa, ativa o pressuposto da preponderância desse tema em detrimento daquele referente ao bem-estar da população idosa.
122e. Recognizing that a substantial increase in official development assistance and other resources will be required if developing countries are to achieve the internationally agreed development goals and objectives, including those contained in the Millennium Declaration.	Desenvolvimento como estratégia	Novamente, o padrão discursivo da apresentação do desenvolvimento como uma estratégia para a implementação do Plano de Madri. O Plano frequentemente apela aos países desenvolvidos a assistência oficial aos países “menos desenvolvidos”, “em desenvolvimento” e “com economias de transição”. O que indica que a relação da ajuda oficial ao desenvolvimento é uma relação hierárquica Norte-Sul (países desenvolvidos - países não-desenvolvidos).
122f. We urge developed countries that have not done so to make concrete efforts towards the target of 0.7 per cent of gross national	Desenvolvimento como necessidade	Novamente, o apelo aos países desenvolvidos a assistência oficial aos países periféricos (“menos desenvolvidos”, “em desenvolvimento” e “com economias de transição”). Podemos inferir que a ajuda oficial ao desenvolvimento dialoga com a lógica do <i>workfare state</i> , a dinâmica da assistência social a partir do trabalho. Assim como o trabalhador legitima seus

<p>product (GNP) as official development assistance to developing countries and 0.15 per cent of GNP of developed countries to least developed countries and encourage developing countries to build on progress achieved in ensuring that official development assistance is used effectively to help achieve development goals and targets.</p>		<p>direitos a partir de seu vínculo empregatício, um país considerado “não desenvolvido” legitima a ajuda externa a partir do avanço de seu processo de desenvolvimento, em conformidade com o que é estabelecido como desenvolvimento pelos países centrais e pelos organismos internacionais.</p>
--	--	---

Parte 8 – Supervisão, exame e atualização no Plano Mundial

Fragmento	Categoria	Análise
<p>132. The Commission for Social Development will be responsible for follow-up and appraisal of the implementation of the International Plan of Action on Ageing, 2002.</p>	<p>Referência a Comissão para o Desenvolvimento Social das Nações Unidas,</p>	<p>Referência a Comissão para o Desenvolvimento Social das Nações Unidas, no que concerne ao acompanhamento e avaliação do Plano de Madri.</p>

*2.2 Estratégia Regional de Implementação para América Latina e o Caribe do Plano de
Ação Internacional de Madri*

Parte 1 – Considerações Gerais

Fragmento	Categoria	Análise
<p>8 (f). La incorporación de la cuestión del envejecimiento en el desarrollo integral y en las políticas públicas, con la consecuente reasignación de recursos entre las generaciones, es parte de los ajustes necesarios para dar respuesta a los problemas de las sociedades demográficamente más envejecidas.</p>	<p>Desenvolvimento como macro política</p>	<p>Na alínea “f” do oitavo parágrafo do documento de Santiago, nota-se a influência do Plano de Madri, ao apreender a incorporação das questões do envelhecimento a uma agenda de políticas para o desenvolvimento, como resposta aos problemas das sociedades envelhecidas. Nesse trecho está evidente que o documento de Santiago apresenta o mesmo argumento do Plano de Madri, de integrar a questão do envelhecimento ao quadro político do desenvolvimento.</p>

Parte 2 – As pessoas de idade e o desenvolvimento

Fragmento	Categoria	Análise
<p>9. El desarrollo implica no solo la capacidad de un país de producir una mayor cantidad de bienes y servicios con una alta tasa de productividad sino también la disponibilidad y</p>	<p>Desenvolvimento como capacidade</p>	<p>Desenvolvimento é definido no parágrafo 9 como a capacidade que um país tem de produzir bem e serviços em maior quantidade, garantindo a equidade da distribuição do crescimento econômico.</p>

acceso equitativo de todos sus habitantes a dichos recursos y la creación de condiciones para la autorrealización personal en un contexto de seguridad y dignidad.		
17. Objetivo 2 (g) Promover la formación de organizaciones no gubernamentales que tengan como objetivo el desarrollo socioeconómico de la población adulta mayor en áreas vulnerables.	Desenvolvimento como objetivo	Em contraste ao Plano de Madri, nesse trecho, o desenvolvimento (qualificado como socioeconômico) se refere especificamente a população idosa. Nesse trecho o desenvolvimento socioeconômico da pessoa idosa é terceirizado para organizações não-governamentais.

Parte 5 – Aplicação e acompanhamento da estratégia regional

Fragmento	Categoria	Análise
49. (a) Integrar el envejecimiento demográfico en los planes de desarrollo nacional y en la planificación de las intervenciones de los Ministerios de Hacienda, Planificación, Desarrollo Social, Salud, Educación, Vivienda, Transporte,	Desenvolvimento como macro política	Novamente, o desenvolvimento como macro é enunciado, contribuindo para discurso de defesa à incorporação das questões do envelhecimento a uma agenda de políticas para o desenvolvimento.

Trabajo, Turismo y Comunicación, así como en los programas de cobertura a nivel de la seguridad social.		
---	--	--

Parte 6 – Avaliação e revisão

Fragmento	Categoria	Análise
57. La realización de la Conferencia Regional intergubernamental sobre envejecimiento y la formulación de la presente Estrategia de implementación para América Latina y el Caribe del Plan de Acción Internacional de Madrid sobre el Envejecimiento fue solicitada por los países miembros de la CEPAL por medio de la resolución 590(XXIX) aprobada en el vigésimo noveno periodo de sesiones de la CEPAL, celebrado en Brasilia en mayo de 2002 y propuesta por el Comité Especial	Referência ao Comitê Especial Sobre População e Desenvolvimento	Referência ao Comitê Especial sobre População e Desenvolvimento acerca da aprovação da realização da Conferencia Intergovernamental sobre Envelhecimento.

sobre Población y Desarrollo.		
58. Los avances logrados en tal sentido se presentarán en la reunión del Comité Especial sobre Población y Desarrollo , que se llevará a cabo en el marco del trigésimo período de sesiones de la CEPAL (Puerto Rico, mayo de 2004).	Referência ao Comitê Especial Sobre População e Desenvolvimento	Referência ao Comitê Especial sobre População e Desenvolvimento acerca da apresentação dos avanços dos países na questão do envelhecimento na região.
60. Examinar los resultados obtenidos con relación a las metas fijadas a nivel nacional en oportunidad de la reunión del Comité Especial sobre Población y Desarrollo en el marco del trigésimo primer período de sesiones de la CEPAL (2006).	Referência ao Comitê Especial Sobre População e Desenvolvimento	Referência ao Comitê Especial sobre População e Desenvolvimento acerca dos resultados obtidos a partir das metas fixadas na questão do envelhecimento na região.

2.3 Declaração de Brasília sobre o Envelhecimento

Fragmento	Categoria	Análise
Reconociendo que las Naciones Unidas y sus organismos especializados	Desenvolvimento como necessidade	Nesse trecho, o desenvolvimento é representado como necessidade, seguindo o mesmo padrão do Plano de Madri. O documento argumenta que pertencer efetivamente a sociedade é estar incluído na dinâmica do desenvolvimento. A

<p>han puesto especial acento en este tema y han insistido en la ampliación de la cobertura y calidad de los sistemas de protección social para resguardar a las personas frente a los riesgos vinculados con la vejez y que la titularidad de derechos humanos entraña la efectiva pertenencia a la sociedad, pues implica que todos los ciudadanos y ciudadanas están incluidos en la dinámica del desarrollo y pueden disfrutar del bienestar que este promueve,</p>		<p>Declaração não vê a pessoa idosa como participante do processo de desenvolvimento, uma vez que recomenda a sua inclusão e ignora a diferença entre estar excluído e estar a margem de um processo. Também defende a ideia de que a participação no processo de desenvolvimento é que legitima o pertencimento da pessoa idosa na sociedade. Podemos pressupor então, que a pessoa idosa, só terá reconhecimento como cidadã pertencente, na medida em que ela contribua para o desenvolvimento. É evidenciado também, que a proteção dos direitos das pessoas idosa está em paralelo com sua inclusão no processo de desenvolvimento.</p>
<p>Reconociendo asimismo el trabajo sistemático que realiza la CEPAL, por conducto del Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE)-División de Población de la CEPAL, para apoyar a los países de la región en la incorporación del envejecimiento en las</p>	<p>Desenvolvimento como macro política</p>	<p>Nesse parágrafo o desenvolvimento é enunciado como macro política e está em conformidade com a defesa da incorporação das questões do envelhecimento a uma agenda de políticas para o desenvolvimento.</p>

<p>agendas de desarrollo y en el impulso de oportunidades de fortalecimiento de capacidades técnicas, investigación y asistencia técnica a los gobiernos, y agradeciendo el apoyo que brindan el Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA), la Organización Panamericana de la Salud (OPS), la Organización Internacional del Trabajo (OIT) y el Banco Interamericano de Desarrollo (BID), así como la Red Intergubernamental Iberoamericana de Cooperación Técnica (RIICOTEC) y la Organización Iberoamericana de Seguridad Social (OISS),</p>		
<p>3. Destacamos la importancia de examinar, de manera amplia e integral, los efectos de las migraciones en la dinámica del envejecimiento de las</p>	<p>Desenvolvimento como estrutura</p>	<p>No terceiro parágrafo, o desenvolvimento aparece como participante afetado dos efeitos das migrações na dinâmica do envelhecimento. Nesse parágrafo, o documento de Brasília apresenta a preocupação em relação ao impacto dos fluxos de migrações na dinâmica do envelhecimento. Essa preocupação se dirige desde aos migrantes e suas famílias até o desenvolvimento econômico e social dos países, entretanto,</p>

<p>comunidades de origen, tránsito y destino, prestando especial atención al impacto de los flujos migratorios en los propios migrantes, sus familias, la comunidad y la sociedad, así como en el desarrollo económico y social de los países;</p>		<p>apesar do desenvolvimento estar presente, a atenção da recomendação não está centrada nele, como ocorre constantemente no Plano de Madri.</p>
<p>17. De igual modo, invitamos a la Comisión a que examine los avances de los países de la región en la aplicación de la Estrategia regional de implementación para América Latina y el Caribe del Plan de Acción Internacional de Madrid sobre el Envejecimiento y que estos sean presentados en las sesiones del Comité Especial sobre Población y Desarrollo del período de sesiones de la CEPAL;</p>	<p>Referência ao Comitê Especial Sobre População e Desenvolvimento</p>	<p>Referência ao Comitê Especial sobre População e Desenvolvimento acerca da apresentação dos avanços do documento.</p>
<p>20. Instamos a los centros académicos, a las sociedades científicas y a las redes de cooperación en</p>	<p>Desenvolvimento como estrutura</p>	<p>A relação entre envelhecimento e desenvolvimento é apresentada e exaltada por esse parágrafo como um dos temas que devem ser explorados e pesquisados na pesquisa acadêmica.</p>

<p>población, envejecimiento y desarrollo, a realizar estudios detallados, diversificados y especializados sobre el tema, así como a organizar reuniones de trabajo e intercambio para fortalecer la agenda de investigación y capacitación en materia de envejecimiento, y crear y apoyar centros de estudios, investigación y formación de recursos humanos en este ámbito;</p>		
<p>28. Acordamos que esta Declaración de Brasilia constituye la contribución de América Latina y el Caribe al 46° período de sesiones de la Comisión de Desarrollo Social del Consejo Económico y Social de las Naciones Unidas, que se celebrará en febrero de 2008;</p>	<p>Referência a Comissão de Desenvolvimento Social</p>	<p>Referência a Comissão de Desenvolvimento Social acerca da contribuição da Declaração de Brasília, apresentada pela região da América Latina e o Caribe.</p>

2.4 Carta de San José sobre os Direitos dos Idosos da América Latina e do Caribe

Fragmento	Categoria	Análise
<p>Reconociendo el trabajo sistemático que realiza la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), por conducto del Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE) – División de Población de la CEPAL, para apoyar a los países de la región en la incorporación del envejecimiento en las agendas de desarrollo y agradeciendo el apoyo que brindan el Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA) y la Organización Panamericana de la Salud (OPS),</p>	<p>Desenvolvimento como macro política</p>	<p>Novamente, está evidenciado nesse trecho, a defesa da incorporação do envelhecimento na agenda para o desenvolvimento. O trecho destaca o trabalho da CEPAL e do Centro Latino-americano e Caribenho de Demografia (CELADE) no apoio da incorporação da questão do envelhecimento nas agendas de desenvolvimento nacionais. A partir da leitura desse texto, podemos evidenciar, claramente, o objetivo de difusão da incorporação do envelhecimento como um tema pertinente ao desenvolvimento, entre os países latino-americanos e caribenhos.</p>
<p>16. Pedimos a la Presidencia de la Mesa Directiva de esta Conferencia que convoque a una próxima sesión de trabajo para revisar los avances de esta Carta, y que</p>	<p>Referência ao Comitê Especial sobre População e Desenvolvimento</p>	<p>Referência ao Comitê Especial sobre População e Desenvolvimento acerca dos resultados dos avanços da Carta em uma próxima conferência.</p>

<p>presente los resultados de esta Conferencia y su seguimiento en las sesiones del Comité Especial de la CEPAL sobre Población y Desarrollo,</p>		
<p>17. Resolvemos que esta Carta de San José sobre los derechos de las personas mayores de América Latina y el Caribe constituye la contribución de América Latina y el Caribe al 51° período de sesiones de la Comisión de Desarrollo Social del Consejo Económico y Social de las Naciones Unidas, que se celebrará en febrero de 2013,</p>	<p>Referência a Comissão de Desenvolvimento Social</p>	<p>Referência à Comissão De Desenvolvimento Social do Conselho Econômico das Nações Unidas acerca da apresentação da contribuição da Carta para a promoção dos direitos da pessoa idosa na América Latina e o Caribe.</p>

CAPÍTULO 3. A RELAÇÃO DISCURSIVA ENTRE DESENVOLVIMENTO E A PESSOA IDOSA

Dando continuidade à nossa caminhada analítica, o presente capítulo apresenta a descrição, a interpretação e a análise da relação discursiva entre desenvolvimento e a pessoa idosa, rastreados no Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento (2002), na Estratégia Regional de Implementação para América Latina e o Caribe do Plano de Ação Internacional de Madri (2003), na Declaração de Brasília sobre o Envelhecimento (2007) e na Carta de San José sobre os Direitos dos Idosos da América Latina e do Caribe (2012). Seguindo os mesmos métodos e técnicas do capítulo anterior, neste capítulo foram localizadas e analisadas as ocorrências dos termos “desenvolvimento” e “pessoa idosa”.

3.1 Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento

PARTE 1 – Discurso Kofi A. Annan

Fragmento	Categoria	Análise
<p>The Madrid Plan of Action offers a bold new agenda for handling the issue of ageing in the 21st-century. It focuses on three priority areas: older persons and development; advancing health and well-being into old age; and ensuring enabling and supportive environments.</p>	<p>Pessoa idosa como prioridade</p>	<p>No discurso introdutório ao Plano de Ação de Madri, o então Secretário-Geral das Nações Unidas (maior posto da ONU), Kofi A. Annan, declara que o Plano oferece uma “<i>bold new agenda</i>” à questão do envelhecimento no século XXI. Nesse presente trecho – no qual identificamos a primeira frequência da palavra: “desenvolvimento” – o “Plano de Ação de Madri” (<i>Madrid Plan of Action</i>) exerce a função de participante agente da oração e atua, ao oferecer (<i>offers</i>) uma nova e ambiciosa agenda a questão do envelhecimento no séc. XXI. O vocábulo “<i>bold</i>” pode ser traduzido como “corajoso”, “ousado” e/ou “ambicioso”. Portanto, ao qualificar “<i>agenda</i>” com a expressão “<i>bold new</i>”, o discurso do Kofi A. Annan, reforça o pioneirismo e a ousadia do Plano de Madri, o que dá ênfase a relevância de sua aplicação. É relevante destacar também que na</p>

		segunda oração do trecho, na qual são apresentadas as áreas prioritárias que o Plano de Madri pretende abarcar, identificamos que a relação entre a pessoa idosa e o desenvolvimento têm prioridade hierárquica sobre as demais, por ser a primeira indicada. É necessário destacar também, que “desenvolvimento” e “bem-estar” estão separados em áreas prioritárias distintas, isso ativa o pressuposto que são coisas diferentes, na medida em que quando o documento discorre sobre desenvolvimento está ausente o bem-estar da pessoa idosa.
--	--	---

PARTE 2 – Declaração Política

Fragmento	Categoria	Análise
Art. 1 In the context of the Plan of Action, we are committed to actions at all levels, including national and international levels, on three priority directions: older persons and development ; advancing health and well-being into old age; and ensuring enabling and supportive environments.	Pessoa idosa como prioridade	Vide primeiro quadro.
Art. 6 The modern world has unprecedented wealth and technological capacity and has presented	Pessoa idosa como contribuinte	Percebemos no artigo 6 do Plano de Madri, que prosperidade e a capacidade tecnológica do mundo moderno têm apresentado oportunidades de empoderamento a homens e mulheres para atingir a idade avançada, com boa saúde e bem-estar e assim poder

<p>extraordinary opportunities: to empower men and women to reach old age in better health and with more fully realized well-being; to seek the full inclusion and participation of older persons in societies; to enable older persons to contribute more effectively to their communities and to the development of their societies; and to steadily improve care and support for older persons as they need it.</p>		<p>continuar contribuindo com o desenvolvimento. Esse artigo nos indica que a saúde e o bem-estar não são a finalidade, e sim o meio para alcançar a participação da pessoa idosa no processo de desenvolvimento.</p>
<p>Art. 7 Unless the benefits of social and economic development are extended to all countries, a growing number of people, particularly older persons in all countries and even entire regions, will remain marginalized from the global economy.</p>	<p>Pessoa idosa como marginalizada (do desenvolvimento)</p>	<p>Verifica-se nesse trecho o mito do desenvolvimento como solução universal para os males da humanidade. Não é identificado, assim, o porquê e como os benefícios do desenvolvimento social e econômico irão remover as pessoas idosas da marginalização da economia global. A oração desse trecho do artigo 7º, inicia-se com uma conjunção adverbial condicional: “<i>unless</i>” ou em português, “a menos que”. Essa conjunção subordinativa impõe uma condição para a ocorrência do que é expresso na oração principal: “um grande número de pessoas, particularmente pessoas idosas em todos os países e até mesmo regiões inteiras, irão permanecer marginalizadas da econômica global”. Em outros termos, a difusão do desenvolvimento e de seus benefícios (o que pode ser entendido como a implementação de políticas</p>

		desenvolvimentistas) é uma condição <i>sine qua non</i> a integração da pessoa idosa a economia global.
Art. 10 The potential of older persons is a powerful basis for future development . This enables society to rely increasingly on the skills, experience and wisdom of older persons, not only to take the lead in their own betterment but also to participate actively in that of society as a whole.	Pessoa idosa como contribuinte	A partir desse trecho podemos concluir que a participação da pessoa idosa aos benefícios do desenvolvimento social e econômico está submetida à contrapartida de sua participação ativa como contribuinte ao processo de desenvolvimento. Faz-se presente a dinâmica social inerente à lógica do <i>workfare state</i> , por meio de uma relação de contrapartida, em que a pessoa idosa tem o direito de participar dos benefícios do desenvolvimento social e econômico, desde que possa também contribuir para esse processo.
Art. 14 We recognize the contribution of older persons to development in their role as caregivers.	Pessoa idosa como contribuinte	Novamente, aqui se faz o reconhecimento dos representantes de Estado à contribuição da pessoa idosa para o desenvolvimento, que não aparece qualificado nem como social, nem como econômico.

PARTE 3 – Introdução

Fragmento	Categoria	Análise
12. Implementing their provisions would enable older persons to contribute fully and benefit equally from development .	Pessoa idosa como contribuinte	O parágrafo 12 da Introdução ao Plano, discorre sobre os compromissos, objetivos e metas da ONU na melhoria das condições sociais e econômicas de todas as pessoas. Contudo, a razão da melhoria das condições sociais e econômicas da população idosa está intrinsecamente ligada ao processo de desenvolvimento, em um primeiro momento como contribuinte dele e no segundo na qualidade de beneficiária. Pode se perceber também a relação causal subjacente no texto, enquanto a pessoa

		<p>idosa participa do processo de desenvolvimento (novamente aqui se faz presente a ideia que ela está a margem dele) ela irá se beneficiar de seus resultados. Conclui-se que não há uma ideia de proteção social, e sim uma orientação de participação social voltada ao trabalho, pertinente à concepção do <i>workfare state</i>. Faz-se presente então, o padrão argumentativo de melhoras as condições de vida da pessoa idosa, não como finalidade <i>per se</i>, mas como um “meio” para que ela possa contribuir com o desenvolvimento da sociedade.</p>
<p>13. The promotion and protection of all human rights and fundamental freedoms, including the right to development, is essential for the creation of an inclusive society for all ages in which older persons participate fully and without discrimination and on the basis of equality.</p>	<p>Pessoa idosa como contribuinte</p>	<p>Os direitos humanos e as liberdades fundamentais são convocados para a construção de uma sociedade inclusiva para todas as idades, em que a pessoa idosa possa participar integralmente sem discriminação. Tais conceitos não são invocados para reafirmar os direitos da pessoa idosa e a necessidade de proteção social, mas sim, para exaltar a importância de sua participação integral na sociedade. Com base na leitura deste documento, entendemos que essa participação se refere a inclusão da população idosa na produção econômica.</p>
<p>14. The recommendations for action are organized according to three priority directions: older persons and development; advancing health and wellbeing into old age; and ensuring enabling and supportive environments.</p>	<p>Pessoa idosa como prioridade</p>	<p>É necessário destacar novamente, que “desenvolvimento” e “bem-estar” estão separados em áreas prioritárias diferentes, isso ativa o pressuposto que são coisas distintas, na medida em que quando o documento discorre sobre desenvolvimento está ausente o bem-estar da pessoa idosa.</p>

Parte 4 - Orientação prioritária I: pessoas idosas e o desenvolvimento

Fragmento	Categoria	Análise
<p>16a. Older persons must be full participants in the development process and also share in its benefits.</p>	<p>Pessoa idosa como contribuinte</p>	<p>Novamente, a urgência da pessoa idosa como participante do processo de desenvolvimento.</p>
<p>16c. The impact of population ageing on the socio-economic development of society, combined with the social and economic changes taking place in all countries, engender the need for urgent action to ensure the continuing integration and empowerment of older persons.</p>	<p>Pessoa idosa como marginalizada (do desenvolvimento)</p>	<p>O trecho introduz o impacto do envelhecimento populacional no desenvolvimento socioeconômico da sociedade, contudo não é possível a partir da leitura desse trecho afirmar se é um impacto positivo ou negativo. Porém ao levar em consideração o conteúdo do parágrafo e do Plano de Madri como um todo, podemos afirmar que a finalidade é de se apropriar do envelhecimento populacional a favor do desenvolvimento socioeconômico, por meio da integração da pessoa idosa no processo produtivo. O adjetivo “urgente”, em “ação urgente” legitima a necessidade da “integração permanente” e do “empoderamento das pessoas idosas”.</p> <p>Conclui-se que para que o envelhecimento populacional, assim como outras mudanças sócio econômicas que não são apresentadas, tenham um impacto positivo sob o desenvolvimento socioeconômico, é necessária a ação urgente de integrar e empoderar as pessoas idosas na sociedade. Nota-se que a integração e o empoderamento da população idosas não estão a favor da pessoa idosa e sim do desenvolvimento socioeconômico.</p>
<p>16d. In addition, migration, urbanization, the shift from extended to smaller, mobile families, lack of access to technology that promotes</p>	<p>Pessoa idosa como marginalizada (do desenvolvimento)</p>	<p>Nesse trecho notamos que a agência social e econômica da pessoa idosa, assim como sua fonte de apoio, está intimamente ligada à integração dela ao processo de desenvolvimento. Tal afirmação corresponde a mais um argumento a favor da urgência de integrar a população idosa ao processo produtivo.</p>

<p>independence and other socioeconomic changes can marginalize older persons from the mainstream of development, taking away their purposeful economic and social roles and weakening their traditional sources of support.</p>		<p>Aqui a conjunção coordenativa aditiva “<i>In addition</i>” exerce a função de acrescentar uma informação ao trecho antecessor, o efeito é aumentar a validação do argumento de integração da pessoa idosa ao processo de desenvolvimento. O trecho lista uma série de fatores: migração, urbanização, mudanças nas estruturas familiares, falta de acesso à tecnologia, que podem marginalizar a pessoa idosa do processo de desenvolvimento (ausente de qualificador). Privando-as de seus papéis econômicos e sociais significativos e enfraquecendo sua fonte tradicional de apoio.</p>
<p>48. (f) Support innovative programmes to empower older persons, particularly women, to increase their contributions to and benefit from development efforts to eradicate poverty;</p>	<p>Pessoa idosa como marginalizada (do desenvolvimento)</p>	<p>Esse trecho traz novamente a necessidade de integração da pessoa idosa ao processo de desenvolvimento, como contribuinte e beneficiária dele, nos esforços de combate à pobreza. É interessante destacar que a razão do <i>empoderamento</i> da pessoa idosa surge pela urgência de sua integração ao processo de desenvolvimento. De acordo com a perspectiva deste trabalho, isso se deve a finalidade do documento, de buscar solucionar o impacto negativo que o envelhecimento populacional possa causar no desenvolvimento econômico, e não pela necessidade de melhorar as condições de vida dessa população, nem pela legitimação de seus direitos humanos, sociais, civis e políticos.</p>

Parte 5 - Orientação prioritária II: promoção da saúde e bem-estar na velhice

Fragmento	Categoria	Análise
<p>76 (b). Implement community development strategies that determine a systematic needs assessment baseline for the</p>	<p>Pessoa idosa como contribuinte</p>	<p>Novamente a contribuição das pessoas idosas é invocada.</p>

<p>planning, execution and evaluation of locally based health programmes. The baseline should include contributions from older persons.</p>		
<p>81 Objective 3: Enhancement and recognition of the contribution of older persons to development in their role as caregivers for children with chronic diseases, including HIV/AIDS, and as surrogate parents.</p>	<p>Pessoa idosa como contribuinte</p>	<p>O objetivo 3 do parágrafo 81 diz respeito ao “fortalecimento e reconhecimento da contribuição de idosos para desenvolvimento, quando cuidam de crianças com enfermidades crônicas, inclusive a aids, e quando substituem aos pais”.</p> <p>Novamente, o apelo ao reconhecimento da população idosa como contribuintes ao desenvolvimento. Nesse trecho, a pessoa idosa tem um papel social explícito ligado ao cuidado da família.</p>
<p>81 (d) Encourage the elaboration of studies to better understand and highlight the contribution of older persons to social and economic development in all countries, in particular those countries severely affected by HIV/AIDS, and disseminate the findings as widely as possible.</p>	<p>Pessoa idosa como contribuinte</p>	<p>A alínea “d” do parágrafo 81 faz referência ao incentivo de estudos que possam destacar a contribuição da população idosa para o desenvolvimento em todos os países, em particular aqueles afetados pelo HIV/AIDS.</p> <p>Novamente, está presente no texto o apelo para que a pessoa idosa contribua para o processo de desenvolvimento, por meio do incentivo de estudos que possam compreender melhor a agência da população idosa no processo de desenvolvimento. O trecho também destaca a particularidade dos países gravemente afetados pela AIDS. Pressupõe-se a partir da interpretação do texto, que a colaboração da pessoa idosa nesses países teria maior relevância, pelo uso do advérbio de modo “particularmente”. Inferimos então, que o documento prevê o compartilhamento de responsabilidades dos cuidados das vítimas de pessoas com HIV/AIDS, com a</p>

		população idosa.
--	--	------------------

Parte 6 - Orientação prioritária III: criação de ambiente propício e favorável

Fragmento	Categoria	Análise
113 (e) Recognize that the media are harbingers of change and can be guiding factors in fostering the role of older persons in development strategies, including in rural area.	Pessoa idosa como contribuinte	Nesse trecho, alude-se a mídia como meio precursor na difusão do papel da pessoa idosa como contribuinte nas estratégias para o desenvolvimento.

Parte 7 – Aplicação e Seguimento

Fragmento	Categoria	Análise
115. The implementation of the International Plan of Action on Ageing, 2002 also requires, inter alia, a political, economic, ethical and spiritual vision for social development of older persons based on human dignity, human rights, equality, respect, peace, democracy, mutual responsibility and cooperation and full respect	Pessoa idosa como prioridade	No parágrafo 115º, nota-se que a pessoa idosa é apresentada como prioridade sem estar acompanhada ao tema do desenvolvimento. Há uma inversão do padrão recorrente do discurso do Plano, o desenvolvimento está a favor da pessoa idosa e não ao contrário. Pela primeira vez se fez presente o “desenvolvimento” qualificado como “desenvolvimento social das pessoas idosas”, o que é muito significativo, uma vez que poucas vezes o desenvolvimento até agora foi empregado para beneficiar a população idosa, sem nenhuma contrapartida.

<p>for the various religious and ethical values and cultural backgrounds of people.</p>		
<p>116a. A necessary first step in the successful implementation of the Plan is to mainstream ageing and the concerns of older persons into national development frameworks and poverty eradication strategies.</p>	<p>Pessoa idosa como marginalizada (do desenvolvimento)</p>	<p>O Plano de Madri confirma que para que a implementação do Plano seja bem-sucedida, é necessário integrar o envelhecimento e as questões das pessoas idosas no quadro de políticas nacionais para o desenvolvimento. A partir dessa ideia explícita no trecho do parágrafo 116, e pela análise já realizada, é possível pressupor que a sua estratégia é dar visibilidade ao envelhecimento e as questões das pessoas idosas, por meio da integração a uma política mais ampla, de desenvolvimento.</p>
<p>123b. International financial institutions and regional development banks are invited to examine and adjust their lending and grants practices to ensure that older persons are recognized as a development resource and are taken into account in their policies and projects as part of efforts to assist developing countries and countries with economies in transition in the implementation of the International Plan of Action, 2002.</p>	<p>Pessoa idosa como contribuinte</p>	<p>Esse trecho é muito significativo para análise do Plano de Madri, na medida em que o documento recorre às instituições financeiras e aos bancos regionais de desenvolvimento, a olhar para a pessoa idosa como recurso para o desenvolvimento, ou seja, como ferramenta para alcançar o desenvolvimento. A pessoa idosa perde então sua agência na qualidade de ser humano e passa a ser um instrumento para outro objetivo, que não a melhora de sua condição de vida.</p>

*3.2 Estratégia Regional de Implementação para América Latina e o Caribe do Plano
de Ação Internacional de Madri*

Parte 2 – As pessoas de idade e o desenvolvimento

Fragmento	Categoria	Análise
<p>10. La vejez constituye la continuidad de una serie de logros y la madurez de una experiencia vital, y la participación de las personas mayores en el desarrollo aporta elementos de interrelación con sus conciudadanos que a todos enriquecen.</p>	<p>Pessoa idosa como contribuinte</p>	<p>O parágrafo 10 introduz que a velhice é percebida na qualidade de uma etapa de continuação de conquistas e maturidades. E argumenta que a participação da população idosa no processo de desenvolvimento contribui para a sua relação com os demais cidadãos. Aparentemente a relação causal aludida no parágrafo é confusa, contudo podemos inferir que o documento concebe o processo de desenvolvimento como meio de socialização das pessoas idosas na sociedade.</p> <p>Novamente é evidenciado um argumento em defesa da participação da população idosa no processo de desenvolvimento. E esse argumento em específico, é construído a partir do princípio de que a pessoa idosa é marginalizada e/ou não estabelece relações com a sociedade, uma vez que o trecho vislumbra sua participação no desenvolvimento como meio para sua integração na sociedade. Pelo amplo apelo que o documento faz a essa causa, o texto não reconhece nenhuma outra maneira de sociabilização da população idosa.</p>

<p>15 (a) Protección de los derechos humanos de las personas mayores y creación de las condiciones de seguridad económica, de participación social y de educación que promuevan la satisfacción de las necesidades básicas de las personas mayores y su plena inclusión en la sociedad y el desarrollo.</p>	<p>Pessoa idosa como marginalizada (do desenvolvimento)</p>	<p>Na alínea “a” do parágrafo 15, percebemos que a satisfação das necessidades básicas está em nível de igualdade em relação a plena inclusão da população idosa ao processo de desenvolvimento.</p>
--	---	--

Parte 4 – Criação de um ambiente propício e favorável

Fragmento	Categoria	Análise
<p>38. La creación de condiciones políticas, económicas, físicas, sociales y culturales adecuadas para las personas mayores es fundamental para el desarrollo social y el ejercicio de los derechos, deberes y libertades en la vejez.</p>	<p>Pessoa idosa como prioridade</p>	<p>O parágrafo 38 do Documento de Santiago apresenta a pessoa idosa como prioridade, contudo justifica a criação de condições melhores para a população idosa com base no desenvolvimento social, que tem destaque sobre o exercício de seus direitos, deveres e liberdades.</p>

3.3 Declaração de Brasília sobre o Envelhecimento

Fragmento	Categoria	Análise
<p>Con la firme determinación de adoptar medidas a todo nivel – local, nacional, subregional y regional– en las tres áreas prioritarias de la Estrategia regional: personas de edad y desarrollo; salud y bienestar en la vejez, y entornos propicios y favorables,</p>	<p>Pessoa idosa como prioridade</p>	<p>A relação entre desenvolvimento e a pessoa idosa segue como ordem prioritária na Declaração de Brasília, em conformidade com o Plano de Madri.</p>
<p>9. Proponemos la realización de estudios e investigaciones que faciliten la adopción de decisiones informadas en el tema y la elaboración de perfiles demográficos y socioeconómicos de la población de personas de edad que nos permitan identificar las brechas de implementación de los derechos humanos y los medios para su cabal</p>	<p>Pessoa idosa como contribuinte</p>	<p>Dentre os objetivos da promoção de estudos acerca da pessoa idosa, está incluído a finalidade de atingir a plena e eficaz participação da população idosa no processo de desenvolvimento.</p>

<p>disfrute y la plena y eficaz participación de las personas de edad en el desarrollo;</p>		
<p>24. Recomendamos que se tenga en cuenta a las personas de edad en los esfuerzos en curso para alcanzar los objetivos de desarrollo convenidos internacionalmente, incluidos los de la Declaración del Milenio;</p>	<p>Pessoa idosa como contribuinte</p>	<p>No parágrafo 24 do documento de Brasília, há um apelo para a inclusão da pessoa idosa nos objetivos de desenvolvimento internacionais. Coerente com as recomendações do Plano de Madri.</p>

3.4 Carta de San José sobre os Direitos dos Idosos da América Latina e do Caribe

Fragmento	Categoria	Análise
<p>6 (d). Adoptar medidas de acción afirmativa que complementen el ordenamiento jurídico y que promuevan la integración social y el desarrollo de las personas mayores,</p>	<p>Pessoa idosa como prioridade</p>	<p>Na alínea “d” do sexto parágrafo da Carta de San José, o desenvolvimento está relacionado à pessoa idosa, que tem função de participante da ação. Evidenciamos então uma perspectiva que privilegia os direitos da população idosa.</p> <p>Nesse trecho há um contraste evidente com o Plano de Madri, uma vez que o termo “desenvolvimento” está relacionado ao desenvolvimento da pessoa idosa e não ao desenvolvimento social ou econômico. Podemos concluir, então, que o discurso que privilegia os direitos e o bem-estar da população idosa ganhou mais força com o passar do tempo.</p>
<p>12 (b). Promover el reconocimiento del papel que desempeñan las personas mayores en el desarrollo político, social, económico y cultural de sus comunidades, con especial énfasis en las mujeres mayores,</p>	<p>Pessoa idosa como contribuinte</p>	<p>A alínea (b), seguindo os padrões dos demais documentos reforça a necessidade de reconhecimento da população idosa como participantes importantes no processo de desenvolvimento (qualificado como político, social, econômico e cultural) da sociedade.</p>

CONCLUSÃO

Após a discussão teórica e a análise dos documentos que compõem o corpus analítico deste trabalho, concluímos que o efeito potencial do Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento – que foi incorporado intertextualmente pelos documentos subsequentes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) – é a adaptação e a manutenção do desenvolvimento e do crescimento econômico em uma sociedade que envelhece progressivamente.

A relação entre desenvolvimento e pessoa idosa, presente nos documentos realiza-se a partir da recomendação da participação da população idosa no processo de desenvolvimento, com a finalidade de responder ao problema do impacto do envelhecimento no desenvolvimento das nações. A estratégia é dar visibilidade ao envelhecimento e as questões das pessoas idosas, por meio de sua integração a uma política mais ampla de desenvolvimento.

45

Essa consideração tem por base os seguintes resultados apresentados na Tabela 1 e na Tabela 2:

Tabela 1 – Discursos sobre Desenvolvimento

Ocorrência de desenvolvimento como:	Frequência (por número de ocorrência)
Capacidade	1
Direito	1
Desafio	1
Estratégia	4
Estrutura	2
Macro política	8

⁴⁵ Questionamos se a opção por essa perspectiva se dá por estar em conformidade com a agenda prevalente das Nações Unidas, ou se faz necessária, por seu potencial de conquistar apoio e legitimidade da comunidade política internacional, supondo que os representantes de governo estariam mais inclinados a aprovar recomendações cujo argumentos são de fundamentos econômicos, mais que sociais.

Necessidade	11
Objetivo	9
Parâmetro	1
Processo etapista	2
Referência a uma declaração, comitê, etc.	13
Salvação	3
TOTAL	56

No capítulo 2 dedicado a análise das ocorrências dos discursos sobre desenvolvimento, encontramos que os padrões mais recorrentes aludem ao termo desenvolvimento como uma necessidade, como um objetivo a ser alcançado e também como uma macro política, na qual o tema do envelhecimento deve ser integrado. Em seu sentido gramatical, desenvolvimento exercia a função de beneficiário das ações recomendadas pelos documentos. Esses dados indicam que o desenvolvimento é um dos objetivos centrais das recomendações políticas presentes no corpus analítico.⁴⁶

Tabela 2 – Discursos sobre a pessoa idosa e o desenvolvimento

Ocorrência de “pessoa idosa” relacionada com desenvolvimento como:	Frequência (por número de ocorrência)
Contribuinte	15
Marginalizada (do desenvolvimento)	6
Prioridade	7
TOTAL	28

Ao rastrear como se relaciona, nos documentos, o desenvolvimento com a pessoa idosa, identificamos que a pessoa idosa tem maior ação projetada nos documentos como contribuinte para o desenvolvimento. Assim, a partir desse dado, podemos inferir que quando

⁴⁶ As ocorrências de referência a declarações, comitê, etc. não foram levadas em consideração para análise de dados, na medida em que o termo *desenvolvimento* nessas ocorrências representava apenas um nome.

os documentos se referem a relação entre a pessoa idosa e o desenvolvimento, a agência está na ação ou no potencial de ação da pessoa idosa, ao ser sistematicamente reforçada a necessidade e urgência de sua contribuição para o processo de desenvolvimento. Em uma análise de sentido gramatical, o termo desenvolvimento tem prioridade como participante beneficiário, sobre a pessoa idosa, nas recomendações políticas analisadas.

Portanto, a primeira hipótese, a saber: a relação discursiva entre desenvolvimento e pessoa idosa no Plano de Ação de Madri sobre o Envelhecimento contribui para um conceito hegemônico sobre o envelhecimento, nos documentos subsequentes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a hipótese é confirmada na medida em que a perspectiva do envelhecimento ativo, difundida pelo Plano de Madri, está presente nos documentos da CEPAL. Apesar de o discurso que privilegia os direitos e o bem-estar da população idosa ter ganhado mais espaço com o passar do tempo, ainda é constante a reiteração do direito e do dever da população idosa em contribuir para o processo de desenvolvimento na sociedade.

Contudo, para que realizássemos uma análise mais profunda acerca da difusão de uma perspectiva hegemônica sobre envelhecimento, seria necessário agregar um terceiro objetivo específico, que teria como função: identificar os discursos presentes acerca do envelhecimento, nos documentos analisados. Em razão da ampla ocorrência do termo “envelhecimento”, não foi possível incorporar esse objetivo na pesquisa, levando em consideração as limitações de uma dissertação de mestrado.

Já a segunda hipótese: a relação discursiva entre desenvolvimento e a pessoa presente no Plano de Ação de Madri sobre o Envelhecimento contribui para a consolidação de processos sociopolíticos mais amplos, como a transição ideológica da proteção social das pessoas idosas, de um welfare state para um workfare state, é também confirmada. Em virtude de que os documentos enaltecem a recomendação para que a população idosa contribua para o desenvolvimento por meio do processo de ativação de sua cidadania.

Nesse sentido, a lógica do workfare state se manifesta, na medida que a pessoa idosa só se beneficia do desenvolvimento mediante uma lógica de contrapartida, desempenhada por sua participação ativa na sociedade e no processo de desenvolvimento. A lógica em questão atenta tanto para a contribuição da população idosa no desenvolvimento econômico, respondendo

assim ao princípio do risco social próprio da “crise do envelhecimento”, quanto para a desoneração dos gastos sociais do Estado com as pessoas idosas, uma vez que, na qualidade de ativa, ela é responsável pelo seu autocuidado e sua autossatisfação.

Não obstante, não foi possível apreender qual é de fato a ressonância desses discursos na agenda pública latino-americana e caribenha. Para isso, será necessária uma investigação mais ampla de política comparada entre os países comprometidos a esses documentos aqui analisados. Portanto, desejo dar continuidade a essa pesquisa em um futuro programa de doutorado.

Acreditamos que esse trabalho localizado em um programa de pós-graduação sobre Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional possa contribuir na superação dos discursos hegemônicos sobre envelhecimento e desenvolvimento, a partir da exposição da obsolescência da gramática do desenvolvimento ao se falar em direitos sociais na América Latina e no Caribe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, C. I. F. M. *Impacto das políticas de envelhecimento ativo promovidas pela Câmara Municipal de Aveiro junto da população idosa, não institucionalizada, do concelho*. 2013. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária) - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra.

AZZAM, F. *Os direitos humanos na implementação dos objetivos de desenvolvimento do milênio*. Sur, Rev. int. direitos humanos. São Paulo. v.2 n.2. p. 22-35, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1806-64452005000100002>>. Acesso em 21 mar. 2017.

1988a.

BANCO MUNDIAL. *Averting the Old Age Crisis: Policies to Protect the Old and Promote Growth*. Washington DC, 1994. 436p.

BÁRRIOS, M; FERNANDES, A. *A promoção do envelhecimento ativo a nível local: análise de programas de intervenção autárquica*. Rev. de Saúde Pública Coimbra. v.32, n.2, p. 188-196, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.rpsp.2014.09.002>>. Acesso em 11 out. 2016.

BLOMMAERT, J. *Key topics in sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BOURDIEU, P; WACQUANT, L. *Um convite à sociologia reflexiva*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

BOWLING, A; DIEPPE, P. *What is successful ageing and who should define it?* Bmj. v. 22, n. 331, p. 1548-1551, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1136/bmj.331.7531.1548>>. Acesso em 11 out. 2016.

BURKE, G. L et Al. *Factors associated with healthy aging: the cardiovascular health study*. Journal of the American Geriatrics Society. v. 49, n.3, p. 254-262, 2001. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1046/j.1532-5415.2001.4930254.x>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

CAMARANO, A. A; PASINATO, M. T. *O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas*. In: CAMARANO, A. A. Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60. n.1, p. 253-292, Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CARVALHO, C. C. ROMERO, D. MARQUES, A. P. *Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento e políticas nacionais de saúde do idoso: aproximações e propostas* Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Águas de Lindóia, 2012.

COHEN, L. *Não há velhice na Índia: os usos da gerontologia*. In: DEBERT, Guita Grin (org). *Antropologia e Velhice – Textos Didáticos n.13*. Campinas: IFCH, 1998.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL) *Estratégia Regional de Implementação para América Latina e o Caribe*. Santiago: Cepal, novembro, 2003

_____. *Declaração de Brasília sobre o Envelhecimento*. Brasília: Cepal, dezembro, 2007.

_____. *Carta de San José sobre os Direitos dos Idosos da América Latina e do Caribe*. San José: Cepal, maio, 2012.

COX, R. W. Gramsci, hegemonia e Relações Internacionais: um Ensaio sobre o Método. In: GILL, Stephen (org.). *Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

CHANG, H. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP, 2004.

DALGAARD, C.J; STRULIK, H. *Optimal aging and death: understanding the Preston Curve*. *Journal of the European Economic Association*. v. 33, n. 4, p .782-779, 2011. Disponível em: <<http://10.1111/jeea.12071>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

DEAN, H. *Activation policies and the changing ethical foundations of welfare*. In: ASPEN/ETUI conference: activation policies in the EU. Bruxelas. p. 1-19, 2006. Disponível em: <[http://eprints.lse.ac.uk/3784/1/activation_policies_\(LSERO\).pdf](http://eprints.lse.ac.uk/3784/1/activation_policies_(LSERO).pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2017.

DEPP, C.A; JESTE, D.V. *Definitions and predictors of successful aging: a comprehensive review of larger quantitative studies*. *The American Journal of Geriatric Psychiatry*. V. 31, n.14, 6-20, 2006. Disponível em: <<http://10.1097/01.JGP.0000192501.03069.bc>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

DEBERT, G. G. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: EDUSP: Fapesp, 2000.

_____. *Velhice e o curso da vida pós-moderno*. *Revista USP*. São Paulo, n.42, p. 70-83, 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i42p70-8>>. Acesso em 28 abr. 2016.

ESPING-ANDERSEN, G. *The sustainability of welfare states into the twenty-first century*. *International Journal of Health Services*. v.30, n.1, p. 1-12, 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.2190/H6PN-9R5J-MD9X-P10T>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

FERNANDES, A. A; BOTELHO A. *Envelhecer activo, envelhecer saudável: o grande desafio*. *Rev. Fórum Sociológico*. n.17, p. 11-16, 2007. Disponível em: <<https://10.4000/sociologico.1593>>. Acesso em 22 mar. 2016.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FUZER, C; CABRAL, S. R. S. (org). *Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional em língua Portuguesa*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

GILL, S. (org.). *Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

GOSOVIC, B. *Global Intellectual Hegemony and the International Development Agenda*. *International Social Science Journal*. v.52, issue 166, p. 447–456, 2000. Disponível em: <<https://10.1111/1468-2451.00275>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HANSEN-KYLE, L. *A concept analysis of healthy aging*. *Nursing Forum*. v. 40, n. 2, p. 45-57, 2005. Disponível em: <<https://10.1111/j.1744-6198.2005.00009.x>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Conceitos*. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

KALACHE, A. *O mundo envelhece: é imperativo criar um pacto de solidariedade social*. Rio de Janeiro. *Rev. Ciênc. saúde coletiva*. v.13, n. 4, p. 1107-1111, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232008000400002>>. Acesso em: jan. 23. 2017.

KERSCHNER, H; PEGUES, J.A.M. *Productive aging: A quality of life agenda*. *Journal of the American Dietetic Association*. v. 98, n. 12, p.1445-1448, 1998. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S0002-8223\(98\)00327-7](https://doi.org/10.1016/S0002-8223(98)00327-7)>. Acesso em: 24 mar. 2016.

KRUSE A; SCHMITT E. *Generativity as a route to active ageing*. Heidelberg. *Current gerontology and geriatrics research*. v. 2012. p. 1-10, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1155/2012/647650>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

LEBRÃO, M. L. *O envelhecimento no Brasil: aspectos da transição demográfica e epidemiológica*. São Paulo. *R. Saúde Coletiva*. v.4, n. 17, p. 135-140, 2007. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2559.pdf>>. Acesso em: jan. 23. 2017.

LIMA, A.M.M. et al. *Envelhecimento bem-sucedido: trajetórias de um constructo e novas fronteiras*. Botucatu. *Interface - Comunic., Saude, Educ*. v.12, n.27, p.795-807, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832008000400010>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

MOYA, M. O. et Al. *Vejez, Ciencia y Poder: notas marginales a la formulación del campo de la edad*. Caracas. *Rev. Interciencia*. v.42, n.1, 2017. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=33949290011>>. Acesso em 13 fev. 2017.

NEILSON, B. *Anti-ageing cultures, biopolitics and globalization*. *Sidney. Cultic Studies Review*, v.12, n.2, p.149–164, 2006. Disponível em: <<http://search.informit.com.au/fullText;dn=200611354;res=APAFT>>. Acesso em: 17 out. 2016.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, *Ageing Populations: The Social Policy Implications*, Paris: OECD, 1988a.

_____. *Reforming Public Pensions*, Paris: OECD, 1988b.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Plano de ação internacional sobre o envelhecimento*, 2002. Tradução de Arlene Santos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

_____. *Vienna International Plan of Action on Aging*, 1982, Disponível em: <<http://www.un.org/es/globalissues/ageing/docs/vipaa.pdf>>. 19 out. 2016.

_____. *A ONU e as pessoas idosas*. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/>> Acesso em: 18 jan. 2016.

_____. *World Population Prospects*. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/>> <https://esa.un.org/unpd/wpp/>> Acesso em: 27 abr. 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Envelhecimento ativo: uma política de saúde*. Tradução de Suzana Gontijo. Brasília: OMS, 2005.

PEEL, N et Al. *Healthy ageing: how is it defined and measured?* Australasian Journal on Ageing. v.1; n.23, p. 115-119, 2004. Disponível em: <<https://10.1111/j.1741-6612.2004.00035.x>>. Acesso em 23 abr. 2017.

PHELAN, E. A., et Al. *Older adults' views of "successful aging"—how do they compare with researchers' definitions?* Journal of the American Geriatrics Society. v. 52, n. 2, p. 211-216, 2004. Disponível em: <<https://10.1111/j.1532-5415.2004.52056.x>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

PEREIRA, P. A. P. *Degradação do trabalho e políticas sociais "ativas" na ordem neoliberal: aproximações ao caso brasileiro*. Brasília. R. SER Social v. 17, n. 37, p. 455-480, 2015.

_____. *Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil*. São Paulo. Serv. Soc. Soc. n. 112, p. 729-753, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/07.pdf>>. Acesso em 19 mar. 2017.

_____. *Política social no capitalismo em crise*. Leste vermelho. v. 2, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://www.lestevermelho.org/revista/index.php/lestevermelho/article/view/19/38>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

PIKE, E. *The active aging agenda, old folk devils and a new moral panic*. Chichester. Sociology of Sport Journal. v.28, n.2, p. 209-225, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1123/ssj.28.2.209>>. Acesso em 23 abr. 2017.

QUARESMA, N. R. J. *Desenvolvimento e políticas públicas: análise da 'formação cidadã' no âmbito do PNLD (2015-2017)*. 2016. 88 f. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília.

RAMALHO, V; RESENDE, V. M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2011.

RIBEIRO, G. L. *Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento*. Novos estudos. - CEBRAP. n.80, p. 109-125, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002008000100008>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

RIBEIRO, O. *O envelhecimento "ativo" e os constrangimentos da sua definição*. Porto. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. n. 2, p. 33-52, 2012. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10580.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

ROCHA, R.A. *Segurança internacional no século XXI: surgimento de um novo paradigma*. In: III Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa "San Tiago Dantas"(UNESP, UNICAMP e PUC/SP). São Paulo, 2011.

ROWE, J.W; KAHN, R.L. *Successful aging*. The gerontologist. V.1, n.37, p. 433-440, 1997. Disponível em: <<https://academic.oup.com/gerontologist/article-pdf/37/4/433/1680300/37-4-433.pdf>>. Acesso em 18 jan. 2017.

SCHILD, V. *Neo-liberalism's new gendered market citizens: The 'civilizing' dimension of social programmes in Chile*. Citizenship Stud. v.4, p. 275-305, 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/713658800>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

SILVA, F. D.; SOUZA, A. L. *Diretrizes internacionais e políticas para os idosos no Brasil: a ideologia do envelhecimento ativo*. R. Pol. Públ. v.14, n.1, p. 85-94, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/356>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

SIDORENKO, A; WALKER, A. *The Madrid International Plan of Action on Ageing: from conception to implementation*. Ageing & Society. v.24, n.2, p. 147-65, 2002. Disponível em: <<http://10.1017/S0144686X03001661>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

SLEMBROUCK, S. *Explanation, interpretation and critique in the analysis of discourse*. Critique of Anthropology. v. 21, n. 1, p. 33-57, 2001. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0308275X0102100103>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

SOARES, L. T. R. *América Latina: transição epidemiológica ou retrocesso social?* Acta Paul Enf. São Paulo. n. 13, p. 55-64, 2000. Disponível em: <http://www.procalc.uerj.br/documentos/revista_synthesis/america_latina_modernizacao_ou_retrocesso_social.pdf>. Acesso 22 mar. 2017.

TEIXEIRA, I. N; LIBERALESSO, A. N. *Envelhecimento bem-sucedido: uma meta no curso da vida*. Psicologia USP, v.19, n.1, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642008000100010>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

TORNEL, I. G. *El plan de acción internacional de Madrid sobre el envejecimiento. Celade/Cepal*. Textos Regionales sobre el Envejecimiento: Estudio Comparado, 2002.

VAN DIJK, T. *Algunos principios de una teoría del contexto*. Revista latinoamericana de estudios del discurso. v.1, n. 1, p. 69-82, 2001. Disponível em:

<<http://www.discursos.org/oldarticles/Algunos%20principios%20de%20una%20teor%EDa%20de%20contexto.pdf>>. Acesso em 17 abr. 2017.

VASCONCELOS, A. M. N; GOMES, M. M. F. *Transição demográfica: a experiência brasileira*. Brasília. R. Epidemiol. Serv. Saúde. v. 21, n.4, p. 539-548, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742012000400003>>. Acesso em 27 jul. 2016.

WALKER, A; ASPALTER, C. *Active ageing in Asia*. Nova Iorque: Routledge, 2015.

WALKER, A. *Active ageing: realising its potential*. Australasian journal on ageing. v. 34, n.1 p. 2-8, 2015. Disponível em: <<http://10.1111/ajag.12219>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

WODAK, R; MEYER, M. *Methods for critical discourse analysis*. Londres: Sage, 2009.

ANEXO 1 – Tradução das ocorrências apresentadas no capítulo 2

Plano de Ação de Madri sobre o Envelhecimento

Parte 1 – Discurso Kofi A. Annan

E representa a primeira vez que os governos concordaram em agregar as questões do envelhecimento em outras macro políticas para o desenvolvimento econômico e social e direitos humanos, notadamente aqueles acordados nas conferências e reuniões das Nações Unidas da década passada.

Parte 2 – Declaração Política

Art. 5 Reafirmamos o compromisso de não limitar esforços para promover a democracia, reforçar o estado de direito e favorecer a igualdade entre homens e mulheres, assim como promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais, inclusive o direito ao desenvolvimento [...].

Parte 3 – Introdução

4. [...]. Embora os países desenvolvidos tenham podido envelhecer gradualmente, enfrentam problemas resultantes da relação entre o envelhecimento e o desemprego e a sustentabilidade dos sistemas de pensões, enquanto os países em desenvolvimento enfrentam o problema de um desenvolvimento simultâneo com o envelhecimento da população.

9. É indispensável integrar o processo de envelhecimento mundial, em curso de evolução, no processo mais amplo do desenvolvimento. [...].

10. [...] No Plano levam-se em conta as diversas etapas do desenvolvimento e as transições que estão tendo lugar em diversas regiões, assim como a interdependência de todos os países na presente época de globalização.

11. O conceito de uma sociedade para todas as idades, formulado como tema do Ano Internacional do Idoso, celebrado em 1999, tinha quatro dimensões: desenvolvimento individual durante toda a vida; relações entre várias gerações; relação mútua entre envelhecimento da população e desenvolvimento; e a situação dos idosos. [...].

12 (g). Reconhecimento da importância decisiva que têm as famílias para o desenvolvimento social e a interdependência, a solidariedade e a reciprocidade entre as gerações;

14b. As orientações prioritárias têm por objetivo guiar a formulação e aplicação de políticas para objetivos concretos de ajuste, com êxito, num mundo que envelhece, e no qual o êxito se mede em função da melhoria da qualidade de vida dos idosos e da sustentabilidade dos diversos sistemas – tanto formais como informais – fundados no bem-estar de que se goze em todo o curso da vida.

15a. [...]. A tarefa por realizar é vincular o envelhecimento a outros marcos do desenvolvimento social e econômico e aos direitos humanos. [...].

15b. [...]. Um pensamento progressista recomenda que aproveitemos o potencial da população que envelhece como base do desenvolvimento futuro.

Parte 4 - Orientação prioritária I: pessoas idosas e o desenvolvimento

16b. [...]. Não se deve negar a ninguém a possibilidade de beneficiar-se do desenvolvimento.⁴⁷
[...]

⁴⁷ No documento oficial em língua portuguesa, esse trecho aparece no parágrafo 17.

17a. O desenvolvimento beneficia todos os setores da sociedade, mas para que a legitimidade do processo possa sustentar-se fazem-se necessárias a introdução e manutenção de políticas que garantam a distribuição equitativa dos benefícios do crescimento econômico⁴⁸. [...].

17b. [...]. Um dos princípios da Declaração e do Programa de Ação de Copenhague consiste em que os governos estabeleçam um marco para cumprir sua responsabilidade com as gerações presentes e futuras, assegurando a equidade entre as gerações. [...]

23. [...]. De certa forma, o desemprego, o subemprego e a rigidez do mercado de trabalho impedem que isso ocorra, restringindo as oportunidades dos indivíduos e privando a sociedade de seu vigor e de seus conhecimentos. Pelas mesmas razões, o cumprimento do compromisso 3 da Declaração de Copenhague da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, relativo à promoção do objetivo do pleno emprego, tem importância fundamental, o mesmo que as estratégias e políticas formuladas no Programa de Ação da Cúpula e as novas iniciativas para o crescimento do emprego recomendadas no vigésimo quarto período extraordinário de sessões da Assembléia Geral. [...].

42. [...]. As constantes mudanças demográficas, sociais e econômicas requerem o ajuste dos sistemas de previdência social, de saúde e de assistência a longo prazo, a fim de sustentar o crescimento econômico e o desenvolvimento e garantir a manutenção adequada e eficaz das rendas e da prestação de serviços.

44 (f). promover e fortalecer a solidariedade entre as gerações e o apoio mútuo como elemento chave do desenvolvimento social;

55 (l). aumentar a cooperação internacional em aspectos como a distribuição da carga e da coordenação da assistência humanitária a países atingidos por desastres naturais e outras situações de emergência humanitária posteriores aos conflitos, de modo que promovam a recuperação e o desenvolvimento a longo prazo.

⁴⁸ No documento oficial em língua portuguesa, esse trecho aparece no parágrafo 18.

Parte 5 - Orientação prioritária II: promoção da saúde e bem-estar na velhice

57. A boa saúde é um bem inestimável das pessoas. Do mesmo modo, para o crescimento econômico e desenvolvimento das sociedades é indispensável que a população em geral tenha elevado nível de saúde. [...].

62. [...]. Na Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento (1994) foram estabelecidas como objetivos aumentar os anos de vida com boa saúde, melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, reduzir as taxas de mortalidade e aumentar a expectativa de vida. [...].

70. A assistência básica da saúde é uma atenção essencial sustentada em métodos e tecnologias práticos, cientificamente válidos e socialmente aceitáveis, postos universalmente à disposição das pessoas e das famílias na comunidade, mediante sua plena participação e a um custo que a comunidade e o país podem manter em todas as etapas de seu desenvolvimento num espírito de autoajuda e de livre determinação. [...]

Parte 6 - Orientação prioritária III: criação de ambiente propício e favorável

91a. A promoção de ambiente favorável ao desenvolvimento social foi um dos objetivos principais convencionados na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social. [...].

91b. [...]. Esse objetivo foi reafirmado e fortalecido no vigésimo quarto período extraordinário de sessões da Assembleia Geral, dedicado ao desenvolvimento social. [...].

91c. [...]. O compromisso incluía o estabelecimento de condições essenciais, como sistemas políticos participativos, transparentes e responsáveis, e boa gestão nos planos nacional e internacional, como se estipula na Declaração do Milênio; o reconhecimento de natureza universal, indivisível, interdependente e relacionada entre si de todos os direitos humanos; o

aumento da assistência externa aos países em desenvolvimento mediante a assistência oficial para o desenvolvimento e a diminuição da dívida; [...].

91d. [...]. A realização desses e outros aspectos de um ambiente propício, juntamente com o crescimento econômico e o desenvolvimento social para o qual contribuem tornará possível o alcance dos objetivos e políticas convencionados no presente Plano de Ação.

92a. A mobilização de recursos nacionais e internacionais para o desenvolvimento social é um componente essencial para a aplicação do Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento. [...].

92b. [...]. Aceita-se também cada vez mais que a crescente carga da dívida que enfrentam os países em desenvolvimento mais endividados é insustentável e constitui um dos obstáculos principais para que se possa avançar no desenvolvimento sustentável centrado nas pessoas e na erradicação da pobreza. [...].

92c. [...]. Para muitos países em desenvolvimento, assim como em países de economia em transição, o excessivo serviço da dívida tem limitado gravemente sua capacidade de promover o desenvolvimento social e proporcionar serviços básicos.

93c. [...]. Também nos comprometemos a mobilizar recursos nacionais, a atrair correntes internacionais, a promover o comércio internacional como motor do desenvolvimento, [...]

93d. [...]. A aumentar o financiamento internacional e a cooperação técnica para o desenvolvimento, o financiamento sustentável da dívida e a diminuição da dívida externa, e a melhorar a coerência e consistência dos sistemas de comércio financeiro e monetários internacionais.

Parte 7 – Aplicação e Seguimento

120a. Reconhecemos que a globalização e a interdependência estão abrindo novas oportunidades mediante o comércio, os investimentos e os fluxos de capital e os avanços na tecnologia, inclusive a tecnologia da informação, para o crescimento da economia mundial, o desenvolvimento e a melhoria dos níveis de vida no mundo inteiro. [...].

120b. [...]. A menos que os benefícios do desenvolvimento social e econômico se estendam a todos os países, um número cada vez maior de pessoas de todos os países e inclusive de regiões inteiras permanecerão isoladas da economia mundial. [...].

122. Para complementar as atividades nacionais em prol do desenvolvimento é indispensável melhorar a cooperação internacional para apoiar os países em desenvolvimento, os países menos desenvolvidos e os países com economia em transição a aplicar o presente plano, reconhecendo ao mesmo tempo a importância da assistência e prestação de assistência financeira. Entre outras coisas,

122a. A fim de complementar as atividades nacionais em prol do desenvolvimento, reconhecemos a necessidade urgente de melhorar a coerência, a governabilidade e consistência dos sistemas monetários, financeiros e comerciais internacionais. Para cooperar com esse propósito, destacamos a importância de continuar melhorando a gestão da economia mundial e de continuar fortalecendo a liderança das Nações Unidas na promoção do desenvolvimento.

122b. Com a mesma finalidade, deveriam ser fortalecidas as atividades em nível nacional para melhorar a coordenação entre os ministérios e instituições pertinentes. Do mesmo modo, deveríamos promover a coordenação das instituições internacionais em matéria de políticas e programas e a coerência nos níveis operacional e internacional para satisfazer as metas de desenvolvimento da Declaração do Milênio, de um crescimento econômico sustentado, eliminação da pobreza e desenvolvimento sustentável.

122c. É necessário sustentar a importante ação internacional em andamento para reformar a arquitetura financeira internacional, dando-lhe maior transparência e garantindo a participação

efetiva dos países em desenvolvimento e dos países de economia em transição. Um dos principais objetivos da reforma é melhorar o financiamento para o desenvolvimento e a eliminação da pobreza.

122d. Destacamos também que assumimos o compromisso de promover setores financeiros internos sólidos, que dêem uma contribuição essencial às atividades nacionais de desenvolvimento, como importante componente de uma arquitetura financeira internacional que preste apoio ao desenvolvimento.

122e. Reconhece que será necessário um aumento substancial da AOD e outros recursos para que os países em desenvolvimento alcancem as metas e objetivos de desenvolvimento convencionados internacionalmente, inclusive os que figuram na Declaração do Milênio.

122f. Insta os países em desenvolvimento que ainda não o tenham feito a que tomem medidas concretas para alcançar o objetivo de destinar 0,7% do produto nacional bruto (PNB) para os países em desenvolvimento e 0,15% do PNB dos países desenvolvidos para países menos desenvolvidos e estimular aos países em desenvolvimento a consolidar os progressos obtidos para utilizar eficazmente a AOD, a fim de alcançar suas metas e objetivos de desenvolvimento.

Parte 8 – Supervisão, exame e atualização no Plano Mundial

132. A Comissão de Desenvolvimento Social encarregar-se-á do seguimento e da avaliação da execução do Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, 2002.⁴⁹ [...].

Estratégia Regional de Implementação do Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento para América Latina e o Caribe

Parte 1 – Considerações Gerais

⁴⁹ No documento oficial em língua portuguesa, esse trecho aparece no parágrafo 130.

8 (f) A incorporação da questão do envelhecimento no desenvolvimento integral e nas políticas públicas, com a conseqüente realocação de recursos entre as gerações, faz parte dos ajustes necessários para fornecer respostas para os problemas da sociedade demograficamente mais envelhecidas. [...].

Parte 2 – As pessoas de idade e o desenvolvimento

9. O desenvolvimento envolve não só a capacidade de um país produzir uma maior quantidade de bens e serviços, com uma alta taxa de produtividade, mas também a disponibilidade e o acesso equitativo de todos os seus habitantes a esses recursos e a criação de condições para a auto realização pessoal em um contexto de segurança e dignidade.

17 Objetivo 2 (g). Promover a formação de organizações não-governamentais que tenham como objetivo o desenvolvimento socioeconômico da população idosa em áreas vulneráveis.

Parte 5 – Aplicação e acompanhamento da estratégia regional

49 (a). Integrar o envelhecimento demográfico nos planos nacionais de desenvolvimento e no planejamento das intervenções dos Ministérios da Fazenda, Planejamento, Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Habitação, Transporte, Trabalho, Turismo e Comunicação, bem como nos programas de segurança social.

Parte 6 – Avaliação e revisão

57. A realização da Conferência Intergovernamental Regional sobre o Envelhecimento e a formulação da presente Estratégia de implementação para América Latina e o Caribe do Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento foi solicitada pelos países membros da CEPAL por meio da Resolução 590 (XXIX) aprovada no vigésimo nono período de sessões da

CEPAL, celebrado em Brasília em maio de 2002, proposta pelo Comitê Especial sobre População e Desenvolvimento. [...].

58. [...]. Os avanços conquistados a este respeito serão apresentados na reunião do Comitê Especial sobre População e Desenvolvimento, que será realizado no âmbito do trigésimo período de sessões da CEPAL (Porto Rico, maio de 2004).

60. Examinar os resultados obtidos em relação aos objetivos fixados a nível nacional por ocasião da reunião do Comitê Especial sobre População e Desenvolvimento no âmbito do trigésimo primeiro período de sessões da CEPAL (2006).

Declaração de Brasília sobre o Envelhecimento

Reconhecendo que as Nações Unidas e seus organismos especializados atribuíram especial ênfase a este tema e insistiram na ampliação da cobertura e qualidade dos sistemas de proteção social para resguardar as pessoas ante os riscos associados à velhice e que a titularidade de direitos humanos compreende o efetivo pertencer à sociedade, pois implica que todos os cidadãos e cidadãs estão incluídos na dinâmica do desenvolvimento e podem usufruir o bem-estar que este promove,

Reconhecendo também o trabalho sistemático que a CEPAL, por intermédio do Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) – Divisão de População da CEPAL, realiza em apoio aos países da região na incorporação do envelhecimento nas agendas de desenvolvimento e no estímulo a oportunidades de fortalecimento de capacidades técnicas, pesquisa e assistência técnica aos governos, e agradecendo o apoio que prestam o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bem como a Rede Intergovernamental Ibero-Americana de Cooperação Técnica (RIICOTEC) e a Organização Ibero-Americana de Seguridade Social (OISS),

3. Destacamos a importância de examinar, de maneira ampla e integral, os efeitos das migrações na dinâmica do envelhecimento das comunidades de origem, trânsito e destino, dispensando especial atenção ao impacto dos fluxos migratórios nos próprios migrantes, em suas famílias, na comunidade e na sociedade, bem como no desenvolvimento econômico e social dos países;

17. [...]. De igual modo, convidamos a Comissão a que examine os avanços dos países da região na aplicação da Estratégia regional de implementação para a América Latina e o Caribe do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento e que tais avanços sejam apresentados nas sessões do Comitê Especial sobre População e Desenvolvimento do período de sessões da CEPAL;

20. Instamos os centros acadêmicos, as sociedades científicas e as redes de cooperação em população, envelhecimento e desenvolvimento a que realizem estudos minuciosos, diversificados e especializados sobre o tema, bem como organizem reuniões de trabalho e intercâmbio para fortalecer a agenda de pesquisa e capacitação em matéria de envelhecimento, e criem e apoiem centros de estudos, pesquisa e formação de recursos humanos neste âmbito;

28. Acordamos que esta Declaração de Brasília constitui a contribuição da América Latina e do Caribe ao 46º período de sessões da Comissão de Desenvolvimento Social do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, que será realizada em fevereiro de 2008;

Carta de San José sobre os Direitos dos Idosos da América Latina e do Caribe

Reconhecendo o trabalho sistemático realizado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), através do Centro Latino Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) na Divisão de População da CEPAL, para apoiar os países da região na incorporação do envelhecimento nas agendas de desenvolvimento, e agradecendo o apoio oferecido pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e pela Organização Pan-americana de Saúde (OPAS);

16. Pedimos que a Presidência da Mesa Diretora desta Conferência convoque uma próxima sessão de trabalho para revisar os avanços desta Carta e que apresente os resultados desta Conferência e sua continuidade nas sessões do Comitê Especial do CEPAL sobre População e Desenvolvimento;

17. Estabelecemos que esta Carta de São José, que trata dos direitos dos idosos na América Latina e Caribe, constitui a contribuição da América Latina e Caribe ao 51º período de sessões da Comissão de Desenvolvimento Social do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, a ser celebrado em fevereiro de 2013;

ANEXO 2 – Tradução das ocorrências apresentadas no Capítulo 3

Plano de Ação de Madri sobre o Envelhecimento

Parte 1 – Discurso Kofi A. Annan

O Plano de Ação de Madrid oferece uma nova e ousada agenda para lidar com a questão do envelhecimento no século XXI. Ela foca em três áreas prioritárias: pessoas idosas e o desenvolvimento; promoção de saúde e bem-estar na velhice; e garantir ambientes propícios e favoráveis.

Parte 2 – Declaração Política

Art. 1 [...]. No marco desse Plano de Ação, resolvemos adotar medidas em todos os níveis, nacional e internacional, em três direções prioritárias: idosos e desenvolvimento, promoção da saúde e bem-estar na velhice e, ainda, criação de um ambiente propício e favorável.

Art. 6 O mundo moderno possui riqueza e capacidade tecnológica sem precedentes e nos dá extraordinárias oportunidades: capacitar homens e mulheres para chegar à velhice com mais saúde e desfrutando de um bem-estar mais pleno; buscar a inclusão e a participação total dos idosos nas sociedades; permitir que os idosos contribuam mais eficazmente para suas comunidades e para o desenvolvimento de suas sociedades, e melhorar constantemente os cuidados e o apoio prestados às pessoas idosas que deles necessitam [...].

Art. 7 [...]. A menos que as vantagens do desenvolvimento social e econômico cheguem a todos os países, um número cada vez maior pessoas, sobretudo idosos de todos os países e mesmo de regiões inteiras ficarão à margem da economia mundial [...].

Art. 10 O potencial dos idosos constitui sólida base para o desenvolvimento futuro. Permite à sociedade recorrer cada vez mais a competências, experiência e sabedoria dos idosos, não só

para tomar a iniciativa de sua própria melhoria, mas também para participar ativamente na de toda a sociedade.

Art. 14 [...] Reconhecemos a contribuição dos idosos para o desenvolvimento mediante sua função de zeladores.

Parte 3 – Introdução

12. [...]. A aplicação de suas disposições permitiria aos idosos contribuir plenamente para o desenvolvimento e se beneficiar dele em condições de igualdade. [...].

13. A promoção e proteção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, inclusive o direito ao desenvolvimento, são essenciais para a criação de uma sociedade que inclua todas as idades, da qual os idosos participem plenamente, sem discriminação, e em condições de igualdade [...].

14. As recomendações para a adoção de medidas organizam-se em três direções prioritárias: os idosos e o desenvolvimento; promover a saúde e o bem estar até a chegada da velhice; e criar ambientes propícios e favoráveis [...].

Parte 4 - Orientação prioritária I: pessoas idosas e o desenvolvimento

16a. As pessoas idosas devem ser participantes plenas no processo de desenvolvimento e partilhar também os benefícios que alcancem [...].

16c. [...]. Os efeitos do envelhecimento da população sobre o desenvolvimento sócio-econômico da sociedade, juntamente com as mudanças sociais e econômicas, que está acontecendo em todos os países, criam a necessidade de adotar medidas urgentes para garantir a constante integração e capacitação de idosos [...].

16d. [...]. Além do mais, a migração, a urbanização, a transformação da família em famílias menores e inconstantes, a falta de acesso a tecnologias que promovam a independência e outras mudanças sócio-econômicas podem levar os idosos ao isolamento, separando-os da corrente principal do desenvolvimento, privando-os de funções econômicas e sociais significativas e enfraquecendo suas fontes tradicionais de ajuda.

48 (f). prestar apoio a programas inovadores com vista a capacitar pessoas idosas, especialmente mulheres, para que aumentem suas contribuições nas iniciativas de desenvolvimento e delas se beneficiem com a finalidade de erradicar a pobreza;

Parte 5 - Orientação prioritária II: promoção da saúde e bem-estar na velhice

76 (b). aplicar estratégias de desenvolvimento comunitário para fazer uma avaliação sistemática de referência das necessidades básicas com destino ao planejamento, execução e avaliação dos programas de saúde locais. Essa referência deveria incluir contribuições dos idosos;

81 Objetivo 3. Fortalecimento e reconhecimento da contribuição de idosos para desenvolvimento quando cuidam de crianças com enfermidades crônicas, inclusive a aids, e quando substituem aos pais.

81 (d). estimular a realização de estudos para compreender melhor e destacar a contribuição de idosos para desenvolvimento econômico e social em todos os países, em particularmente os gravemente afetados pela aids e divulgar essas comprovações com a maior amplitude possível.

Parte 6 - Orientação prioritária III: criação de ambiente propício e favorável

113 (e). reconhecer que os meios de comunicação são precursores da mudança e podem atuar como fatores de orientação na promoção do papel que toca aos idosos nas estratégias de desenvolvimento, inclusive nas zonas rurais;

Parte 7 – Aplicação e seguimento

115. A aplicação do Plano de Ação exige, entre outras coisas, uma concepção política, econômica, ética e espiritual do desenvolvimento social dos idosos baseada na dignidade humana, nos direitos humanos, na igualdade, no respeito, na paz, na democracia, na responsabilidade mútua e na cooperação e no pleno respeito dos diferentes valores religiosos e éticos e contextos culturais.

116a. [...]. Uma primeira medida necessária para que a aplicação do plano tenha êxito é incorporar o envelhecimento e os problemas dos idosos aos marcos nacionais de desenvolvimento e às estratégias nacionais de erradicação da pobreza [...].

123b. [...]. Convidam-se as instituições financeiras internacionais e os bancos regionais de desenvolvimento a examinar e reajustar seus procedimentos de concessão de empréstimos e subsídios para garantir que se reconheçam os idosos como recurso para o desenvolvimento e que os tenham em conta nas políticas e projetos como parte do esforço por ajudar os países em desenvolvimento e países com economias em transição a aplicar o Plano de Ação [...].

Estratégia Regional de Implementação do Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento para América Latina e o Caribe

Parte 2 – As pessoas de idade e o desenvolvimento

10. A velhice constitui a continuação de uma série de conquistas e a maturidade de uma experiência de vida, e a participação das pessoas idosas no desenvolvimento fornece elementos de interação com seus concidadãos que a todos enriquecem.

15 (a) Proteção dos direitos humanos das pessoas idosas e criação de condições para a segurança econômica, participação social e de educação que promovam a satisfação das

necessidades básicas das pessoas idosas e sua plena inclusão na sociedade e no desenvolvimento.

Parte 4 – Criação de um ambiente propício e favorável

38. A criação de condições políticas, econômicas, físicas, sociais e culturais adequadas para as pessoas idosas é essencial para o desenvolvimento social e o exercício dos direitos, deveres e liberdades na velhice.

Declaração de Brasília sobre o Envelhecimento

Com a firme determinação de adotar medidas em todos os níveis —local, nacional, sub-regional e regional— nas três áreas prioritárias da Estratégia regional: pessoas idosas e desenvolvimento, saúde e bem-estar na velhice, e entornos propícios e favoráveis,

9. Propomos a realização de estudos e pesquisas que facilitem a adoção de decisões fundamentadas no tema e a elaboração de perfis demográficos e socioeconômicos da população de pessoas idosas que nos permitam identificar as brechas na implementação dos direitos humanos e os meios para seu pleno gozo, bem como a ampla e eficaz participação das pessoas idosas no desenvolvimento;

24. Recomendamos que se levem em conta as pessoas idosas nos esforços em curso para alcançar os objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, inclusive os da Declaração do Milênio;

Carta de San José sobre os Direitos dos Idosos da América Latina e do Caribe

6 (d). Adotar medidas de ação afirmativa que complementem a ordem jurídica e promovam a integração social e o desenvolvimento dos idosos;

12 (b). Promover o reconhecimento do papel que os idosos desempenham no desenvolvimento político, social, econômico e cultural de suas comunidades, destacando as mulheres idosas,